

Análise de processos de framing na cobertura jornalística de escândalos bancários - O caso do BES, *Lehman Brothers*, HSBC

Rafaela Vieira Santos

M

2017



Rafaela Vieira Santos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação – Variante de Estudos dos Media e Jornalismo, orientada pela Professora Doutora Helena Lima

Análise de processos de *framing* na cobertura jornalística de
escândalos bancários

O caso do BES, *Lehman Brothers*, HSBC

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro 2017

Análise de processos de *framing* na cobertura jornalística de escândalos bancários

O caso do BES, *Lehman Brothers*, HSBC

Rafaela Vieira Santos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação – Variante de Estudos dos Media e Jornalismo, orientada pela Professora Doutora Helena Lima

Membros do Júri:

Presidente:

Professor Doutor Paulo Frias da Costa
Faculdade Letras da Universidade do Porto

Vogais:

Professora Doutora Helena Lima
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Suzana Margarida Dias dos Santos Cavaco
Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

ÍNDICE

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
Introdução	4
Capítulo I: <i>Framing</i>	8
1. As diferentes definições do conceito de <i>framing</i> no estudo dos <i>media</i>	8
2. O conceito de <i>frame</i>	10
2.1. <i>Frame-building</i>	13
3. <i>Framing Effects</i>	15
4. <i>Framing</i> e <i>Agenda-setting</i> : a mesma teoria?	16
Capítulo II: O jornalismo económico	18
1. O jornalismo e a economia	20
2. O jornalismo económico: breve contextualização histórica	20
2.1. Aparecimento e evolução do jornalismo económico em Portugal.....	22
3. Desafios do jornalismo económico	24
3.1. Jornalismo generalista e jornalismo especializado	24
3.2. Caraterísticas do jornalismo económico	27
Capítulo III: O escândalo mediático	32
1. O conceito de escândalo	32
2. O aparecimento do escândalo mediático	35

Capítulo IV: Metodologia, variáveis de análise, enquadramento dos meios de comunicação e dos casos	43
1. Metodologia	43
2. Variáveis de análise	45
3. Definição do <i>corpus</i>	51
3.1. Linhas gerais do <i>corpus</i>	51
3.1.1. <i>Público</i>	52
3.1.2. <i>Jornal de Notícias</i>	53
3.1.3. <i>The Washington Post</i>	53
3.1.4. <i>USA Today</i>	54
3.1.5. <i>The Guardian</i>	55
3.1.6. <i>The Independent</i>	57
4. Enquadramento dos casos	58
4.1. Banco Espírito Santo	58
4.2. <i>Lehman Brothers</i>	65
4.3. <i>Hong Kong and Shanghai Banking Corporation</i>	72
 Capítulo V: Análise de dados e apresentação de resultados	76
 Conclusão	84
 Bibliografia	88
 Anexos	99
Anexo 1. Diagrama da estrutura do Grupo GES	I
Anexo 2. Diagrama da estrutura do Grupo GES	II
Anexo 3. Diagrama da estrutura do Grupo GES	III
Anexo 4. Notícias do caso BES no <i>Público</i> e <i>Jornal de Notícias</i>	IV

Anexo 5. Notícias do caso <i>Lehman Brothers</i> no <i>Washington Post</i> e <i>USA Today</i>	IV
Anexo 6. Notícias do caso HSBC no <i>The Guardian</i> e <i>The Independent</i>	V
Anexo 7. Autores das notícias.....	VI
Anexo 8. Secções	VII
Anexo 9. Listagem das fontes	VII
Anexo 10. Tipologia dos títulos.....	XIII
Anexo 11. Identificação das fontes no <i>Público</i> e <i>Jornal de Notícias</i>	XIV
Anexo 12. Identificação das fontes no <i>Washington Post</i> e <i>USA Today</i>	XV
Anexo 13. Identificação das fontes no <i>The Guardian</i>	XVI
Anexo 14. Identificação das fontes no <i>The Independent</i>	XVII
Anexo 15. Fontes	XVIII
Anexo 16. Caraterização das fontes	XVIII
Anexo 17. Percentagem da caraterização das fontes	XIX
Anexo 18. Comparação enquadramentos	XIX
Anexo 19. Percentagem de enquadramentos	XX
Anexo 20. <i>Frames</i>	XXI
Anexo 21. Percentagem de <i>Frames</i>	XXII
Anexo 22. Criminal <i>Frame</i> no <i>Público</i>	XXIII
Anexo 23. Criminal <i>Frame</i> no <i>Jornal de Notícias</i>	XXIII
Anexo 24. Criminal <i>Frame</i> no <i>Washington Post</i>	XXIV
Anexo 25. Criminal <i>Frame</i> no <i>USA Today</i>	XXIV
Anexo 26. Criminal <i>Frame</i> no <i>The Guardian</i>	XXV
Anexo 27. Criminal <i>Frame</i> no <i>The Independent</i>	XXVI
Anexo 28. Variável de escândalo mediático no <i>Público</i>	XXVII
Anexo 29. Variável de escândalo mediático no <i>Jornal de Notícias</i>	XXIX
Anexo 30. Variável de escândalo mediático no <i>Washington Post</i>	XXX

Anexo 31. Variável de escândalo mediático no <i>USA Today</i>	XXXI
Anexo 32. Variável de escândalo mediático no <i>The Guardian</i>	XXXI
Anexo 33. Variável de escândalo mediático no <i>The Independent</i>	XXXV
Anexo 34. Análise das notícias segundo os critérios de escândalo mediático.....	XXXVI
Anexo 35. Tipos de escândalo	XXXVI
Anexo 36. Percentagem de tipos de escândalo.....	XXXVII
Anexo 37. Temáticas no <i>Público</i> e <i>Jornal de Notícias</i>	XXXIX
Anexo 38. Temáticas no <i>Washington Post</i> e <i>USA Today</i>	XXXIX
Anexo 39. Temáticas no <i>The Guardian</i> e <i>The Independent</i>	XL

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais uma etapa da minha atividade académica, que culmina na entrega desta tese de mestrado, é para mim, uma injustiça, resumir nestas breves palavras a minha gratidão e profundo agradecimento a todos aqueles que me têm acompanhado ao longo destes anos de crescimento académico.

O meu profundo agradecimento dirige-se aos meus pais que sempre me apoiaram e incentivaram no meu percurso e de tudo fizeram para que concluísse esta etapa.

Além do suporte familiar tenho, inevitavelmente, que dirigir uma palavra de agradecimento à minha orientadora Doutora Helena Lima, que potenciou em mim o gosto desmedido pela investigação e por toda a disponibilidade prestada e pelo entusiasmo que sempre demonstrou durante o desenvolvimento deste projeto de investigação, o que para mim foi extremamente importante e gratificante.

Às amigas de sempre, pelo carinho, pelo encorajamento, pelas palavras e pelos conselhos que a Ana Tomás, Liliana Maricato, Ana Luísa, a Joana, a Inês, Bárbara e a Rafaela Silva me foram dirigindo ao longo deste três anos e por estarem sempre presentes e que foram sempre capazes de compreender as minhas ausências aos convites que me dirigiam.

Porto, 22 de março de 2017

RESUMO

Um trabalho de investigação como o que aqui se irá desenvolver surge fundamentado em duas reais perceções: a primeira, foca-se na ideia de que as notícias não sendo meros espelhos da realidade são produtos construídos suscetíveis de enviesamento informativo e discursivo por aqueles que as criam e a segunda alicerça-se na ideia de que com as crises económicas e financeiras as instituições bancárias, na tentativa de reprimir a divulgação informativa de teor negativo, ampliaram e intensificaram o desenvolvimento de estratégias de comunicação capazes de influenciar o jornalismo, tornando o jornalismo económico um mero divulgador daquilo que as fontes entendem que se deve saber. É tendo por base estas dinâmicas que surge a ideia de investigar a forma como alguns dos escândalos bancários mais conhecidos são noticiados pela imprensa nacional e internacional, nomeadamente o caso do Banco Espírito Santo em Portugal, do *Lehman Brothers* nos Estados Unidos da América e do *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation* no Reino Unido.

A metodologia a ser utilizada baseia-se numa análise dos processos de *framing*, uma área de estudo com origens atribuídas a Goffman (1974), Kahneman e Tversky (1981) na área da sociologia e da psicologia cognitiva que permite o entendimento da construção, do processamento do discurso noticioso e do modo como diferentes formas de apresentar um acontecimento influenciam a decisão do leitor, tanto na perceção da notícia como na formação de opinião.

A ambição de realizar um trabalho deste género deve-se exclusivamente interesse em compreender as variações da informação consoante a forma como é contextualizada ou moldada pelo jornalista, ou seja, tendo em conta que o jornalista é um profissional que seleciona a informação, de que forma é que isto afeta o enquadramento noticioso.

Palavras-chave: *framing*; escândalo bancário; escândalo mediático; jornalismo económico;

ABSTRACT

The research work that will be developed here is based on two real perceptions: the first focuses on the idea that news is not merely a mirror of reality but a constructed susceptible of informative and discursive bias by those who create them and the second is based on the idea that, in economic and financial crises, banking institutions in an attempt to suppress informative disclosure of negative content, have broadened and intensified communication strategies capable of influencing journalism as a mere spreading of what the sources understand that the public should know. It is on the basis of these dynamics that my investigation explores how some of the most well-known banking collapses are reported in the national and international press, namely the case of Banco Espírito Santo in Portugal, *Lehman Brothers* in the United States do America and the *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation* in the United Kingdom.

The methodology in accomplish a work of this kind is exclusively of the interest in understanding the information variations according to the way it is contextualized or shaped by the journalist, seeing that the journalist is a professional that selects the information and to be used is based on an analysis of the *framing* processes, an area of study with origins attributed to Goffman (1974), Kahneman and Tversky (1981) in the area of sociology and cognitive psychology that allows the understanding of the construction, processing of news discourse and how different ways of presenting an event influence the reader's decision, both in the perception of the news and in the formation of opinion.

The ambition to carry out a work of this kind is exclusively interest in understanding the variations of the information according to the way it is contextualized or shaped by the journalist, seeing that the journalist is a professional that selects the information and influence the news frame.

Keywords: framing; framework; bank scandal; media scandal; economic journalism

INTRODUÇÃO

«Encasulados nas salas de aula apenas durante os nossos primeiros 18 anos (mais ou menos), passamos efectivamente o resto das nossas vidas sob a tutoria das entidades noticiosas que exercem sobre nós uma influência infinitamente maior do que aquela que possui qualquer instituição académica» [sic] (Botton, 2014:12)

O princípio do século XX trouxe consigo o aparecimento dos meios de comunicação de massas que provocaram uma enorme transformação cultural ao incutirem três funções estruturais no interior das sociedades: “a colaboração no projecto de acumulação da riqueza; a criação duma ideologia «modernizante»; e, finalmente, a instrução das classes trabalhadoras” [sic] (Letria, 1998: 9), afetando todos os níveis da vida das sociedades modernas. Assim, os meios de comunicação tornam-se nos principais bastiões culturais, substituindo a tarefa fundamental de educar, ensinar e sensibilizar que até aqui eram tarefa da família, da escola e da Igreja.

As notícias são, portanto, uma força significativa que marca o tom da vida pública e exercem um papel fundamental na formação e manutenção das sociedades: ao tornarem-se o canal que permite o conhecimento dos líderes políticos e da sua adequação para dirigir um Estado; ao facilitar a tomada de consciência dos desafios económicos e sociais mais iminentes e ao desempenhar uma ação de fiscalização sobre certos poderes. Vários são os pesquisadores que enfatizam a importância das notícias, embora a encarem de diferentes maneiras: Walter Lippmann, por exemplo, considera que a perceção do mundo exterior depende do trabalho de recolha e organização efetuado pelas notícias, já que “o ambiente é demasiado grande, complexo e fugaz para o conhecimento direto”¹ (Lippmann, 1965:11 *apud* Bjerke, *et al.*, 2015: 114); Jürgen Habermas vê nos jornalistas um papel decisivo nas sociedades ao participarem na construção daquilo que denomina por opinião pública (Habermas, 2006:418 *apud* Bjerke, *et al.*, 2015:114) e Michael Schudson vai mais longe e descreve a notícia como a “construção do conhecimento público”² (Schudson, 1998:33 *apud* Bjerke, *et al.* 2015: 114).

Partilhando destas ideias, Alain de Botton (2014:12) considera as notícias um poderosíssimo mecanismo influenciador, comparando a sua preponderância a uma força

¹ Tradução livre. No original pode ler-se: “the environment is altogether too big, too complex and too fleeting for direct acquaintance”.

² Tradução livre. No original pode ler-se: “construction of public knowledge”.

significativa que marca a vida pública ao condicionar o sentido da realidade e moldar o estado daquilo que denomina por “almas”. Assim, é perceptível a improficuidade da velha teoria que encara o trabalho jornalístico como o mero espelho³ do real e permite compreender que as notícias não existem num estado puro, são o resultado de uma construção manipulada pelo jornalista, sujeito a condicionalismos profissionais e que utiliza os acontecimentos reais como matéria-prima para desconstruir e poder perceber qual é a informação mais ou menos importante e que tem de ser ou não excluída, quer por questões de espaço da página ou de relevância.

As notícias são, desta forma, uma espécie de retrato autorizado da realidade que informa o cidadão sobre os acontecimentos que têm sucedido, mas não têm a capacidade universal de transcrever toda a realidade, já que limitam-se a selecioná-la, organizá-la e moldá-la para que seja perceptível e é neste aspeto que as notícias são comparáveis a uma fotografia. A fotografia também não é uma representação de toda a realidade, mas o mero enquadramento de um fragmento do real que foi escolhido pelo fotógrafo e que diz ao observador que deve focar a sua atenção naquilo que está dentro da imagem e não no que está fora.

As notícias são, então, o enquadramento ou *framing* da realidade e para Gitlin “os enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e de apresentação [...] sobre o que existe, o que ocorre e o que é relevante” (Gitlin, 1980:13 *apud* Gonçalves, 2011: 159) e são importantes porque o ser humano tem tendência para “perceber os eventos e situações de acordo com o enquadramento” (Porto, 2002 *apud* Leal, 3 *apud* Fernandes, 2016:35) apresentado, o que determina o ângulo através do qual se pretende que uma realidade seja conhecida. Senão, vejamos o seguinte exemplo: numa abordagem sobre a questão do aborto o jornalista pode escolher escrever a sua notícia com dois enquadramentos (*framing*) diferentes. Por um lado, o aborto pode ser encarado como uma forma de pôr fim a uma vida que ainda não nasceu, o que origina um conjunto de valores e emoções e, por outro, pode ser encarado como uma expressão de liberdade humana e de escolha pessoal e a seleção do enquadramento que o jornalista tem de efetuar para redigir a sua notícia, o que irá condicionar a perceção do leitor sobre esta questão.

³ A Teoria do Espelho é uma das primeiras teorias que procura explicar o motivo das notícias serem como são e considera que o jornalista é um agente sem interesses específicos a defender e que, por isso, não há nada que o desvie da sua missão de procurar a verdade e informar os leitores. No fundo, esta teoria considera que o jornalismo é o simples reflexo do real, como se o jornalismo fosse o espelho dos acontecimentos diários.

O *framing* vai ser o elemento-chave durante a realização deste trabalho para nos permitir desconstruir o trabalho desenvolvido pelo jornalismo económico, outro dos temas centrais neste trabalho. O jornalismo económico é importantíssimo porque “A economia está em tudo” (Fragoso, 2013:24 *apud* Jacinto, 2016:21), seja a economia de um país ou de uma cidade, e presente em todos os aspetos da vida quotidiana, através de assuntos como a taxa de desemprego, a alteração das taxas de juro, os fatores que afetam os rendimentos e salários, influenciando a vida de cada cidadão e, por isso, a necessidade de todos estarem informados do comportamento da economia é inevitável. Assim, o jornalismo económico desempenha o seu papel de mediador entre a economia, que necessita de ser escrutinada, e a sociedade que precisa de compreender a informação económica, tornando-se um tema proeminente nas sociedades e nos meios de comunicação social, ainda mais quando, em 2008, verifica-se a erupção de uma grave crise económica e financeira, um evento globalmente dramático, que provocou a falência de inúmeras empresas e instituições bancárias, recebendo atenção redobrada e significativa quer por parte dos governos que tentavam evitar os colapsos financeiros, assim como pelos meios de comunicação.

Todavia, a cobertura de notícias económicas por si só não é uma tarefa simples, tanto pela dificuldade que os dados económicos podem representar para o jornalista, como porque a economia é uma área movida de interesses, ainda mais quando se trata da cobertura noticiosa em tempos de crise, de uma fraude, da falência ou do colapso de uma empresa porque transparece uma imagem negativa que pode condicionar futuros investimentos ou afastar os consumidores e, portanto, as empresas encaram este tipo de trabalho jornalístico como hostil e podem tentar dissuadir os jornalistas de publicar, condicionar o seu acesso às fontes, etc. Além disto, ao noticiar eventos de falência ou fraude empresarial os jornalistas podem pôr em causa a subsistência do meio onde trabalham, fomentada não só pela venda direta como também através de anúncios publicitários ou da compra de ações por empresas externas, e receando a pressão destes grupos económicos e a consequente rejeição de financiamento, as notícias podem sofrer algum enviesamento noticioso ou mesmo omissão de factos e dados relevantes. No entanto, não pode existir uma linearidade de pensamento nesta temática porque pode registar-se um efeito completamente contrário, dependendo da forma como os meios de comunicação encaram estes acontecimentos, já que as fraudes, as falências ou os colapsos empresariais podem tornar-se escândalos mediáticos e, com isto, os jornais podem

aumentar as suas vendas pela constante procura informativa de um leitor sedento de informação sobre o inesperado acontecimento.

Por tudo isto, a nossa investigação propõe-se refletir sobre a forma como a imprensa internacional e portuguesa enquadra alguns dos escândalos bancários mais marcantes da história como foi o caso do Banco Espírito Santos em Portugal, do *Lehman Brothers* nos Estados Unidos da América e do banco *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation* (HSBC) no Reino Unido e por se tratar de uma área tão sensível como a económica e que pode “abandar” a forma como os grupos financeiros encaram o trabalho jornalístico questionaremos, em particular, se os *media* apresentam o mesmo tipo de enquadramento nos três casos ou ângulos diferentes.

Para iniciar este trabalho, começaremos por situar, no primeiro capítulo uma abordagem ampliada sobre o conceito de *framing*, tendo em conta a existência de múltiplas definições, dos seus efeitos nos leitores e funções e iremos desenvolver uma clarificação que pretende distinguir dois conceitos muitas vezes confundidos: *framing* e *agenda-setting*. O segundo capítulo procura perceber como o jornalismo económico trata a informação económica ao ponto a tornar facilmente perceptível ao leitor comum e como assume uma importância crucial em épocas de crise e na abordagem de acontecimentos tão relevantes como a falência de um banco. O terceiro capítulo procura analisar o conceito de escândalo mediático através da análise de alguns trabalhos que propõem definições de tipos específicos de escândalos mediáticos, tal como o trabalho de John B. Thompson, para perceber se os escândalos bancários aqui abordados podem ser refletidos como um escândalo mediático. No quarto capítulo iremos explicar os procedimentos metodológicos – método de recolha de notícias; apresentação das hipóteses de investigação –; definir e categorizar as variáveis de análise e desenvolver uma breve história dos meios de comunicação e dos casos em estudo. Este trabalho culmina, no quinto capítulo, com a apresentação e análise dos resultados obtidos.

Capítulo I

Framing

O conceito de *framing*, traduzido em português como enquadramento, utilizado na área da fotografia e da cinematografia para definir a perspectiva de uma mensagem visual e os vários ângulos de uma câmara surge, também, associado à comunicação pela mão do antropólogo e epistemólogo anglo-americano Gregory Bateson que, em 1954, na obra “A Theory of Play and Fantasy”, considera que enquadrar significa delimitar um conjunto de mensagens que adquirem sentido numa situação partilhada pelos interlocutores, ou seja, qualquer mensagem que define um enquadramento fornece ao destinatário instruções para a sua compreensão.

O *framing* torna-se, assim, um conceito incontornável nas ciências sociais e humanas, apesar das suas aplicações em diferentes especialidades disciplinares, desde a psicologia através de autores como Kahneman (2003), Kahneman e Tversky (1979 e 1984), a sociologia através de Gamson e Modigliani (1987 e 1989) e Goffman, linguística com Lakoff e Johnson em 1981, estudos literários, musicologia, filmologia, etc. Além disto, é encarado de diferentes formas e Paul D’Angelo (2010:2) numa obra intitulada *Doing news framing analysis* apresenta as diferentes aplicações que alguns estudiosos da área criaram: Pan e Kosicki (1993) e McLeod e Detenver (1999) encaram o *framing* uma abordagem, uma abordagem ao enquadramento dado aos textos noticiosos; Scheufele (1999) já considera o *framing* uma teoria dos efeitos dos *media* e, na mesma linha, Price e Tewksbury (1997) consideram o *framing* como uma classificação dos *media*; para Kuypers (2005) o *framing* é uma perspectiva; para Endres (2004) é uma técnica analítica; Robert Entman (1993) vai mais longe e entende o conceito como um paradigma e, o autor da obra, D’Angelo (2002) como um programa de investigação multiparadigmático. No entanto, a generalização do uso deste conceito provocou a existência de uma infinita e variada literatura, que redundou em aplicações com sentidos distintos e até incompatíveis. O uso comum a que se presta a palavra também não ajuda à consistência conceptual.

1. As diferentes definições do conceito de *framing* no estudo dos *media*

O *framing* surge adaptado ao estudo dos *media* na década de sessenta do século XX através do trabalho desenvolvido por Todd Gitlin (1980) que investiga a cobertura

jornalística relacionada ao *Students for a Democratic Society* (SDS), um movimento estudantil dos Estados Unidos da América nos anos sessenta e Gamson e Modigliani (1989) que analisam material mediático a partir do conceito de *frame* e, mais tarde, em 1993, Robert Entman fortalece este conceito através das suas pesquisas sobre debates de temas públicos que ganham importância nos *media*.

Gaye Tuchman considera que “As notícias são uma janela para o mundo que pretendem dar-nos aquilo que queremos saber, necessitamos e devemos saber” (Tuchman, 1978:1 *apud* Gonçalves, 2011:159) e segundo Carragee e Roefs (2004 *apud* Fernandes, 2016:35) o *framing* constrói significados particulares, que originam o desenvolvimento de maneiras específicas de interpretar um assunto, mas existem influências estruturais, quer das organizações, das rotinas de produção e da ideologia dos jornalistas que condicionam a seleção e construção das notícias, ou seja, na forma como a notícia vai definir o seu enquadramento. Por isso, os textos noticiosos enquadram as questões da atualidade de uma forma que somos incapazes de as imaginar de diferente maneira.

Para um entendimento objetivo deste conceito é incontornável fazer referência às diferentes definições: Robert Entman (1993:52) explica o *framing* como uma “seleção e saliência” de determinados aspetos da realidade e Gamson e Modigliani encaram-no como “uma ideia organizadora central ou um enredo que proporciona o sentido para o desdobramento de uma série de eventos, promovendo a conexão entre eles. O enquadramento sugere sobre o que é a controvérsia em tela e qual a essência da questão” (Gamson e Modigliani, 1989: 3 *apud* Maia, 2009: 308); Shoemaker e Reese referem-se ao enquadramento como o “modo de apresentação que os jornalistas e outros comunicadores utilizam para apresentar a informação”⁴ (Shoemaker e Reese, 1996 *apud* Scheufele, 2007: 12); McLeod e Detenver consideram que

O “enquadramento noticioso é uma das mais importantes características de uma notícia, tanto em termos de fornecer um modelo que guia os jornalistas a reunir factos, citações e outros elementos da história nas notícias e também para orientar

⁴ Tradução livre. No original pode ler-se: “modes of presentation that journalists and other communicators use to present information”

interpretações pela audiência” (1999 *apud* Leal, 5 *apud* Fernandes 2016:35).

Iyengar partilha da ideia de que o “conceito de enquadramento refere-se a alterações subtis na declaração ou apresentação de...problemas”⁵ (1991:11 *apud* Reese, s.d.: 4) e Graber explica o *framing* como um “fundo interpretativo através do qual uma história é julgada”⁶ (1989: 77 *apud* Tankard: 98).

2. O conceito de *frame*

Associada a esta teoria surge a sua conceção analítica, que permite estudar a presença de enquadramentos nos textos noticiosos – o *frame* –, e para Anabela Carvalho (2000) podemos distinguir duas formas de o entender. A primeira perspetiva, baseada nos estudos da psicologia cognitiva e de inteligência artificial dos anos 70 e 80 do século XX, demonstra que os indivíduos percecionam um acontecimento através da atribuição de uma estrutura geral, considerando que as pessoas recorrem a *frames* porque fornecem um significado e ajuda-as a compreender uma realidade complexa - por exemplo, se formos na rua e virmos “uma pessoa a correr e logo atrás vejo uma pessoa estendida no chão e cheia de sangue e com uma faca ao lado” (p.144) rapidamente iremos associar o *frame* de homicídio àquela imagem e concluir que o indivíduo que vimos a correr era um assassino. A segunda perspetiva, considera que o *frame* relaciona-se com a estrutura do texto noticioso e é nesta conceção que diversos autores encaixam as suas definições, como iremos constatar.

O *frame* é entendido, na generalidade, como padrões de interpretação utilizados pelos leitores para classificar a informação e processá-la de forma eficiente, mas abrange uma pluralidade de definições: Goffman considera que os *frames* são um “conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivos neles” (Goffman, 1986:10 *apud* Mendonça; Simões, 2012:189) e que permite aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus limites” (Goffman, 1974: 21 *apud* Maia, 2009: 306) que possibilitam a definição das situações pelos sujeitos e Gitlin,

⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “...the concept of framing refers to subtle alterations in the statement of presentation of...problems”

⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “framing supplies the interpretive background by which the story is judged”.

corroborando com esta definição, encara os *frames* como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção e ênfase, e exclusão, através dos quais os administradores de símbolos organizam rotineiramente seus discursos” (Gitlin, 1980:7 *apud* Maia, 2009: 307); para Edelman os *frames* exercem a sua influência “especialmente no modo como as observações são classificadas e categorizadas”⁷ (1993:232 *apud* Reese, 4), Gamson e Modigliani delimitam o *frame* como “uma ideia organizadora central...para dar sentido a eventos relevantes, sugerindo o que está em questão”⁸ (1989:3 *apud* Reese, s.d.:4) e Capella e Jamieson propõem que os “*frames* ativam o conhecimento, estimulam o *stock* cultural da moral e os valores e criam contextos”⁹ (Cappella; Jamieson: 1997:47 *apud* Vreese, 2005: 53).

Robert Entman (2010) defende que o jornalista ao selecionar e salientar alguns aspetos da realidade promove uma determinada interpretação do assunto abordado, ou seja, ao tornar um pedaço de informação mais noticiável, significativa e memorável para a audiência, aumenta a probabilidade dos recetores perceberem a informação, avaliarem o significado, processarem e armazenarem-na na sua memória. Para isso, utiliza os *frames* que podem ser identificados no texto através da presença de determinadas palavras-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação ou frases, e “introduzem ou aprimoram a avaliação ou a aparente importância de certas ideias para avaliar”¹⁰ (Entman, 2010: 391) um determinado acontecimento. Além disto, para Entman (2004:6) os *frames* desempenham quatro funções: definem problemas – definem o que o agente causal está a fazer; especificam causas – identificam as forças que deram origem ao problema; transmitem apreciações morais – avalia os agentes causais e efeitos; e transmitem soluções – oferecem e justificam possíveis tratamentos para os problemas em questão. Para exemplificar estas funções o autor recorre a uma análise do atentado do 11 de setembro nos Estados Unidos da América considerando que a definição do problema foi o atentado que causou milhares de mortes de civis; a causa foi o governo talibã afegão e os seus líderes; o julgamento moral resultou na condenação dos agentes causais como pessoas más e sem carácter e a solução foi a guerra contra o Afeganistão. Partilhando da

⁷ Tradução livre. No original pode ler-se: “especially in how observations are classified...and categorized”

⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: “central organizing idea...for making sense relevant events, suggesting what is at issue”

⁹ Tradução livre. No original pode ler-se: “frames activate knowledge, stimulate ‘stocks of cultural morals and values, and create contexts”.

¹⁰ Tradução livre. No original pode ler-se: “frames introduce or enhance the availability and apparent importance of certain ideas for evaluating a political object”

ideia de que os *frames* estão presentes nas estruturas textuais Tankard (2001:101 *apud* Vreese, 2005: 54) considera que existem onze mecanismos do texto noticioso que permitem identificar os *frames*: “título, subtítulos, fotos, legendas das fotografias, leads, seleção da fonte, citações, recolha de citações, logotipos, estatísticas e gráficos e conclusões e parágrafos”¹¹.

Stephen D. Reese (s.d.:5) vai mais longe e avalia os *frames* como “princípios organizados, socialmente partilhados e persistentes ao longo do tempo e que estruturam o mundo social”¹² e, por isso, são parte integrante da cultura de uma sociedade, ao orientar a forma como os jornalistas selecionam e constroem a informação, influenciando a cognição e as atitudes dos membros da audiência. Além disto, o autor sugere um conjunto de seis componentes para os *frames*: organização – permitem-nos organizar a informação cognitivamente, ou seja, quando nos convidam a pensar os fenómenos sociais apelando aos nossos preconceitos psicológicos ou culturalmente, quando os *frames* são utilizados de forma estratégica e nos permitem compreender a informação noticiada tendo em conta o nosso *background* cultural; os *frames* podem ser encarados como um princípio organizador, uma ferramenta ou esquema de interpretação que através dos textos noticiosos estrutura o significado social e devem ser partilhados para poderem ser úteis na organização informativa, mas a sua aceitação e partilha depende da compreensão que o leitor faz do texto; a importância dos *frames* reside na sua longevidade ao longo do tempo, na sua persistência, sugerindo que são resistentes à mudança, o que significa que se o *frame* não se altera ao longo do tempo é porque está a satisfazer uma necessidade importante; “os *frames* revelam-se em formas simbólicas de expressão”¹³, ou seja, a forma como a estrutura dos *media* cria determinados *frames* e exclui outros enfatiza o conteúdo e permite-nos concluir sobre o enquadramento utilizado; os *frames* organizam-se em estruturas ou padrões identificáveis e variam consoante a sua complexidade e alguns são facilmente identificáveis, embora outros dependam de estruturas mais complexas e implícitas que não permite uma identificação imediata.

¹¹ Tradução livre. No original pode ler-se: “headline; subheads; photos; photo captions; leads; source selection; quotes selection; pull quotes; logos; statistics and charts; concluding statements and paragraphs”.

¹² Tradução livre. No original pode ler-se: “Frames are organizing principles that are socially shared and persistent over time, that work symbolically to meaningfully structure the social world”

¹³ Tradução livre. No original pode ler-se: “The frame is revealed in symbolic forms of expression”

Chong e Druckman consideram que o termo *frame* divide-se em dois modos principais: o “*media frame*” (Chong & Druckman, 2007:100 *apud* Maia, 2009: 306; Rossetto, 2012: 106), ou seja, o enquadramento dos *media*, e referem-se à influência que os enquadramentos exercem no processo de cognição e interpretação dos leitores e baseiam-se em recursos simbólicos, quer verbais como visuais – “palavras, imagens, frases e estilos de apresentação e o “*individual frame*” ou “*thought frame*” (Chong & Druckman, 2007:100 *apud* Maia, 2009: 306; Rossetto, 2012: 106), ou seja, o enquadramento individual ou do pensamento, e circunscreve-se àquilo que a audiência considera o aspeto mais proeminente de um tema.

No entanto, é importante perceber de que forma o jornalista enquanto construtor do mundo real, ao selecionar determinados acontecimentos em detrimento de outros, decide quais os *frames* que irá utilizar ao longo da produção noticiosa e que condicionarão a percepção do leitor sobre o acontecimento em questão.

2.1. *Frame-building*

O conceito de *frame-building* fornece uma explicação sobre o conjunto de “fatores que influenciam a qualidade estrutural dos *frames* nas notícias”¹⁴ (Vreese, 2005:52) e os diversos estudos revelam que existe uma dualidade de fatores que condicionam o trabalho dos jornalistas: fatores externos, que dizem respeito à interação entre jornalistas, elites e os movimentos sociais e os fatores internos que determinam a forma como os jornalistas organizam os *frames* nas notícias.

Shoemaker e Reese (1996 *apud* Scheufele, 1999: 115) decretam a existência de três fontes de influência neste processo de criação de *frames*: as influências centradas no jornalista, ou seja, as crenças e ideologias do próprio jornalista, como por exemplo, a sua conduta profissional através do (in)cumprimento das normas de ética e deontologia; as rotinas organizacionais ou a orientação política do meio de comunicação e as fontes externas de influência, através dos atores políticos, das autoridades, os grupos de interesse, etc. Para Gans (1976:79 *apud* Scheufele, 1999: 116) são os grupos de interesse ou atores políticos a sugerir os *frames* aos jornalistas que, sem qualquer questionamento,

¹⁴ Tradução livre. No original pode ler-se: “the factors that influence the structural qualities of news frames”

os incorporam na cobertura noticiosa e, por isso, afirma que os jornalistas “simplesmente seguram num espelho refletindo a imagem [das fontes]”¹⁵ nas notícias.

Pan e Kosicki (1993 *apud* Scheufele, 1999: 111) circunscrevem quatro fatores que influenciam o processo de construção e/ ou escolha de *frames*: os arranjos das estruturas sintáticas através das palavras ou frases; as estruturas escritas que através das palavras transmitem notoriedade a um evento; as estruturas temáticas que demonstram a tendência dos jornalistas para impor um tema causal e as estruturas retóricas refletidas através das escolhas estilísticas dos jornalistas.

Jörge Matthes (2012) circunscreve quatro princípios que ajudam a definir os *frames*: “*frame competition*” (p.6), sendo que “há sempre uma competição de *frames* entre os comunicadores estratégicos e as elites, o que significa que há uma luta pelo sentido, uma batalha para definir uma interpretação dominante sobre um determinado tema”¹⁶ (p.6); os jornalistas podem não utilizar os *frames* que os atores envolvidos escolheram usar e são livres de os modificar, reformular e, por isso, existe uma “*frame selection and modification*” (p.6); o *framing* é um processo dinâmico e diacrónico – “*framing is a dynamic and diachronic process*” (p.6) – que evolui ao longo dos tempos e interage com os diferentes atores envolvidos no ato comunicativo – elites políticas, meios de comunicação social e opinião pública; e os *frames*, por serem padrões que permitem a interpretação e avaliação de uma questão, são consistentes – “*frame consistency*” (p.6); – ao invocarem frequentemente o mesmo padrão de elementos de uma estrutura consistente que torna possível que os leitores observem, compreendam e memorizem o *frame* para futuras utilizações.

Contudo, nem sempre existem *frames* prontos a ser utilizados dado a ocorrência de eventos inesperados que veem desafiar as normas do enquadramento jornalístico e, por isso, quando surge um evento inesperado surge a possibilidade dos atores e jornalistas influenciarem o processo de construção destas estruturas porque não existem previamente.

¹⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “journalists simply holding a mirror to them and reflecting their image to the audience”

¹⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “there is always a competition of frames among the elite or strategic communicators. (...) There is a struggle over meaning, a battle to define a dominant interpretation of an issue.”

Por tudo isto, Price e Tewksbury (1997 *apud* Scheufele, 2011: 12) consideram que o conceito de *frame* tem um efeito de aplicabilidade, o seu sucesso está dependente da forma como o leitor o aplica num esquema cognitivo e, por isso, o *framing* é entendido como um processo que através dos *frames* permite que a audiência dê sentido às informações que recebe, moldando as interpretações do público sobre as questões abordadas, provocando determinados efeitos no público.

3. *Framing Effects*

Os *frames* presentes nas notícias afetam a aprendizagem, interpretação e avaliação das questões e eventos e, por isso, Druckman (2001:1042 *apud* Matthes, 2011:4) assevera que o efeito de *framing* “ocorre quando, ao descrever uma determinada questão ou evento, enfatizam-se as considerações de um ator envolvido que irão despertar a atenção do público para essa informação e condicionar a construção da opinião”¹⁷.

Contudo, para que o *framing* tenha efeito é necessário que os *frames* sejam adotados pelo público, sendo por isso imprescindível que haja uma repetição de *frames* e que pode surgir de diversas formas: através da constante presença na agenda mediática; da existência de uma luta pela definição de *frames* como, por exemplo, entre as elites políticas e os jornalistas, mas quando os *frames* de ambas as partes já são do conhecimento do público, o efeito de *framing* tende a ser mais fraco, algo que acontece também em situações de conflito quando o jornalista segue a norma de apresentar ambos os lados da questão; da apresentação de *frames* com argumentos fortes e factos convincentes exercem efeitos mais fortes e os seus efeitos são extremamente condicionados pelas fontes, tendo em conta a sua credibilidade, atitudes tomadas em situações anteriores e comunicação interpessoal com os cidadãos. “Noutras palavras, os *frames* afetam as opiniões ao fazerem certas considerações parecer mais importantes que outras, provocando uma forte influência na atitude final”¹⁸ (T.E. Nelson, Clawson &

¹⁷ Tradução livre. No original pode ler-se: “occur when, in the course of describing an issue or event, a speaker’s emphasis on a subset of potentially relevant considerations causes individuals to focus on these considerations when constructing their opinions”.

¹⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: In other words, frames affect opinions simply by making certain considerations seem more important than others, these considerations, in turn, carry greater weight for the final attitude”

Oxley, 1997: 569 *apud* Johnson-Cartee, 2004:26), orientando a forma como as pessoas entendem o mundo e reagem aos acontecimentos.

A literatura sobre *framing effects* considera a existência de três elementos no efeito de *framing* – acessibilidade; importância da crença e crença de conteúdo: o primeiro, coloca a hipótese de que os *media* desempenham uma função de acessibilidade e para Cappella; Jamieson (1997) e Iyengar (1991) os *frames* não alteram as ideias de um cidadão, mas permitem que as ideias existentes se tornem mais acessíveis, ou seja, os *frames* influenciam a acessibilidade das associações na memória, aumentando a probabilidade dos membros do público as seguirem quando pensam sobre essa questão e ajudam os indivíduos a colocar informação na memória a longo-prazo ao considerarem-na como significativa. Todavia, este modelo não recebeu muito suporte empírico e diversos autores, como por exemplo, Scheufele que descarta a noção de acessibilidade por considerar que o “*framing* influencia a forma como a audiência pensa sobre questões, não ao tornar aspectos mais salientes, mas ao invocar esquemas interpretativos que influenciam a compreensão da informação recebida” (Scheufele, 2000:309 *apud* Lecher; Vreese, 2012:187) e surge, assim, uma outra corrente de pensamento que considera que os efeitos de *framing* são predominantemente mediados pela importância na crença, já que o *framing* ao destacar um determinado aspecto, ignorando outro, altera a importância que os indivíduos conferem a um problema. Slothuus vai mais longe e (2008 *apud* Vreese; Boomgaarden; Semetko, 2011:182) considera que o *framing* afeta o conteúdo da crença (“*belief content*”), sugerindo que o *framing* torna os indivíduos conscientes de conexões entre crenças e temas que ainda não tinha pensado e que, por isso, não se modifica apenas a importância das crenças, mas também as próprias crenças são alteradas, oferecendo novos vínculos e considerações que não existiam.

4. Framing e Agenda-setting: a mesma teoria?

Diversos autores consideram que o conceito de *framing* está diretamente relacionado com o de *agenda-setting* e que os *media* influenciam a percepção da audiência ao enfatizar determinadas questões, originando um primeiro nível de *agenda-setting* e através da saliência de atributos criam um segundo nível, onde atua o *framing*.

Nesta abordagem, o *agenda-setting* ao focar-se mais em certos eventos do que noutros e ao categorizar os objetos noticiosos através de atributos, altera a relevância que

o público dá a esses temas e fomenta o desenvolvimento de opinião, definindo a agenda pública – *public agenda*¹⁹. Assim, os objetos noticiosos que definem a agenda mediática variam em saliência e nos atributos, ou seja, quando são escolhidos pelos jornalistas e adotados na agenda pública tornam-se bastante salientes, mas também podem ser relegados ou esquecidos, assim como a seleção de atributos, explicando que os assuntos selecionados pelos meios de comunicação possuem determinadas características que são selecionadas, transmitidas ou excluídas e o agendamento passa de um nível focado na atenção para um nível de compreensão. Para os investigadores do *agenda-setting* (Ghanem, 1997; McCombs, 1995; McCombs e Evatt, 1995) o *frame* pode ser encarado como um atributo de um objeto, o que pressupõe que o objeto noticioso é o ponto de partida para a atribuição do *frame* que é um dos inúmeros atributos que o pesquisador lhe pode anexar.

A análise de Iyengar e Simon's (1993 *apud* McCombs: 68) da crise do Golfo Pérsico é capaz de ajudar à compreensão destes dois níveis: quando se afirma que a crise no Golfo foi o problema mais importante enfrentado pela nação estamos a ter em conta o primeiro nível, mas quando a crise é descrita tendo em conta as opções diplomáticas ou militares estamos perante o segundo nível e é este nível que suscita algumas dúvidas daquilo que realmente define a teoria do *agenda-setting*: será que os *media* não só nos dizem sobre o que pensar, mas também como pensar? É neste segundo nível que esta corrente de pensamento considera que o *agenda-setting* e o *framing* compartilham um terreno comum, já que a produção de enquadramento envolve a seleção de aspetos da realidade e o seu destaque no texto noticioso através da seleção e partilha de determinadas características.

No entanto, esta abordagem tem sido fortemente criticada por outros investigadores por motivos concetuais como empíricos e por considerarem-na redutora ao ignorar o contexto da história e o papel do jornalista na estruturação do conteúdo noticioso e reduzir o *frame* a um mero atributo. Entman, por exemplo, considera que o entendimento do conceito de *framing* permite-nos perceber a forma como pensamos determinados temas que foram previamente estabelecidos pela agenda, oferecendo-nos uma forma de descrever o poder de um texto comunicativo:

¹⁹ O *agenda-setting* ao definir quais os assuntos mais importantes influencia três tipos de agenda: a agenda mediática – *media agenda* –, a agenda pública – *public agenda* –, e a agenda política – *policy agenda* –.

“the concept of framing consistently offers a way to describe the power of a communicating text. Analysis of frames illuminates the precise way in which influence over a human consciousness is exerted by the transfer (or communication) of information from one location – such as a speech, utterance, news report, or novel – to that consciousness.” (Entman, 1993, 51)²⁰.

Kosicki (1993) considera que o *framing* não deve ser encarado como uma extensão da teoria do *agenda-setting*, porque o *framing* define-se por uma perspectiva cognitiva explícita contrariamente à teoria do agendamento e Scheufele (1999) defende que enquanto o *agenda-setting* ocupa-se da seleção e destaque das notícias, referindo-se ao objeto, o *framing* seleciona e dá destaque aos termos divulgados, referindo-se aos atributos de transmissão e, por tudo isto, consideramos que estes dois conceitos não podem ser entendidos como semelhantes.

Capítulo II

O jornalismo económico

1. O jornalismo e a economia

Para uma compreensão objetiva do conceito de jornalismo económico é importante apresentar a definição dos conceitos de jornalismo e economia separadamente para que, posteriormente, se possam perceber na totalidade, embora expô-los seja uma tarefa difícil porque não existe uma definição única e incontestável. Nelson Traquina, apresenta-nos uma definição de jornalismo de forma simples, mas direta, considerando-o “(...) a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia. Uma breve passagem pelos jornais diários vê a vida dividida em secções que vão da sociedade, economia, a ciência e o ambiente, à educação, à cultura (...)” (Traquina, 2002: 9). A economia surge, assim, como uma das secções da vida e, historicamente, o termo “economia” e “económico” tem origem no vocabulário grego – *Oikos* e *Oikonomia* – respetivamente, e significa “arrumar

²⁰ Tradução livre: “O conceito de enquadramento consiste em oferece uma maneira de descrever o poder de um texto de comunicação. A análise dos *frames* permite compreender o modo em que a influência sobre a consciência humana é exercida pela transferência (ou comunicação) de informações - como um discurso, um enunciado, um noticiário ou um romance - para essa consciência”

a casa”. Todavia diversos autores consideram que esta ideia está há muito ultrapassada, surgindo diversas tentativas de definição: Alfred Marshal, famoso economista inglês do século XIX e início do século XX, considera que “a economia é o estudo da humanidade nos assuntos correntes da vida” (Marshal *apud* Neves, 2013:38); Vítor Bento define economia como o estudo do “comportamento do ser humano no que se refere às escolhas que visam a utilização dos recursos existentes, escassos por natureza face às suas múltiplas aplicações alternativas para satisfazer os desejos ou necessidades das pessoas” (Bento, 2004: 79 *apud* Jacinto, 2016:20). E, por isso, é uma atividade preponderante na mente das pessoas “influenciando o seu carácter através das reflexões a que dá lugar e das relações sociais que estabelece” (Bento, 2004: 78 *apud* Jacinto, 2016:20) e para Robert J. Holton, a economia é muito mais que a mão invisível de Adam Smith ou uma mera ciência que analisa a produção e distribuição de bens de consumo e serviços, é “uma relação de mútua dependência” (Holton, 1995:15 *apud* Mendes, 2014:15) entre a economia e a sociedade, já que “as questões económicas estão intimamente ligadas ao modo como compreendemos a estrutura e a dinâmica da vida social, e aos debates sobre as disposições económicas que melhor possibilitam o avanço do bem-estar da humanidade” (*Ibidem*). João César das Neves define a economia como uma “ciência humana” (Neves, 2013:20) que permite o estudo do comportamento humano perspectivado na sua relação interpessoal, já que “cada pessoa depende dos outros, do funcionamento da Economia para a maior parte das coisas: alimentação, vestuário, informação. Somos incapazes de produzir coisas básicas: um pão, um fósforo, uma lâmpada, um par de calças, um motor de automóvel” (*Ibidem*). Partilhando desta ideia, Sidnei Basile afirma que “se vivemos juntos, em sociedade, é essencial que tenhamos acesso, cada um de nós ao que acontece, ao que se passa. Desde o aparecimento de um buraco na rua por onde transitamos que pode de alguma forma mudar as nossas vidas” (Basile, 2012: XVI *apud* Jacinto, 2016:21) o que nos leva a perceber que mesmo os acontecimentos mais distantes influenciam a nossa vida e a economia também parece um assunto de importância menor para o cidadão comum, mas é notória a sua presença no quotidiano das sociedades modernas mesmo nos assuntos aparentemente mais rotineiros, como por exemplo, o emprego ou desemprego, o crescimento e o declínio económico, a riqueza e a pobreza, a produtividade e a improdutividade que necessitam de ser explicados pelos meios de comunicação social para se tornarem facilmente perceptíveis.

Assim, o jornalismo económico surge como um “guia de sobrevivência” (Caldas, s./d: s./p. *apud* Martins, 2007:10) que pretende facilitar a compreensão de temas relativos à economia de um país, uma área que utiliza conceitos técnicos que podem, de um modo geral, não ser do conhecimento do público. Contudo, Sidnei Basile assevera que a sociedade menospreza a atuação do jornalismo económico porque “não tem plena consciência do papel do jornalismo para a sua sobrevivência” (Basile, 2012: XVIII *apud* Jacinto,2016:22) porque existe o estigma de que o jornalismo económico é um género informativo que só tem interesse para profissionais do mercado financeiro, técnicos do governo ou outras áreas do ramo económico, mas a compreensão destes temas é imprescindível para o exercício de uma cidadania ativa e esclarecida.

Keith Hayes, pelo contrário, vê no jornalismo económico “o ramo mais entusiasmante do jornalismo de hoje em dia e irá permanecer como a carreira mais sólida dos jornalistas daqui em diante” (Hayes, 2014: 1 *apud* Jacinto,2016:24), asseverando-lhe uma extrema relevância nos assuntos do quotidiano, quer para os jornalistas que sentiram a necessidade de abordar os temas económicos com a globalização, as trocas económicas e a constante flutuação da economia; os bancos e instituições financeiras que necessitam de informação já trabalhada pelos jornalistas para poder agir em conformidade; para a indústria que procura informação constante sobre lucros e prejuízos económicos para poder celebrar futuros contratos; como também para as sociedades que através das notícias podem averiguar se compensa investir numa determinada empresa ou não, através da forma como os jornalistas enquadram as notícias, ou seja, se os *media* publicam a constante insolvência ou falência de determinadas empresas, os cidadãos apercebem-se da inviabilidade do investimento nas ações desse negócio.

No entanto, o jornalismo económico nem sempre foi como o conhecemos atualmente, tendo sofrido influências e alterações com a passagem do tempo e com a forma como os mercados foram lidando com este temática e, por isso, é essencial desenvolver uma breve reflexão sobre a sua evolução e consequente mudança.

2. O jornalismo económico: breve contextualização histórica

Não é possível apresentar uma data concreta do aparecimento do jornalismo económico porque “(...) tem a mesma idade da imprensa. Não há registo de um jornal sem notícias de factos económicos” (Suely, 2003: 5 *apud* Mendes, 2014:15) e as primeiras

publicações económicas nasceram intimamente ligadas aos mercados, publicadas por comerciantes e corretores que visionaram o papel fundamental da publicação de determinadas informações económicas, quer no aumento do potencial dos seus negócios, como também para satisfazer a procura de informação por um público especializado na área, como outros comerciantes e investidores e, por isso, começaram por publicar folhas simples, mas repletas de informações económicas, tais como os preços de matérias-primas e as taxas de câmbio.

É durante o século XVIII e início do século XIX, que as notícias económicas começaram a ganhar expoente e a desenvolver-se cada vez mais, surgindo novos jornais económicos com fórmulas jornalísticas mais compostas, ao publicar também notícias e opiniões de teor económico, mas a evolução mais acentuada dá-se com a grande depressão de 1929²¹ e, mais tarde, entre o fim da década de 60 e o início de 70 com a urgente necessidade de noticiar as contantes crises do petróleo, a inflação, os défices orçamentais, os despedimentos coletivos e a retração no consumo e Pamela Kluge, de forma mais pormenorizada, aponta um conjunto de fatores que potenciaram esta a crescente relevância: a excitação de Wall Street no fim dos anos 60; o aumento exponencial de grupos económicos organizados em conglomerados; o choque do preço do petróleo no início dos anos 70; o desgaste da hegemonia da economia americana na cena mundial; a emergência do Japão como potência económica e da Alemanha como concorrentes importantes, etc. (Kluge, 1991 *apud* Martins, 2007: 42).

Mais recentemente, em 2008, a crise financeira dos Estados Unidos da América, da dívida europeia e a crise do euro que originou a implementação de programas de ajustamento da *troika*, como aconteceu em Portugal, tornou-se uma das principais notícias do novo século, ocupando fortemente o jornalismo económico que teve de aprender a lidar com estes assuntos mais complexos, com eventos surpreendentes e resultados incertos e, por isso, Keith Hayes considera que “ a crise financeira de 2008 e os problemas subsequentes vividos em quase todos os países do mundo” (Hayes, 2014:4

²¹ Acabada a primeira guerra mundial tudo apontava para um era de prosperidade para a economia americana, mas a grande manifesta-se pela acumulação de excedentes agrícolas, a especulação bolsista e situações de superprodução industrial e a confirmação dos indicadores económicos de uma diminuição dos lucros das empresas provocaram uma corrida à venda de ações, de tal modo que já não havia compradores, dando-se o mais *crash* bolsistas da história – o *crash* de Wall Street. Com tudo isto, a crise alastrou-se à Europa, já que os bancos americanos deixaram de financiar a economia europeia e iniciaram um processo de recuperação dos capitais investidos, o que gerou a falência do sistema financeiro europeia e a dependência de investimentos externos.

apud Jacinto, 2016: 17) são os principais responsáveis “pelo maior crescimento” (*Ibidem*) das notícias económicas nos *media*. Além disto, em setembro de 2008, as campanhas de alarme para a realidade das crises fizeram-se ouvir, particularmente, após a queda do grupo *Lehman Brothers*, nos Estados Unidos da América, uma falência aparentemente provocada pela crise *subprime*²² e que leva Pedro Guerreiro, ex-diretor do *Jornal de Negócios*, a afirmar que “Houve de facto um antes e depois da falência de *Lehman Brothers*, a 15 de setembro, um domingo”²³. Com isto, podemos afirmar que a crise económica possui um valor de notícia alto, tornando-se uma tema fortemente noticiado pelos *media* e, segundo as cinco tipologias de notícias propostas por Gaye Tuchman (1978) é possível considerar as notícias sobre crise económica como *hard news*, ou seja, tratam de temas interessantes para o público, de temas factuais e importantes cuja disseminação é urgente, ao contrário das *soft news* que têm tendência para abordar assuntos que apelam ao sentimento humano (Tuchman, 1978: s./p. *apud* Balnaves, *et al.*, 2009:223).

2.1. Aparecimento e evolução do jornalismo económico em Portugal

Para desenvolver uma história do jornalismo económico português é necessário compreender o contexto económico, político e social que vigorava na época e, por isso, iremos apresentar resumidamente uma breve contextualização.

Antes do 25 de abril de 1974 “Portugal (...) apresentava um rendimento nacional *per capita* de um terço dos países mais prósperos da Europa e a agricultura ocupava 45% da força de trabalho nacional” (Lopes, 2002:13 *apud* Martins, 2007:54), algo que se alterou entre 1975 e 1976, o período posterior ao 25 de abril de 1974, em que se verifica um crescimento da população motivado pelo retorno dos portugueses das ex-colónias e em 1978 e 1983, na tentativa de corrigir alguns excessos da política económica, Portugal assina dois acordos de resgate económico com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e consequente sujeição da economia portuguesa às alterações da sua inserção num

²² A crise *subprime* advém da concessão de crédito bancários impagáveis no setor imobiliário que fizeram com que os bancos criassem condições favoráveis à compra de casa, mesmo àqueles cujos rendimentos não garantiam, à partida, o cumprimento de um compromisso a longo prazo com a instituição a crédito.

²³ Pedro Guerreiro em entrevista a *Meios&Publicidade*, «Crise traz novos leitores para o jornalismo económico», Entrevista de Sofia da Palma Rodrigues, 28 de novembro de 2008, In: <http://www.meiosepublicidade.pt/2008/11/crise-traz-novos-leitores-para-o-jornalismo-economico/>

enorme espaço de trocas comerciais livres, começa a surgir um momento de viragem com a emergência de uma nova imprensa, já não tão preocupada com os assuntos políticos, mas mais orientada para as questões económicas. Christiana Martins considera que este acontecimento histórico potenciou o *boom* do aparecimento dos jornais económicos em Portugal e Mário Mesquita, partilhando desta ideia, afirma que a entrada de Portugal na CEE foi decisiva para o jornalismo económico português:

“o ano de 1986 e o início de 1987 ficaram assinalados por diversas iniciativas no domínio da informação económica. Jornais diários e semanários criaram novos suplementos económicos, dando maior desenvolvimento à informação e análise económicas (caso, por exemplo, do Diário de Notícias), enquanto novas publicações, como o Semanário Económico, surgiram, em 1987, à procura de um lugar no mercado da informação, abrindo uma senda que continua a ser explorada” (1994:389 *apud* Martins, 2007:59)

Nicolau Santos, jornalista especializado em assuntos económicos, organiza a evolução do jornalismo português em três fases distintas e considera que vivemos num momento de transição para uma quarta etapa. A primeira etapa desenvolveu-se entre 1974 e 1986, caracterizando-se por um período de estatização dos meios de comunicação social muito orientados para a cobertura dos acontecimentos políticos; o segundo momento inicia-se em 1986, com a adesão de Portugal à CEE, e estende-se até 1992 e, é neste momento, que em janeiro de 1987 Portugal acaba com a inexistência de jornais de informação económica através do nascimento d’ *O Jornal do Comercio* e do *Semanário Económico* e é um momento propício ao aparecimento de publicações que aproveitam para explorar este novo nicho de mercado. O terceiro momento desenrola-se entre 1992, através do aparecimento das televisões privadas, da privatização dos jornais do Estado²⁴ e da abertura das rádios locais e em 2002, através do surgimento de novos projetos na imprensa regional. Para o autor, o momento de transição, o quarto momento, inicia-se em 2003 e pauta-se pelo aumento da concentração dos *media*, pela crescente profissionalização dos jornalistas, pela fusão de serviços, que pretendem reaproveitar o trabalho do jornalista para os diferentes meios e nota-se o aparecimento de uma autocensura, que ocorre quando está em causa a publicação de alguma notícia sobre o

²⁴ Foram privatizados em 1988 *A Capital*, em 1990 o *Jornal de Notícias*, no ano seguinte foi a vez do *Diário de Notícias* e em 1993 a *Rádio Comercial*.

grupo onde o jornalista trabalha e uma forte pressão exercida pelas fontes sobre os jornalistas (Santos *apud* Martins, 2007:155).

Apesar destes condicionalismos, o jornalismo económico é considerado um elemento essencial em qualquer sociedade e, por isso, todos os diários ou semanários de ampla circulação sentiram necessidade de dedicar inevitavelmente alguma secção ou páginas a este tema, outros criaram uma espécie de segundo jornal, os denominados suplementos, para poderem abordar este tema, como o *Público* que criou o suplemento *Economia*, entre outros. Além disto, surgem ainda os jornais especializados em economia, como por exemplo, o *Diário Económico* nascido em 1989 ou o *Semanário Económico* publicado em 1987 que evidenciam a existência de um público interessado e disposto a pagar a informação económica, algo que tem justificado a sobrevivência destes jornais, ainda que num mercado tão restrito como o nosso.

3. Desafios do jornalismo económico

3.1. Jornalismo generalista e jornalismo especializado

É facilmente perceptível que trabalhar com uma temática como a economia exige uma extrema dedicação por parte dos jornalistas, uma vez que “é talvez o tema mais intimidatório do jornalismo” (Kluge *apud* Martins, 2007: 41) que exige que os factos sejam explicados de forma clara, sem recurso a jargões técnicos, para se tornarem facilmente perceptíveis para o leitor comum e estas são exigências ainda mais prementes quando se fala de um jornalismo económico que é praticado, na maioria das vezes, por jornalistas não-especializados em economia. Tendo por base esta ideia, importa aqui clarificar que os jornais alvo de análise neste trabalho são jornais generalistas que dedicam uma secção aos assuntos económicos, o que nos permite estabelecer uma dicotomia entre o jornalismo generalista e o especializado, uma questão muito pertinente de ser examinada que nos irá permitir compreender o porquê das notícias económicas serem como são e o modo como o leitor as compreende.

Com o aparecimento de novos meios de comunicação, como a rádio e a televisão e, mais recentemente, a internet, capazes por questões temporais e de suporte abordar múltiplos temas, os meios impressos têm necessidade de fazer face a esta concorrência e procuram satisfazer um mercado com uma audiência bipolar, por um lado uma audiência

que procura estar informada sobre a generalidade dos temas e, para isso, recorre à leitura dos jornais generalistas, capazes de abordar os mais variados temas e outra que ambiciona uma informação mais completa, promovendo um conhecimento mais profundo, provocando o aparecimento do jornalismo especializado que trabalha com assuntos e temáticas específicas, tal como a economia, seja um jornal económico ou uma revista de ciência, etc.

No entanto esta distinção entre jornalismo generalista e especializado não é consensual e autores, como por exemplo, Mário Erbolato (1981), Nilson Lage (2005), Elcias Lustosa (1996) consideram que o aparecimento do jornalismo especializado não está diretamente relacionado como o aparecimento de meios de comunicação que abordam exclusiva e extensivamente um determinado tema, mas uma “(...) uma consequência lógica da divisão do trabalho nos veículos de comunicação” (Lustosa, 1996:109 *apud* Tavares, 2009:120) porque além das redações passarem a organizar-se por hierarquia – editores de secção, subeditor, jornalistas, etc –, também houve uma fragmentação informativa em editoriais, ou seja, encaram as editoriais como divisões dentro do próprio jornal, que refletem o significado da especialização jornalística.

Refletindo sobre esta ideia, concluímos que apesar dos jornalistas especialistas em generalidades trabalharem, na sua maioria, organizados por secções não devem ser considerados especializados porque o jornalismo especializado, que produz as histórias por iniciativa própria, construindo estreitas relações com as fontes para que os mantenham informados sobre o campo temático onde se movimentam, trabalha os assuntos de modo a fornecer ao leitor uma explicação concreta e é imperial a sua capacidade para perceber, no caso da economia, o que está por trás dos números porque “por detrás destes números escondem-se pessoas que os definem, os utilizam e, quem sabe, os instrumentalizam e que fazem com que isso afete outras pessoas” (Martins, 2007:20). Pelo contrário, o jornalismo generalista, segmentado em diferentes secções para conseguir oferecer ao leitor um produto diversificado onde pode encontrar reunidos alguns dos seus interesses individuais, tem como objeto da informação “quase sempre uma anomalia, algo excepcional e não a norma” [*sic*] (Kucinski, 2000:21 *apud* Martins, 2007:44) e o jornalista que vai para o terreno, salvo algumas exceções, não possui um conhecimento prévio quer sobre os temas ou acontecimentos, como também das fontes que lhes asseguram a informação e esta ideia é bem notória quando Vânia Jacinto (2016: 37) afirma que durante o seu estágio na SIC o caso do Banco Espírito Santo por ser “um

caso de tamanha extensão e com vários agentes políticos, económicos e outras entidades envolvidas, os jornalistas generalistas, que não acompanhavam diretamente o desenrolar dos acontecimentos – no sentido em que não produziam peças informativas sobre o tema em todos os momentos em que surgiam notícias sobre o caso –, assumiam que tinham mais dificuldades em perceber alguns pormenores ou até deixar escapar algumas informações relevantes.”

No entanto, nas duas formas de encarar o jornalismo – generalista ou especializado – é fundamental a existência de uma harmonia, por um lado, entre uma abordagem que pode tornar-se demasiado corriqueira e superficial, mas por outro ao poder isolar-se e abordar os temas de forma tão profunda e hermética que a informação torna-se incompreensível, sendo primordial que o jornalista assuma sempre o seu papel de pedagogo, de ensinador e, por isso, transformar o seu trabalho numa espécie de dicionário facilmente perceptível para um leigo como para um especialista, mesmo os jornalistas especializados. Assim, a ênfase do que é julgado como noticiável difere das publicações generalista para as especializadas porque, se nas primeiras, o jornalista ao ter de cativar a atenção do leitor para os assuntos económicos tem no interesse do leitor um fator subjacente à escolha das histórias económicas, uma vez estes jornais servem principalmente os leitores leigos, ou seja, aqueles que não procuram a leitura de um jornal especializado, mas uma informação económica menos técnica do que a dos jornais especializados, a “cobertura de notícias muitas vezes inclina-se mais na direção do *infotainment* centrado em atores, eventos e intrigas que estão situados no reino dos negócios e finanças” ²⁵(2006: 437). Por isso, diversos autores (Doyle, 2006) consideram que para captar a atenção do leitor é necessário dar à notícia económica um ângulo humano ao concentrar-se em pessoas e personalidades, em vez de se concentrar em tendências tecnológicas ou estruturas industriais e outra das formas de cativar a atenção do leitor é a escolha de notícias que têm uma dimensão pessoal, isto é, aquelas que dizem respeito a aspetos da vida privada do leitor, como por exemplo, notícias sobre os preços das casas, das taxas de juro, das reformas e focam-se principalmente, em grandes nomes corporativos, marcas bem conhecidas para que sejam compreendidas por todos. Contrariamente, o segundo género de publicações não o necessita de fazer porque o leitor

²⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “For others – especially those catering primarily to lay audiences – news coverage often leans more in the direction of ‘infotainment’ centred around actors, events and intrigues that happen to be situated in the realm of business and finance.”

ao procurar este meio de comunicação já tem interesse nessa área, tornando o jornalista mais livre para desenvolver uma análise aprofundada sobre os assuntos económicos.

Os jornais especializados refletem, assim, os privilégios de se dirigir a uma audiência interessada e relativamente alfabetizada economicamente, recorrendo a especialistas que procuram ajudar a explicar e interpretar os assuntos económicos, como por exemplo, para facilitar a avaliação das perspectivas de investimento corporativo, algo que nos jornais generalistas não acontece, tendo o constante desafio de tornar a notícia económica mais acessível e atraente para o seu público mais leigo.

3.2. Características do jornalismo económico

Os textos jornalísticos sobre economia têm má fama: são difíceis de compreender e entediantes de ler. Todavia, é necessário salientar que pelo facto do jornalista estar a trabalhar com números é-lhe exigido que sabia explicar os fenómenos de uma forma clara para poderem ser facilmente compreendidos e que apure os assuntos económicos de interesse público de forma equilibrada, sem esquecer que este trabalho deve assentar nos “rituais da profissão” (Basile, 2012:9 *apud* Jacinto, 2016:24).

O jornalismo económico deve reger-se pela simplicidade, ao escrever de forma clara, coesa e objetiva, que permita ao leitor compreender as notícias, afastando-se da tentação de usar jargões económicos, mas também cativá-lo através de “um olhar criativo sobre a realidade, uma curiosidade quase infantil” (*Ibidem*) e, por isso, o jornalista não pode ser somente mais um a abordar aquele tema, tem de inovar, de ser capaz de colocar questões que mais ninguém colocou para poder dar a conhecer um lado que ainda ninguém explorou. A este propósito, diversos autores, como por exemplo, Labaton (2008), Jameson (2009) e Kleinnijenhuis (2013) partilham a ideia de que as crises económicas, os escândalos empresariais e os desastres financeiros são, na maior das vezes, resultado de problemas comunicacionais:

“os gerentes que tinham informações privilegiadas sobre os problemas não conseguiram convencer outros a tomar as medidas apropriadas. Os executivos não conseguiram transmitir as más notícias aos accionistas e às directorias, mas sim reconfiguraram-nas como boas notícias. Diretores corporativos e reguladores

governamentais não conseguiram ouvir atentamente os pontos de vista alternativos ou minoritários”²⁶ [sic] (Labaton, 2008 *apud* Jameson, 2009: 502)

Além disto,

“os investidores não fizeram perguntas para sondarem, em vez de aceitar o valor nominal que lhes foi proposto. Os banqueiros, corretores de imóveis não conseguiram explicar a informação de forma clara e justa, especialmente informações técnicas ou jurídicas quando comunicadas a audiências não-especializadas. Os consumidores não conseguiram ler os contratos e documentos de hipoteca de forma cuidada e questionar sobre o que não compreendiam”²⁷ (Jameson, 2009: 502)

Com isto, pretendemos afirmar que o jornalismo e os jornalistas têm um papel importante a desempenhar, já que ao confiar demasiado nas fontes que julgam bem informadas, os jornalistas estão a entregar-lhes o poder de comunicar através das citações e da informação que partilham, sejam factos ou números que podem não estar corretos. Assim, o jornalismo deve ser claro e objetivo para permitir ao leitor uma compreensão, ainda que provisória devido ao contexto específico de tempo e lugar em que os significados contruídos surgem, evitando que má comunicação gere um mau entendimento e compreensão de um determinado dado económico.

O jornalista deve também ser capaz de se questionar sobre o motivo de determinadas informações surgirem num dado momento, investigando o contexto da situação antes de publicar seja o que for porque “o jornalismo económico faz revelações importantes que afetam toda a gente. E [os jornalistas] precisam analisá-las de forma inteligente e contextualizá-las de modo útil” (Hayes, 2014: 3 *apud* Jacinto, 2016: 25).

²⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “Managers who had inside information about the problems failed to persuade others to take appropriate action. Executives failed to convey the bad news to shareholders and boards but instead reconfigured it as good news. Corporate directors and government regulators failed to listen carefully to alternative or minority viewpoints”

²⁷ Tradução livre. No original pode ler-se: “Investors failed to ask probing questions rather than accepting at face value what they were told. Bankers, realtors, and brokers failed to explain information clearly and fairly, especially technical or legal information being communicated to non-expert audiences. Consumers failed to read contracts and mortgage documents carefully and to question passages that were not clear.”

Porém, Alain de Botton não partilha de grande otimismo em relação ao trabalho de questionamento e interpretação que o jornalismo deve ter na área económica por considerar que está pouco inclinado em oferecer ao leitor uma verdadeira educação económica, limitando-se apenas a “dizer-nos sobre o que se está a passar, mas sem qualquer convicção sobre o que poderia ou deveria passar-se” (Botton, 2014:139), ou seja, considera que o jornalismo ao definir a agenda, que digere a atenção do público para aquilo que os *media* consideram ser importante, condiciona-se a si próprio porque não se afastam dessa mesma agenda para fazer outro tipo de perguntas e, na tentativa de contrariar tal fenómeno, define que “um serviço noticioso perfeito analisaria os acontecimentos correntes, mas incluiria também uma ideia ousada dos princípios económicos em que a sociedade deveria idealmente basear-se” (*Ibidem*).

A credibilidade da informação económica é outra das características que deve pautar o jornalismo económico porque os números são facilmente manipuláveis pelos interesses pessoais e empresariais. Por isso, o jornalista tem de estar bem preparado para não revelar desconhecimento e pouca independência das fontes e, por isso, deve “saber do que se fala quando se fala com alguém; há que saber o que se esconde ou desvenda por trás dos números” (Martins, 2007:20), só possível quando há fiabilidade dos números ou dados económicos com os quais o jornalista trabalha, que por ser uma informação muito pormenorizada a mais pequena incorreção pode ter um efeito desastroso, mas também pela confiança que o jornalista deposita nas suas fontes, um elemento crucial no nesta temática jornalística que leva Christiana Martins a afirmar que no jornalismo económico as fontes “são muito ariscas” (Martins, 2007 *apud* Mendes, 2014: 41).

A relação dos jornalistas económicos com as suas fontes é um “casamento de conveniência” (López-Escobar *apud* Pinto, 2000: 282 *apud* Jacinto, 2016: 48) e, por isso, é o aspeto mais delicado neste tipo de jornalismo porque as notícias estão inteiramente dependentes das fontes que o jornalista invoca e a quem recorre para saber informação. Não obstante, as fontes não são seres desinteressados e atuam com “estratégias táticas bem determinadas” (Pinto, 2000: 282 *apud* Jacinto, 2016: 48) para “marcar a agenda dos *media*, jogar o seu jogo, tirar partido da sua lógica de funcionamento e, por esta via, atingir os objetivos que são, em primeiro lugar, os dos interesses que servem” (*Ibidem*), o que levanta questões inerentes a conflitos de interesse e abusos de mercado, através de

uma prática de abuso de informação privilegiada – *insider trading*²⁸, através do uso indevido de informações privilegiadas que não são do conhecimento público, permitindo desenvolver operações no mercado que possibilitam a obtenção de lucro e de vantagens. Neste sentido, Kurtz (2000: XII *apud* Martins, 2007:23) realça que se o jornalista publicar uma notícia negativa sobre uma empresa, o valor das suas ações pode cair “em minutos”, assim como ao publicar sobre a conclusão de uma difícil aquisição empresarial, por exemplo, as ações podem subir repentinamente. Por isto, esta relação é de uma excessiva conveniência mútua, o que leva Mike Berry (2012: 254) a fazer referência a um estudo de Fahy e outros autores (2010:13) sobre o papel dos jornalistas irlandeses na crise bancária do seu país que afirma que:

“Eles [os jornalistas] consideravam [banqueiros e promotores imobiliários] como amigos e aliados e tornavam-se defensores deles. A sua abordagem foi justificada editorialmente porque muitas das fontes limitaram o acesso aos jornalistas, de tal modo que se tornou melhor escrever histórias suaves sobre eles do que perder-lhes o acesso. As histórias extremamente suaves permitiriam obter um acesso mais abrangente.”²⁹

Além disto, as fontes ao serem as vozes dominantes das notícias influenciam o *frame-building* e, por isso, as notícias sofrem uma grande influência ao refletir os seus *frames*, mas a probabilidade disto acontecer não é sempre a mesma e Lawrence (2000 *apud* Falasca, 2014:4) distingue entre “event-driven news” – notícias sobre eventos³⁰ - e “institutionally-driven new” – notícias sobre assuntos institucionais³¹ – para esclarecer que dependendo da temática, as fontes tem maior ou menor influência nos *frames* utilizados nas notícias, concordando com a ideia de Pan e Kosicki (1993), já aqui abordada, que considera as estruturas temáticas como um poderosíssimo influenciador do processo de construção e/ ou escolha dos *frames*. As notícias sobre eventos focam-se em

²⁸ *Insider trading*, legal ou ilegal dependendo do quadro legal do país onde é praticada, que se desenvolve através da negociação de valores mobiliários baseada no conhecimento de informações privilegiadas que são do domínio público e que possibilitam auferir lucro ou vantagens de mercado.

²⁹Tradução livre. No original pode ler-se: “they [journalists] viewed them [bankers and property developers] as friends and allies and essentially became advocates for them. Their approach was justified editorially because many developers and bankers limited access to such an extent that it became seen to be better to write soft stories about them than to lose access. Extremely soft stories would be run to gain access too.”

³⁰ Tradução livre

³¹ Tradução livre

eventos acidentais dramáticos, cuja definição de problema é mais volátil e de difícil controlo pelas fontes, o que resulta numa menor influência de *frames*, tornando estas notícias mais abertas a uma variedade de *frames* e, pelo contrário, as notícias sobre assuntos institucionais são, normalmente, dirigidas por instituições e refere-se às atividades quotidianas, aos conflitos e aos debates das organizações institucionais e os *frames* nestas notícias são geralmente oferecidos pelas elites associadas ao meios institucional, desempenhando o papel principal na definição dos problemas que aparecem neste tópico noticioso. No jornalismo económico as crises económicas e financeiras são eventos inesperados que, devido à pouca frequência com que se registam, deveriam, de acordo com as expetativas teóricas, criar uma dinâmica que estimule os jornalistas a incluir diferentes vozes e perspetivas na cobertura noticiosa deste tema que por serem inesperados não possuem *frames* estabelecidos, mas será que isto acontece na prática?

Vários autores ao estudarem a mais diversas crises constataram que, tendo por base as características do jornalismo económico aqui explanadas, existem um conjunto de *frames* que são comuns ao tratamento jornalístico das crises económicas e, por exemplo, Semetko e Valkenburg's (2000 *apud* Mao, 2014: 1033) ao analisarem a crise financeira asiática e a crise da dívida europeia identificaram cinco frames – a responsabilidade; as consequências económicas; o conflito, a moralidade e o interesse humano e, além destes, durante as suas investigações constataram que existem *frames* como a “atribuição de responsabilidade”³² – “the responsibility frame”; “a avaliação das consequências económicas”³³ – “the economic consequences frame”; “a descrição dos conflitos entre individuais ou de grupo”³⁴ – “the conflict frame”; “a menção à moral ou à religião”³⁵ – “the morality frame”; e, por fim, “a expressão do sentimento humano e do sentimento”³⁶ – “the human interest frame” que são comuns ao tratamento de crises, sejam crises ambientais ou de segurança interna de um país. Nesta semelhança, Schifferes e Coulter (2013:246 *apud* Bjerke, *et al.*, 2015:114) consideram que no Reino Unido os jornalistas recorreram a alguns dos *frames* há muito estabelecidos para explicar a crise financeira, sendo que o escândalo, através da culpabilização dos banqueiros; o pânico moral que

³² Tradução livre. No original pode ler-se: “the attribution of responsibility”

³³ Tradução livre. No original pode ler-se: “the evaluation of economic consequences”

³⁴ Tradução livre. No original pode ler-se: “the description of conflicts between individual or groups”

³⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “the mention of moral or religious prescriptions”

³⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “the expression of human emotions and feelings”

culpa o público e a reforma que culpa os políticos são os principais *frames* utilizados nos textos noticiosos.

Capítulo III

O escândalo mediático

1. O conceito de escândalo

A palavra escândalo possui uma longa e complexa história que se descreve com elementos do pensamento grego, latino e judaico-cristão inicial: a sua origem etimológica que deriva da raiz indo-germânica «*skand*» significa pular ou saltar (Thompson, 2002:38) e em grego surge através da expressão «*skandalom*» para designar, segundo Lidell e Scott (1996), a reação de espanto do público ao ver um atleta quase em desequilíbrio. Para Thompson (2002) este conceito é utilizado de forma figurada para significar uma armadilha, um obstáculo ou uma “causa do tropeço moral” (p.37) e foi utilizado também na versão grega do Antigo Testamento, no *Septuaginta*, e no Novo Testamento para designar um obstáculo, uma armadilha, uma «ocasião de tropeço», de «queda no erro», ou seja, o escândalo era entendido como obstáculo para a fé, a moral, como uma falha, uma conduta humana entendida como um pecado. A palavra «*scandal*» surge a partir dos séculos XVI e XVII nas línguas europeias, e começa por não se circunscrever apenas a conotações relativas ao indivíduo, mas também de ofensa dos sentimentos de um grupo de pessoas.

Diversos são os autores que partem desta última utilização do conceito de escândalo e, num sentido mais moderno do termo multiplicam-no em várias definições: Eric de Dampierre (1954 *apud* Prior, 2016:37) considera que para acontecer um escândalo são necessárias duas personagens – aquela que provoca o escândalo e aquela que se deixa escandalizar – e consiste numa ocasião de queda, um tropeço seja através da ação ou do discurso de alguém ao transgredir os “valores partilhados por um determinado grupo social” (1954:330 *apud* Prior, 2016:38) e, neste sentido, o escândalo implica a existência de um público que, ao sentir-se ofendido pelo comportamento de transgressão dos valores morais, símbolos e modelos sociais, publicita o escândalo e propaga-o na esfera pública; James Lull e Stehen Hinerman (s./d.:3) consideram que o “escândalo é um termo que

serve para delinear uma violação da conduta moral”³⁷; Laura Kipnis (2010 *apud* Thompson, 2002: 39) afirma que o escândalo tem como premissa “Algo previamente privado, humilhante, deliberadamente escondido, provavelmente ilegal, torna-se público. O transgressor é punido e a ordem social é restaurada” e John B. Thompson, o autor que mais contribuiu para a compreensão do conceito de escândalo e das suas consequências na vida social e política, considera que “o escândalo refere-se a acções ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidas de outros e que são suficientemente sérias para provocar uma resposta pública” [*sic*] (2002: 40) e que os escândalos não são mais que meros acontecimentos locais “que surgem de contextos de interação face a face, envolvendo indivíduos muito conhecidos um do outro como familiares, amigos, vizinhos, companheiros” (2002: 59).

O mesmo autor (2002: 40-50) considera que para existir um escândalo deve preencher cinco requisitos essenciais: em primeiro lugar, tem de haver imperativamente uma “transgressão de certos valores, normas ou códigos morais” (2002: 40), mas considera também que, em determinados momentos, a simples suspeição, seja real ou ficcionada, de uma possível transgressão é suficiente para desencadear um escândalo – “um leve cheiro de escândalo é, muitas vezes, suficiente para levar um escândalo à frente” (2002:45), mesmo que mais tarde essa suposição se mostre injustificada. Além disto, no caso de existir uma transgressão é necessário salientar que nem todas as transgressões podem ser encaradas como escandalosas, uma vez que o seu valor é mensurável, ou seja, uma pequena infração do código da estrada não é considerada um escândalo, assim como a cultura de cada país, consoante os seus valores e normas morais, determina aquilo que é considerado uma violação dos seus princípios e o que é considerado “escandaloso no Japão pode ser algo vulgar e aceite na França, porque a consciência e a moralidade coletiva variam consoante o espaço e o tempo” (Lowi (s./d.) *apud* Markovits; Silverstein, 1988: viii *apud* Paixão, 2010:27). Em segundo lugar, depois de alguém ter cometido um ato transgressor há a tendência para a sua ocultação, de manter em segredo dos indivíduos não envolvidos, aqueles que Thompson designa por não-participantes, e para isso muitos desenvolvem estratégias de ocultação, o que o leva a asseverar que esta atitude implica uma transgressão de segunda ordem, já que a atenção é transferida do ato primeiro para um conjunto de atitudes, tais como a obstrução, afirmações falsas e a mentira, que

³⁷ Tradução livre. No original pode ler-se: “Scandal serves as a term to delineate a breach in moral conduct”

pretendem esconder a ofensa, porque é a atitude que dá origem a um ciclo intensificador e dá vida ao escândalo e, por isso, considera que os escândalos tem de ser do conhecimento público, ou seja, tem de haver um “público de não-participantes que saiba deles” (2002:46), envolvendo assim “um processo de tornar público ou tornar visível, através do qual as acções ou acontecimento se tornam conhecidos por outros” (*Ibidem*). Em terceiro lugar o individuo ao agir ou proferir um determinado discurso está a transgredir, mas só há uma ofensa aos valores e normas morais se houver um conjunto de indivíduos não-participantes que se sintam lesados e, consequentemente desaprovem a transgressão, mas pelo contrário se tiverem uma atitude indiferente para com a transgressão a sustentação do escândalo torna-se difícil e apesar de ser necessária uma atitude de reprovação perante o ato infrator Thompson considera que não é suficiente. Em quarto lugar, define a necessidade de “alguns não-participantes expressem a sua desaprovação denunciando publicamente as acções ou acontecimentos” [*sic*] (2002:40) porque para o autor “o fenómeno escândalo é constituído tanto por acções como por atos de fala: por acções de transgressão e pelos atos de fala de outros que respondem àquelas acções como formas adequadas de expressão” [*sic*] (2002: 47). Se não houver resposta, também não haverá escândalo e este discurso ao ser proferido publicamente e ao censurar, reprovar, condenar a atitude do escandaloso provoca o pensamento de que as ações semelhantes às cometidas pelo infrator são vergonhosas e trazem-lhe descrédito perante a sociedade. Em quinto lugar Thompson defende que a revelação e posterior condenação das ações provocam consequências na reputação do individuo transgressor, seja através dos processos criminais, perdas de cargo, carreiras arruinadas, entre outras.

Contudo, depois de apresentar esta teoria e ao descrever as características do escândalo, Thompson revela que existem outras formas de escândalo que transcendem o simples escândalo localizado, aquilo que entende serem “Os escândalos (...) de acontecimentos locais que surgem de contextos de interacção face a face, envolvendo indivíduos que são muitos conhecidos um do outro (...)” [*sic*] (Thompson, 2002:59) e apresenta-nos o conceito de “escândalo midiático” [*sic*]. Embora, ao apresentar a segunda característica de um escândalo esta ideia já está implícita, uma vez que no ato de tornar público a transgressão é notório o papel fundamental que os meios de comunicação social desempenham na divulgação e mediatização dos escândalos e através deles a transgressão pode “sair da esfera restrita onde supostamente se encontrava, estendendo-se ao conhecimento público” (Paixão, 2010: 28), tornando inviável que um escândalo exista

sem a presença dos meios de comunicação de massas para tornarem público o ato transgredido pelo escandaloso e, corroborando com esta ideia, também Hélder Prior (2016:38) considera que “é o carácter público do escândalo que o converte num evento comunicacional, mormente porque não há escândalo sem meios de comunicação”. No entanto, este pensamento não é facilmente aceite por diversos autores que consideram que “os escândalos constituem uma realidade antropológica³⁸ fundamental que é independente dos meios de comunicação modernos” (Machuco, 2011: 1175) e que este novo conceito proposto por Thompson “corre o risco de não possuir qualquer especificidade explicativa própria, visto ser escândalo mediático aquilo que, por definição, é difundido pelos media...” (*Ibidem*). Apesar disto, ao longo deste trabalho iremos focar-nos no estudo do conceito de escândalo mediático apresentado por Thompson.

2. O aparecimento do escândalo mediático

O conceito de escândalo mediático é relativamente recente, contudo diversos autores como António Machuco Rosa e John B. Thompson, alertam para a existência, já nos séculos XVI e XVII, de formas de literatura popular, como os panfletos e volantes, que se caracterizavam por um forte espírito crítico, que julgava e denunciava a vida e atividade dos detentores do poder, de que é um bom exemplo o *Mercure Galant*, um dos primeiros periódicos franceses, que contrariando a tendência de partilhar informação de natureza comercial, procurava divulgar histórias de interação humana. No final do século XVIII, surge, na Inglaterra, um novo formato – a *penny press* – que difundia uma grande variedade de histórias sobre crime, violência sexual, jogos e desporto e, mais tarde, nos Estados Unidos, a *yellow press* que para Spencer (2007) representou a instauração da “imprensa de escândalos” (*apud* Machuco, 2011: 1176)

No entanto, é mais vincadamente desde o fim do século XVIII e início do século XIX que o mundo começa a experimentar o fenómeno moderno do escândalo mediático

³⁸Para António Machuco o escândalo é fundamental na teoria antropológica desenvolvida por René Girard que identifica o escândalo com o desejo mimético. No entanto, este é um tópico que não importa abordar para o estudo deste tema e para maior aprofundamento do tema deve ler-se Machuco, R., «O conceito de escândalo: entre realidade mediática e realidade antropológica», VII Congresso SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, dezembro de 2011

potenciado pelas alterações nos meios de comunicação da época: em primeiro lugar, através da profissionalização da atividade jornalística que potenciou o desenvolvimento de uma tradição de jornalismo investigativo que encarava o jornalismo como um guardião dos interesses públicos e, por isso, procurava revelar os segredos ocultos do poder, o que, numa segunda fase, impulsionava os jornais a querer crescer e consolidar a imprensa de circulação de massas. Com isto, os jornais iniciam uma luta ainda mais intensa para garantir uma fatia de mercado mais ampla, ou seja, financeiramente mais viável e o escândalo mediático ajuda a que os leitores se mantenham interessados na leitura de um jornal para seguirem os novos episódios do escândalo divulgado. Em terceiro lugar, a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação através da transmissão radiofónica e da televisiva; como também pelas transformações sociais que vieram moldar o mundo moderno com a redefinição das relações entre vida pública e privada, uma consequência dos novos tipos de visibilidade e publicidade potenciadas por estes novos meios de comunicação que vieram separar a visibilidade da copresença e permitir que pessoas localizadas em contextos longínquos se tornassem visíveis em espaços amplamente dispersos proporcionando-lhes um novo tipo de publicidade, impensável até ao aparecimento quer da rádio como da televisão. Assim, o termo escândalo começa a ser cada vez mais utilizado para descrever um novo e distinto tipo de evento que implicava a revelação, através dos meios de comunicação, de atividades ocultas e moralmente vergonhosas.

Além disto, os escândalos começaram a tornar-se mais preponderantes nos meios de comunicação porque facilmente percebeu-se que estava ali uma solução para alguns problemas e no seguimento desta ideia Thompson apresenta algumas das razões que levam os jornalistas a “orientar-se para a criação de um escândalo” (2002:117). Em primeiro lugar, destaca o fator económico associado a este conceito, visto que os meios de comunicação, empresas que através comercialização de informação obtêm o seu retorno financeiro, começaram a encarar o escândalo mediático como uma forma de divertir o público e que desperta o seu interesse e os faz comprar esta informação para manterem-se atualizados sobre os desenvolvimentos do escândalo e, neste sentido, “movidos por uma lógica de *infotainment*, ou tabloidização³⁹ (no caso da imprensa) tendem a privilegiar o entretenimento em vez da informação como relevante interesse

³⁹ O conceito de tabloide surge associado a um formato de jornais mais pequeno que o comum, mas passou a ser um sinónimo para designar a imprensa sensacionalista.

público” (p.109). Em segundo lugar, Thompson acredita que, apesar de alguns meios de comunicação afirmarem-se autônomos e imparciais dos partidos políticos, muitos escândalos surgem para ajudar a cumprir “objetivos políticos” e que, por isso, “muitos jornais estão dispostos a apoiar condicional e temporariamente os seus partidos ou líderes” (p.111). As “auto-concepções profissionais” [*sic*] (p.113) são o terceiro aspeto apontado pelo autor por considerar que o jornalismo pode dividir-se em dois hemisférios: aqueles que trabalham para contar os factos, combinando “o factual com histórias e enredos submersos da elite política” (p.112), e os que vivem para entreter e o escândalo veio neste segmento informativo contribuir para que “os jornalistas de investigação tenham passado a se considerar não apenas repórteres que deveriam esquadriñar por debaixo da superfície das coisas a fim de conseguir a verdade, mas também reformadores sociais que procuram moldar as agendas das políticas públicas provocando o ultraje moral em seus leitores ou espectadores” (p.122) ao apurar as “atividades secretas que chocassem e surpreendessem, que atingissem os nervos expostos da comunidade e levasse os responsáveis pelas políticas públicas e lhes dar uma satisfação (...)” (p.113). O último aspeto apontado pelo autor diz respeito às “rivalidades competitivas” (p.116), ou seja, os meios de comunicação vivem numa competição acesa entre si onde o vitorioso é aquele que dá primeiro a informação mais recente e atualizada, o que lhes confere um público mais assíduo e os escândalos mediáticos são fenómenos que produzem uma escalada noticiosa constante, que precisam de informação minuciosamente atualizada para manter o leitor atento e informado e quando “aceso por um faísca em um meio de comunicação, o escândalo pode rapidamente se espalhar pelos outros meios, as chamas são sopradas pelo simples facto de ser apresentado por muitas organizações de mídia que divulgam os acontecimentos. (...) Uma vez aceso, um escândalo midiático pode rapidamente transformar-se num incêndio incontornável” [*sic*] (p. 116)

Neste sentido, o conceito de escândalo mediático representa o ato de tornar público um desvio, de trazer à luz do dia atos privados que “desonram ou ofendem a moralidade idealizada e dominante da comunidade” (Lull; Hinerman, p. 3) onde o transgressor está inserido e “(...) erige-se na esfera pública mediante atos de fala!” (Prior, 2016:39) que são tornados públicos através da exposição e da discussão pública, “uma publicidade hodierna que permite a circulação de atos de fala que convertem o escândalo num acontecimento mediático” (Prior, 2016:40) e geram uma resposta pública, uma parte

integrante do escândalo segundo Thompson, que partilha e reconhece os valores simbólicos ofendidos e que procura condenar o escandaloso.

Um dos aspetos importantes de perceber está relacionado com a forma como os jornalistas têm acesso a informação tão sensível, como a de que um desvio foi cometido para a poderem tornar pública. Bruno Paixão (2010), ao estudar o escândalo político em Portugal, uma tipologia do escândalo mediático a abordar mais à frente neste trabalho, apresenta duas origens do escândalo político sustentando-se em alguns autores, embora estas formas de acesso informativo possam estender-se não só a todos os tipos de escândalo mediático, como também a toda a informação que os jornalistas divulgam. Segundo o autor, se por um lado, há casos onde a informação é oferecida pela fonte ao jornalista porque existe um certo interesse em expor essa informação, o que leva Joaquim Letria a observar que “o objetivo principal de um escândalo é a eliminação política, ou profissional, de uma pessoa ou de um grupo de pessoas” (1998:74) e, com esta missão, a fonte opta por escolher o jornalista com quem se relaciona, o denominado “casamento de conveniência” (López-Escobar *apud* Pinto, 2000: 282 *apud* Jacinto, 2016: 48,) algo já explanado neste trabalho, onde “a reconfortante sensação de entrar num segredo só partilhado por quem goza de incontestável confiança” (Rebelo, 2000:31) pode permitir que a fonte ao manipular a informação fornecida ao jornalista dite o que deve ou não ser notícia. Por outro lado, segundo a perspetiva de Molotch e Lester (1999:48 *apud* Paixão, 2010:42) o escândalo pode resultar de uma atividade intencional dos indivíduos, uma ocorrência que não é promovida pelo indivíduo transgressor, mas por outros com interesses – “a promoção não é feita por aqueles que originalmente despoletaram o *happening*” e, neste sentido, é facilmente perceptível que enquanto os *media* abordam um escândalo todos os olhares concentram-se no seu desenrolar, desviando a atenção de outros assuntos até bem mais importantes, mas que passam à margem porque “enquanto se fala de escândalo não se fala do que interessa (...). Como dormideira, o escândalo é da maior eficácia” (Letria, 1998: 65). Todavia, além destes dois fatores, consideramos que o jornalista ao desenvolver o seu trabalho de investigação, seja através da consulta de documentos; sondar junto de pessoas relacionadas com o tema; entre outros métodos pode descobrir informações sobre uma alegada transgressão e, conseqüentemente, ao publicá-las é capaz, ele próprio, de dar origem ao escândalo, sem ter sido forçosamente uma fonte a despoletar a publicação desse escândalo.

Numa fase posterior, quando o jornalista já tem a informação na sua posse segue-se o momento de a divulgar publicamente e o escândalo mediático, do ponto de vista informativo, tem regras e metodologias muito próprias, uma vez que o jornalista gere o escândalo tendo por base os seus objetivos, ou seja, manuseia a informação de forma a conseguir reter a atenção do leitor pelo tempo mais prolongado possível e Joaquim Letria (1998: 66) chega mesmo a afirmar que “o jornal ou a TV que administra um escândalo não dá nunca toda a informação que possui em poucas vezes. Pelo contrário, vai subministrando-a em pequenas ou em grandes doses, mas ficando sempre com um trunfo na manga”, uma ideia com a qual concordámos mas que, em parte, demonstra estar desatualizada porque este cenário só é possível acontecer quando a informação escandalosa resulta de uma investigação jornalística que está na posse de um só meio de comunicação porque, caso contrário, tendo em conta a concorrência desenfreada que vivemos atualmente nenhum meio de comunicação coibir-se-á de publicar toda a informação de uma só vez ou quando o escândalo já aconteceu, mas ainda não são conhecidos todos os pormenores e os jornalistas abordam constantemente a mesma informação até surgir uma atualização. Adicionalmente, este autor apresenta-nos as regras de Bökelmann (Bökelmann *apud* Letria, 1998: 66) que demonstram outras formas utilizadas pelos meios de comunicação para reter a atenção do leitor: a personalização, ou seja, do destaque de uma pessoa que pela força do escândalo irá tornar-se numa personalidade; da dramatização que só é atingível através da existência de pessoas na história; as rivalidades pessoais que devem aparecer sempre em primeiro plano e a procura de explicações, que surge em segundo plano, permitindo perceber como se exerce o poder, como se luta, como se alcança estatuto social, como se tem êxito ou fracasso.

Como é facilmente perceptível o escândalo mediático não é um acontecimento simples e passageiro como outro qualquer e, portanto, se o considerarmos como um “tipo distinto de acontecimento que se constitui em parte por formas midiáticas de comunicação, podemos ver também, que, como acontecimentos, eles possuem determinada estrutura sequencial” [*sic*] (Thompson, 20002:102), ou seja, “(...) estendem-se por um período de tempo que é sempre mais do que um dia e que pode durar semanas, meses, ou até mesmo anos, mas não pode durar indefinidamente” (*Ibidem*) e é tendo por base esta característica que Thompson apresenta as diferentes fases do escândalo mediático, que estão dependentes dos ritmos dos tribunais e das instituições políticas, conferindo picos de intensidade informativa durante o decorrer do escândalo, embora não

seja uma sequência inflexível, devido à incerteza do desenvolvimentos dos vários casos e ao comportamento de cada interveniente. Assim, Thompson (2002: 103-107) propõe-nos quatro fases: a primeira fase, a do pré-escândalo, acontece quando o ato transgressor ainda não se encontra no domínio da esfera pública, circulando ainda por entre um grupo restrito, enquanto boato, mas pode nunca chegar a ser do conhecimento público; segue-se a fase do escândalo, propriamente dito, que se inicia através da revelação pública da transgressão, e segue-se pelas mentiras ou tentativas de obstrução à justiça que o transgressor desenvolve para encobrir a transgressão, um momento que coloca em diferentes lados o protagonista do escândalo e os jornalistas; a este momento segue-se uma fase do auge, ou de clímax, o momento em que o escândalo atinge o seu expoente máximo, um ponto crítico de maior pressão, que pode resultar numa demissão, confissão de culpa, instauração de um processo criminal ou no caso de o escândalo ter-se baseado num boato e se comprovar ser falso, segue-se o momento inverso onde as acusações desaparecem e deixa de existir o escândalo; a quarta e última fase é a da consequência, “o período em que o calor do drama do escândalo e seu desenlace passaram, quando jornalistas, políticos e outros (...) se engajam em uma reflexão sobre os acontecimento e as implicações”[sic] (Thompson, 2002:106). Bruno Paixão (2010:47) considera que o “escândalo termina quando houver uma confissão, uma renúncia, um julgamento, ou quando os media reduzirem gradualmente a atenção que lhes dispensam” e isso pode acontecer quando surge um novo escândalo que desperta maior interesse ao leitor do que o anterior, acabando praticamente por extinguir-se. Também Fernando Jiménez Sánchez (1997 *apud* Paixão, 2010:47), corroborando com a classificação de Lawrence Sherman, apresenta seis fases do desenvolvimento do escândalo: revelação, publicação, defesa, dramatização, processo institucional e veredicto.

Thompson na sua obra analisa os escândalos mediáticos para, posteriormente, focar-se no estudo do escândalo político por considerar ser o mais predominante atualmente, embora considere que “Nem todos os escândalos são escândalos políticos e nem todos os escândalos políticos são iguais” (2002: 153) e, por isso, desenvolve uma distinção de três tipos básicos de escândalos políticos, ainda assim, para se entender esta tipologia é necessário compreender o que o autor considera um escândalo político “todo aquele que envolva um líder ou uma figura política” (2002:124). Segundo Thompson, os três tipos básicos de escândalo na esfera política são os escândalos sexuais, os financeiros e os de poder. Os escândalos sexuais ou político-sexuais, como o nome indica, “implicam

a revelação pública de atividades de personalidades políticas que envolvem, ou que podem ser retratadas como envolvendo uma transgressão de normas ou códigos em vigor que governam a conduta das relações sexuais ” (2002:154) e podem envolver “ofensas sexuais criminosas, tais como agressões referentes à homossexualidade em contextos onde atos homossexuais são (ou foram) ilegais, sexo com menores, assédio sexual ou prostituição” (2002:154); os escândalos político-financeiros revelam ligações inconvenientes entre o poder económico e político e, por isso, “implicam uma infração das regras que governam a aquisição e alocação de recursos financeiros” (2002:155) e neste tipo distinguem-se diferentes tipos de infrações envolvidas: a primeira forma, envolve uma troca irregular de recursos económicos com o intuito de influenciar decisões ou resultados políticos; a segunda prende-se com a apropriação de fundos públicos, fraude, engano ou abuso da informação para proveito pessoal ou privado; a terceira envolve a existência de interesses financeiros privados não declarados que podem não compactuar com as obrigações e responsabilidades de um político e, por fim, a quarta compreende vários tipos de corrupção eleitoral, desde o suborno de leitores, influência nas eleições e apropriação indevida de fundos de campanha; e os escândalos do poder “revelam atividades secretas e formas ocultas de poder que divergem das normas e procedimentos que supostamente deveriam regular a competição pelo, e o próprio exercício do poder político” (*Ibidem*).

Não obstante, Markovits e Silverstein (1988:6 *apud* Thompson, 2002:124), dois cientistas políticos, consideram que o escândalo político não é político tendo por base o *status* dos indivíduos, mas pela natureza da transgressão, por se tratar de uma “violação de um processo devido” (*Ibidem*), ou seja, as regras e procedimentos legais que governam o exercício do poder político e que os escândalos sexuais e financeiros, ao contrário do pensamento do autor anterior não são escândalos políticos a não ser que envolvam abuso do poder ao violar os processos e procedimentos. Apesar de considerarmos que a tipologia de escândalos está bem desenvolvida por Thompson partilhamos da opinião de Markovits e Silverstein e consideramos que nem todos os escândalos financeiros e sexuais têm de ser políticos.

Além destes, também James Lull e Stephen Hinerman (s./d.:20) apresentam três tipologias de escândalo: a institucional, ou seja, atos cometidos por aqueles que constituem as instituições políticas, de educação, negócios, militares ou religiosas que “desgraçam e ofendem a moral dominante e ocorrem em ambientes como escritórios

governamentais ou suítes empresariais”⁴⁰ (*Ibidem*), movidas por desejos privados que se tornam escandalosas por representarem não só uma figura importante, como as instituições para as quais trabalham; o escândalo estrela ocorre no momento em que “os meios de comunicação relevam o desaire de pessoas famosas que anulam as expectativas sociais, normas e práticas”⁴¹ e consideram que este escândalo contextualiza-se num “sistema de imagem” (Lull, 1995 *apud* Lull; Hinerman, s./d.:21) porque a transgressão é entendida tendo por base a imagem do famoso em circulação e, como exemplo, dizem-nos que Madonna, Michael Jackson são dois exemplos de escândalo estrela porque construíram o seu sucesso ao criar um estilo escandaloso que teve consequências na forma como os escândalos praticados foram entendidos pela sociedade e, por fim, os escândalos de psicodrama que transformam pessoas comuns em figuras públicas por feitos extraordinários, tocando as nossas emoções, medos, paixões e fraquezas.

Em jeito de conclusão, Thompson (2002: 283-295) apresenta-nos quatro teorias sobre o escândalo que resumem algumas das características deste inovador e importante conceito: 1) o autor considera que uma forma de encarar o escândalo é considerá-lo um acontecimento efémero, sem significado duradouro e construído pelos meios de comunicação, e que apesar de possuírem um forte valor de entretenimento, uma ideia que Joaquim Letria (1998: 65) considera um efeito perverso porque a tendência do mundo atual é a de transformar tudo em espetáculo e o escândalo mediático deixa de ser “um processo de defesa de identidade democrática para se converter em simples gozo de espreitação ou de voyeurismo” [*sic*] (*Ibidem*); 2) a teoria funcionalista do escândalo é a segunda maneira que nos propõe para pensar o escândalo e relaciona-se com as consequências que este acontecimento desencadeia, que, como já referi anteriormente, pode ser um “prejuízo à reputação de alguém” (Thompson, 2002:283) ao provocar uma carreira arruinada, uma vida destruída, ou mais grave, além das vida afetadas, o escândalo enfraquece instituições ou associações às quais essas pessoas estiveram ligadas até porque “a maior parte das relações e instituições sociais nas sociedades modernas fundamenta-se, até certo ponto, em formas de confiança, isto é – nas presunções referentes à competência, fidedignidade e boas intenções” (Thompson, 2002: 302), mas “reforça as normas, convenções que foram transgredidas pelas atividades em questão” (Thompson,

⁴⁰ Tradução livre. No original pode ler-se: “that disgrace or offend the dominant morality take place in setting such as government offices or corporate suites”

⁴¹ Tradução livre. No original pode ler-se: “the mass media reveal an instance of how the desires of famous people overrule social expectations, norms, and practices”

2002:284). Pelo contrário, Joaquim Letria (1998:65) atenta que o escândalo tem um efeito poderoso de hipocrisia porque coloca a «nu» o escandaloso e isso alimenta a nossa frustração e justifica os atos maldosos e, com isto, o escândalo torna-se “um poderoso bálsamo anestésico da consciência moral e política das pessoas” (2002:284) ; 3) neste tópico o autor propõe-nos a teoria da tribalização que reflete a forma como o escândalo e o impacto que provocam são encarados e baseia-se numa preocupação dos meios de comunicação “com o escândalo tende a subverter a qualidade do discurso e do debate públicos, concentrando a atenção das pessoas em matérias relativamente triviais” (2002:288) quando, pelo contrário, os assuntos relevantes são empurrados para segundo plano, ou seja, enquanto “as histórias lúridas sobre indiscrições pessoais de figuras públicas dominam as notícias” (*Ibidem*), colocando segundo Joaquim Letria (1998) os temas mais proeminentes da vida de uma sociedade, como a pobreza, o desemprego e a criminalidade nas margens, ou seja, relegando-os para segundo plano; 4) a teoria do escândalo da subversão contrária, em parte o que o autor propôs sobre o escândalo mediático, e foca-se em defender o escândalo porque considera que “longe de depreciar a qualidade do debate público [o escândalo], o enriquece, questionando as normas dominantes de jornalismo e virando as mesas dos poderosos e dos privilegiados” (2002:291).

Em jeito de conclusão, podemos asseverar que apesar do escândalo estar fortemente enraizado nas nossas tradições histórias vivemos numa era de visibilidade mediática onde o escândalo torna-se uma característica proeminente da vida social e política, transformando os limites entre as esferas públicas e privada e que, ao trazerem ao domínio público atividades ocultas estimulam o debate da conduta e responsabilidade dos que exercem o poder, também desviam a atenção das questões fulcrais.

Capítulo IV

Metodologia, variáveis de análise, enquadramento dos meios de comunicação e dos casos

1. Metodologia

Para proceder ao trabalho de investigação a que nos propomos e depois de todo o enquadramento teórico exposto (*framing*, jornalismo económico e escândalo mediático),

imprescindível para uma percepção objetiva e plena dos temas evocados, é possível agora enquadrar as opções metodológicas, assim como o *corpus* de análise.

Tendo em consideração a dimensão e o período temporal para desenvolvimento deste trabalho houve necessidade de delimitar esta investigação de modo a que se tornasse comportável e, por isso, restringimos o nosso estudo a três casos mais representativos e mediáticos deste tipo de eventos – a falência do Banco Espírito Santo em Portugal, da falência do *Lehman Brothers* nos EUA e o HSBC que, apesar de não ter declarado falência, esteve envolvido em escândalos que foram abalando as suas estruturas, particularmente a sua sede no Reino Unido –, e para compararmos os diferentes enquadramentos selecionámos para cada caso dois meios de comunicação figurativos das formas díspares como o trabalho jornalístico e conteúdos podem ser encarados: para analisar os enquadramentos do jornalismo de referência que, segundo Figueira (2012:70) “caracteriza-se pela atenção que dá aos temas de Política, Economia e Cultura. Tem uma linguagem cuidada e grande respeito pelo cumprimento das regras deontológicas. Evita o sensacionalismo (...)”, “privilegiando um ângulo analítico e explicativo” (Figueiras, 2005 *apud* Paixão, 2010: 89) escolhemos o jornal *Público* (BES), *The Washington Post* (*Lehman Brothers*) e *The Guardian* (HSBC), enquanto o *Jornal de Notícias* (BES), *USA Today* (*Lehman Brothers*), *The Independent* (HSBC) são vinculados a um jornalismo mais despreocupado e menos exigente, com um teor mais popular e que tem como alvo um público menos culto e exigente e, por isso, “As suas capas recorrem a títulos em grandes parangonas, os casos de política e tribunal, desporto e sexo, aliados ao tratamento noticioso sobre figuras conhecidas da moda e da tv” (*Ibidem*) – o jornalismo popular.

Na tentativa de orientar e tornar exequível este trabalho estabelecemos que a nossa pergunta de partida pretende perceber quais são os enquadramentos noticiosos conferidos aos casos de escândalo bancário e, com isto, propomos que esta investigação verifique ou refute as seguintes hipóteses: Hipótese 1: As notícias em análise apresentam diferentes enquadramentos noticiosos, quer nos jornais de referência, como nos que desenvolvem um jornalismo de teor mais popular e sensacionalista;

Hipótese 2: Ao aplicarem *frames* específicos – expressões de âmbito criminal – os jornais conferem a estes acontecimentos um enquadramento criminal.

Hipótese 3: Os meios de comunicação analisados noticiam estes casos como escândalos mediáticos;

2. Variáveis de análise

Para analisar de que forma os jornais em análise noticiaram estes casos criámos especificamente um conjunto de variáveis que, surgiram tanto da reutilização das ideias dos autores abordados na ilustração teórica deste trabalho, como são criações da autoria deste trabalho investigativo. Para que as variáveis e a forma como são codificadas seja facilmente perceptível apresentamos uma lista que explica o objetivo de cada variável, assim como a respetiva codificação. No entanto, poderá verificar-se a existência de notícias que não respondem às codificações criadas e sempre que isso se verificar utilizaremos o acrónimo Não Diz para as designar.

Título – identificação do título do artigo

Data – dia, mês e ano da publicação de cada peça

Autor(s) – permite-nos identificar nominalmente o autores das peças, mas pode verificar-se a existência de peças que não são assinadas e nesses casos usámos o acrónimo Não Diz (Não diz). Além desta situação, podem existir notícias que não são da autoria de jornalistas, sendo publicações criadas por agências de comunicação e, se assim for, a autoria é sempre atribuída ao autor da notícia, mesmo sendo uma agência. Assim, esta variável além de nos permitir analisar a frequência com que o jornalista escreveu sobre o tema permite-nos perceber se a notícia é produção própria ou, se pelo contrário, é uma notícia de agência.

Extensão – indica a dimensão da peça. Para melhor compreender o desenvolvimento dado a cada caso analisaremos a extensão das notícias através da contagem do número de linhas que ocupa, mas nos jornais onde o *layout* da página é mais pequeno e as linhas terminam no meio da página iremos contabilizar duas linhas como uma, de forma a igualar aos jornais onde as linhas se iniciam e terminam em cada uma das exterminadas da página.

Secção da notícia – através da análise da categorização temática de cada notícia permite-nos perceber o entendimento que o jornal tem relativamente a cada caso, ao colocá-las nas diferentes secções (economia, finanças; negócios; país; internacional; etc.)

Tipologia de títulos – caracterização dos títulos segundo a tipologia de Estrela Serrano (2006, 307-308 *apud* Paixão, 2010:91) que define os títulos como:

Títulos	Caraterísticas
Informativo	“Identificam o acontecimento sem pressupor qualquer espécie de conhecimento do destinatário sobre o contexto. Trazem uma resposta aos tópicos ‘Quem? O quê? Onde? Quando?’; indicam os factos ou os dados; indicam sinteticamente, as causas ou as consequências de um acontecimento (respondem à pergunta ‘Como?’” Estrela Serrano (2006, 307-308 <i>apud</i> Paixão, 2010:91)
Apelativo	“Assumem importância decisiva as funções poética, fática, conotativa ou, mesmo, expressiva. Não visam informar sobre um facto e sobre as circunstâncias que o singularizam mas invocar, em menor ou maior grau, um facto que se presume conhecido: procuram dramatizar os acontecimentos” Estrela Serrano (2006, 307-308 <i>apud</i> Paixão, 2010:91)
Lúdico	“Centrados sob a forma de mensagem (função poética da linguagem) podem ‘ser construídos à maneira do trocadilho’, quer lembrando ‘títulos de filmes, de livros, de canções ou de slogans publicitários’”
Interrogativo	“Construídos sob a forma de pergunta, jogam no contacto com o leitor (‘função fática da linguagem’); trata-se, em geral, de uma questão sem resposta ou, pelo menos, sem resposta imediata».
Outros	Declarativos, categoriais, etc.

Identificação das fontes – esta variável pretende fazer um levantamento de todas as fontes identificadas através de citações ou da sua referência nas notícias para identificar qual a fonte mais proeminente nos casos.

Framing judicial - a notícia aborda processos judiciais, investigações e mecanismos aplicados aos casos; possíveis consequências judiciais dos envolvidos nestes casos; etc.

Framing político – a informação relaciona-se com aspetos políticos, através da explicação de leis; comentários políticos aos casos; explicação da atuação das instituições governamentais que fiscalizam e regulam as instituições bancárias, etc,

Framing pessoal – a informação diz respeito ao lado pessoal do(s) agente(s) em causa, abordando, por exemplo, cargos profissionais que exerceram, história de vida, etc.

Frames – com base nos estudos de Semetko e Valkenburg's (2000 *apud* Mao, 2014: 1033) e de Schifferes e Coulter (2013:246 *apud* Bjerke, *et al.*, 2015:114) proponho-me analisar os *frames* que mais se destacam nas notícias, sendo que em cada notícia irei analisar os **três frames** mais destacados. Como *frames* defini: descrição do conflito ocorre quando a notícia fornece ao leitor uma contextualização dos casos em análise; a atribuição de responsabilidades, quando os jornais apresentam possíveis culpados para os casos ocorridos ou as ações levadas a cabo para encontrar um culpado; a análise das consequências destes casos ocorre quando o jornalista apresenta os efeitos gerados (queda de ações do próprio banco ou de outros; pedidos de empréstimo pelos bancos; fuga de clientes; etc) ou possíveis desfechos gerados por estes escândalos (contribuintes prejudicados por terem que pagar a dívida se determinadas instituições não intervisse e encontrassem outra solução; indemnizações; coimas; investigações); exposição de soluções, as notícias apresentam ao leitor quais as soluções aplicadas ou possíveis resoluções a aplicar em cada caso pelas instituições envolvidas.

Criminal Frame – esta variável pretende analisar aquilo que diversos autores, como por exemplo nos estudos desenvolvidos por Nelson e Oxley, 1997; Shan, Kwak e Zubric, 2004 (*apud* Vreese, Boomgaarden & Semetko, 2011), denominam por *issue-specific news frames*, tópicos específicos dos eventos noticiosos, ou seja, característica(s) dominante da cobertura noticiosa, que determinam o impacto que as notícias tem na perceção dos leitores sobre as questões abordadas e, por isso, esta variável irá permitir-nos perceber se as notícias encaram estes escândalos bancários como crimes e para isso iremos efetuar um levantamento de todas as expressões de teor criminal que se circunscrevem a palavras ou expressões de relativas a atos criminosos, suspeição de atos criminosos ou atos

transgressores; nomes de crimes, como por exemplo, a expressão branqueamento de capitais; evasão fiscal; etc.

Escândalo mediático – uma das hipóteses de investigação deste trabalho pretende perceber se os casos abordados são noticiados como escândalos mediáticos e para isso iremos analisar se a totalidade das notícias publicadas sobre cada caso respondem ao (in)cumprimento de seis requisitos necessário à ocorrência de um escândalo mediático, propostos por Thompson (2002:40), apesar de termos adaptado uma das categorizações a esta variável. Para que um acontecimento tenha sido noticiado como escândalo mediático é necessário que as notícias respondam afirmativamente a todos os requisitos propostos por este autor.

Divulgação pública – estas notícias ao serem publicadas tornam públicas o ato de desvio e irão gerar discussão pública;

Existência de transgressão seja real ou suspeição – as notícias divulgam a transgressão de valores, normas e códigos morais, sejam em determinado momento comprovados ou meras suspeitas que podem ou não confirmar-se;

Tentativa de ocultação – foram os próprios agentes envolvidos nos casos que os divulgaram ou, pelo contrário, fizeram um voto de silêncio e tentaram ocultá-los, tendo sido pessoas exteriores, mas com algum poder para deter informação sobre o caso que os divulgaram;

Existência de lesados – esta variável foi modificada porque constatámos que a existência de indivíduos lesados é muito circunscrita e que na análise destes casos poderíamos encontrar não só indivíduos, como empresas, instituições, nações, etc. e, por isso, iremos constatar se estes casos envolvem a existência deste género de lesados e consequentemente desaprovem a transgressão.

Desaprovação pública pelos indivíduos lesados – os indivíduos lesados expressam publicamente a sua desaprovação pelos valores transgredidos

Condenação das transgressões – as ações transgressoras são punidas seja através de processos criminais, carreiras arruinadas; perdas de cargo; pagamento de coimas, etc.

Tipos de escândalo – Apesar da tipologia criada por Thompson (2002:154) ser muito bem construída iremos utilizar as suas categorizações, mas separar os três tipos de escândalo do escândalo político e, neste sentido, definimos quatro tipos de escândalo: o escândalo sexual quando envolve uma transgressão de teor sexual independentemente do agente envolvido que pode ou não desempenhar cargos políticos; o escândalo financeiro quando são devolvidas atividades relacionadas com finanças (por exemplo: fuga ao fisco; ocultação de rendimentos IRS, etc.); escândalos bancários quando se ocupam de assuntos associados à banca (lavagem de dinheiro facilitado por bancos; *offshores*, etc.) e os escândalos políticos que ocorrem em contextos e envolvem atores políticos; escândalos bancário-político desenvolvem-se quando através da banca os políticos desenvolvem esquemas que lhes conferem proveitos próprios: lavagem de dinheiro; evitar pagamento de impostos, atrair financiamento para campanhas, membros de partidos e instituições governamentais envolvidos em atos ilícitos fomentados pelos bancos para vantagem própria. É importante referir que categorizamos esta variável utilizando expressão «escândalo» porque referimo-nos ao possível facto destas instituições bancárias terem alegadamente cometido uma ofensa, uma ato transgressor e não ao facto dos jornais noticiarem estes factos como escândalos mediático, um dado que só saberemos depois de analisar a variável do escândalo mediático.

Temáticas – para compreender os assuntos preponderantes iremos analisar qual a temática principal e secundária desenvolvida ao longo da notícia e, para isso, optámos por uma segmentação detalhada de um conjunto de temas que se aplicam a ambos: proibição da venda de ações (instituições bancárias são proibidas pelos reguladores da banca de vender ações); futuro da instituição (envolve todas a informações que irão definir o futuro da instituição: venda; declaração de falência; insolvência, etc.); aumento de capital (explica um procedimento frequentemente utilizado em empresas de risco); negócios que provocaram o colapso (compreende os motivos que levaram os bancos à falência: empréstimos de risco; concessão fácil de créditos; negócios no ramo imobiliário de hipotecas; etc.); contextualização do caso (elucida o leitor sobre o que aconteceu ao banco, a sua história; explicação do caso transgressor; desenrolar do caso transgressor, etc.); consequências (circunscreve-se aos desenvolvimentos punitivos do caso através da queda de ações; processos judiciais; inquéritos crime; pessoas afastadas dos cargos; despedimentos; prisão; etc.); falência de outras instituições bancárias (são trazidos para o

corpo noticioso exemplos de outros bancos que também declararam falência); comentários ao caso (as notícias incutem a opinião de pessoas com uma opinião associada ao caso, nomeadamente políticos; professores da área da banca, finanças e económica; trabalhadores das instituições bancárias)

3. Definição do *corpus*

3.1. Linhas gerais do *corpus*

Tendo em conta que se tratam de jornais diários e que, a recolha das notícias é feita nos seus *sites online*, que publicam mais do que uma vez por dia, assim como os grandes escândalos têm, normalmente um decurso prolongado, o período temporal de análise de cada escândalo compreende quatro dias antes do escândalo, o dia do escândalo e dois dias depois, o que perfaz um total de setes dias (uma semana), vez que estes casos não surgem repentinamente e é bastante relevante analisar o antes e depois do escândalo ser noticiado, permitindo-nos compreender se houve alguma alteração nos enquadramentos e na forma como os jornais divulgaram as notícias. No caso do BES o período de análise situa-se entre 30 de julho de 2014 e 5 de agosto de 2014, sendo o dia 30 de julho ao dia 2 de agosto delimita o período antes do escândalo propriamente dito, no dia 3 de agosto que o banco declara falência e de 4 a 5 é o período pós-escândalo; para o caso do *Lehman Brothers* a semana de análise ocorre de 11 a 17 de setembro de 2008, sendo que o banco declara falência a 15 de setembro desse ano e, o caso do HSBC é o mais recente, que se desenrola entre 7 e 13 de fevereiro de 2015, sendo que o dia 11 é o dia do escândalo propriamente dito.

Para a recolha das peças recorreremos ao motor de busca próprio da página de cada jornal e como palavra de pesquisa utilizámos o nome das instituições bancárias que iremos analisar (Banco Espírito Santo; Lehman Brothers e HSBC) e focámo-nos naquelas que cumpriram o requisito de terem sido publicadas durante o período temporal de análise de cada caso e de abordarem os escândalos em questão. Foram excluídos todos os géneros jornalísticos que não são notícias, ou seja, editoriais, artigos de opinião, comentários e cartas dos leitores por considerarmos que tendo em conta o seu carácter opinativo iriam enviesar a investigação. Além disto, deixámos de fora as notícias que não se relacionam diretamente com os casos, nomeadamente aquelas que veiculam a opinião de alguém ou instituição que, pelo seu estatuto, têm um comentário importante a tecer, assim como as

notícias que se limitam a publicar na íntegra os comunicados que algumas destas instituições bancárias emitiram para se justificar ou fornecer informações.

Importa também desenvolver uma breve história dos meios de comunicação onde foram recolhidas as notícias que nos poderá ser útil para compreender a forma como desenvolvem o trabalho jornalístico e o porquê dessas notícias serem como são.

3.1.1. *Público*

A 5 de março de 1990 Portugal vê nascer um projeto jornalístico que “tinha tanto de ambicioso como de qualidade” (Figueira, 2012: 63) que com “48 páginas diárias de amplo noticiário e análise (...) trazia, ainda, um suplemento temático a cores, diferente todos os dias, o que lhe permitia aprofundar de forma pouco usual, à época, a multiplicidade de temas que abordava” (*Ibidem*). Cada secção tinha uma relação qualidade/quantidade em recursos humanos de cada editoria invejável quando comparada com grandes jornais europeus, permitindo que se assumissem numa relevância temática múltipla ao abordar áreas tão diversas como a Política ou o Desporto, embora “como órgão de referência que era e ainda é, desse, por norma, espaço privilegiado da sua capa a assuntos políticos ou económicos” (Figueira, 2012:65).

No entanto, Christiana Martins (2007:106) considera que “os recursos afetos à economia eram superiores aos recursos da secção de política” porque o *Público* através da “importância dada ao mercado de capitais” e no “maior recurso às notícias de economia para as chamadas de primeira página” “assume uma maior ousadia na abordagem dos temas económicos” (Martins, 2007:111) com a sua individualização numa secção e na criação de suplementos específicos sobre o tema, mas também com “recurso a um acordo comercial com o jornal americano *Wall Street* para a publicação nas páginas do jornal português” (*Ibidem*) e Jorge Wemans, diretor-adjunto à época de aparecimento do jornal e um dos responsáveis pela área de economia, assevera claramente que “O projecto do *Público* pretendia alterar a forma de fazer jornalismo económico em Portugal” [*sic*] (Wemans *apud* Martins, 2007:154), uma vez que o objetivo era “falar de economia para o cidadão comum; explicar quem são os actores intervenientes, fornecer um resumo da situação do mercado de capitais (...), dar uma informação mais comestível, mais próxima do consumidor, em preocupações pedagógicas e atingindo um público mais alargado do que apenas os especialistas” [*sic*] (Wemans *apud* Martins, 2007:154).

Contudo, João Figueira (2002:66) considera que “Portugal não estava à altura de garantir a saúde financeira de um jornal a grandiosidade e qualidade do *Público*” e que apesar do jornal ter sobrevivido a diversos períodos conturbados tem vindo a corrigir determinados aspetos, através da redução e enfraquecimento da redação e do desinvestimento e encerramento de delegações.

Apesar de todas as adversidades o *Público* do século XXI “mostra-se um jornal mais modesto nos propósitos e na abordagem dos temas” (Figueira, 2012: 70), mas “continua a ser sem a menor dúvida o melhor diário português de referência”.

3.1.2 *Jornal de Notícias*

É um jornal diário português fundado em 1888 no Porto com uma “linha editorial de abertura à sociedade e reforçada num jornalismo de proximidade” (Figueira, 2012:78) e cujo êxito foi inicialmente notável, “praticando um jornalismo vivo e muito virado para os problemas dos cidadãos, fortalecendo esse elo de ligação através da secção Norte /Sul, na qual uma quantidade apreciável de concelhos do País eram objecto de notícias diárias” [sic] (*Ibidem*). Partilhando desta ideia, José Leite Pereira, ex-diretor deste diário, caracteriza-o como um “jornal popular de qualidade” (Pereira (s./d.) *apud* Figueira, 2012:78) porque tenta desenvolver um jornalismo que satisfaça uma grande heterogeneidade de públicos e, por isso, é um “exemplo notável de um jornalismo ao mesmo tempo acessível e popular, mas que nunca perde de vista a abordagem dos grandes temas e questões nacionais e internacionais” (Pereira (s./d.) *apud* Figueira, 2012:78).

E, apesar do *Correio da Manhã* ter surgido e terem disputado os leitores e publicidade e de todas as transformações diretivas e empresariais por que passou, o *Jornal de Notícias* manteve-se como “órgão credível e de qualidade” (Figueira, 2012:79). Em relação à temática económica tentou especializar-se e lançou um suplemento semanal, *Dinheiro Vivo*, sem esquecer a sua editoria de Economia.

3.1.3. *The Washington Post*

Fundado a 6 de dezembro de 1877 pelo democrata independente Stilson Hutchins, em Washington, capital dos Estados Unidos da América, o jornal diário é publicado em

formato *broadsheet*⁴³ e com uma ênfase especial na política nacional. A 1 de junho é vendido em leilão de falência pública a Eugene Meyer que conseguiu triplicar as vendas e as receitas publicitárias e a 4 de agosto Philip Graham, marido da filha de Eugene Meyer, é nomeado presidente e, ao longo de 80 anos, foi dirigido pela família Graham e desenvolveu trabalhos jornalísticos que transformaram a história dos Estados Unidos, como por exemplo, quando em 1971 iniciaram-se numa série de investigações baseadas nos Documentos do Pentágono, publicadas pelos conhecidos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, que ficaram conhecidas como o escândalo de Watergate e relatavam as atividades ilegais orquestradas pela administração de Nixon ao assaltarem a sede do Comitê Nacional Democrata e que, em consequência, provocaram a renúncia do cargo de presidente em 1974.

Em 1996, funda o seu site: washingtonpost.com e, mais recentemente, em 2007 começa a descrever-se “como uma empresa de educação e *media*”⁴⁴ (*The Washington Post*, (s./d.)). Em 2013, o jornal é vendido a Jeffrey P. Bezos, fundador e executivo-chefe da Amazon.com, que reafirma o compromisso do jornal com os seus leitores ao “saber esperar, conferir a informação (...) e insistir numa boa história, a qualquer custo”⁴⁵, mas tendo consciência que “o jornal terá que inventar e experimentar” (*Ibidem*) para fazer face à revolução provocada pela internet e que “o jornalismo tem um papel fundamental numa sociedade livre” (*Ibidem*), mas a família Graham continuará a estar presente através das suas ações que não podem ser vendidas em mercado livre.

3.1.4 *USA Today*

O *USA Today* é um jornal diário dos Estados Unidos da América que, criado de raiz apesar do ceticismo generalizado e da necessidade de recorrer inicialmente aos recursos de outros jornais do grupo a que pertence – *Gannett Company* –, e surge a 15 de setembro

⁴³ Este formato é o maior formato de jornal, com páginas que chegam a ter mais de 50 centímetros de comprimento. Para mais informação consultar Figueira, J., (2012), *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010)*, Coimbra: Angelus Novus

⁴⁴ Tradução livre. No original pode ler-se: “The Washington Post Co. begins describing itself as an education and media company.”

⁴⁵ Jeffrey P. Bezos *apud* Jornal Nacional, «Jornal Washington post, um dos mais influentes do mundo, é vendido», *Jornal Nacional*, 5 de agosto de 2012, In: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/08/jornal-washington-post-um-dos-mais-influentes-do-mundo-e-vendido.html>

de 1982 fundado por Allen Neuharth que depois de ter estudado o mercado tinha o conhecimento necessário para compreender aquilo que os leitores desejavam, os anunciantes precisavam e o que tecnologia possibilitava, tornando-se no maior jornal de circulação nos EUA. No seu *site* online declaram que a sua “missão é servir como um fórum para melhor compreensão e ajudar os EUA a serem uma verdadeira nação”⁴⁶ (*USA Today*, (s./d.)).

Assim, assistimos ao desenvolvimento de um jornal que era inicialmente considerado insubstancial e que não passava de uma compilação de manchetes e notas curtas para um meio de comunicação de maior qualidade que investiu em reportagens sérias e extensas e na contratação de repórteres mais experientes e através do seu *design* gráfico, ao publicar a primeira edição do jornal com as suas quatro secções a cores em 1984 e recorrendo a fotografias e gráficos coloridos e desenvolveu uma tentativa vincada de cativar a atenção do leitor através de notícias acessíveis e uma linguagem mais coloquial. Em 1986, este jornal era já o segundo maior do país com aproximadamente 4,8 milhões de leitores diários, um sucesso para um jornal tão recente e, atualmente, é o jornal com maior circulação, ao lado do *The Wall Street Journal* e do *The New York Times*.

Ao completar 25 anos de existência, em 2007, o jornal tenta cativar o seu público mais jovem com uma participação mais ativa e cria o *Network Journalism*, um *site* que combina conteúdo criado pelos jornalistas do jornal, com conteúdo, comentários e recomendações gerados pelos leitores.

Atualmente, o *USA Today* oferece “um produto sólido, fácil de ler, com algumas notícias da terra natal do leitor e uma perspectiva nacional das notícias não encontrada na maioria dos diários locais” [*sic*] (*USA Today*, (s./d.))

3.1.5 *The Guardian*

Este jornal diário britânico surge em 1821 em Manchester com o nome de *Manchester Guardian*, à época um jornal semanal, pelas mãos do comerciante John Edward Taylor, mas em 1936 passa a ser propriedade de Scott Trust que também detém o *Guardian Media Group*, permitindo que o jornal esteja assente num grupo que suporta

⁴⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) its mission is to serve as a forum for better understanding and unity to help make the USA truly one nation”.

e permite alguma firmeza financeira, evitando que as dificuldades financeiras tornem uma venda forçada do jornal a maiores proprietários de *media*.

Em 1986, o “*status quo* entre a imprensa de qualidade foi irrevogavelmente alterado pelo lançamento do *The Independent*. (...) Ao conquistar o papel central entre o *The Guardian*, que se situava mais à esquerda e o *The Times* e *The Telegraph* mais à direita (...)”⁴⁷ (*The Guardian*, 6 de junho de 2002) e, na tentativa de contrariar a estagnação do mercado, em 1988, o *The Guardian* faz num esforço audaz e inovador de reafirmar a sua posição implementando um inovador *design* que iniciou um período moderno e de sucesso e, em 1993, apesar dos seus concorrentes terem reduzido o seu preço de venda o jornal decidiu manter o mesmo e investir em recursos no jornalismo e em campanhas de *marketing* distintivas e inovadoras, tendo-se mantido com um bom número de vendas e recebido críticas muito favoráveis à qualidade de referência do jornalismo e da inovação que têm vindo a implementar.

Em 1997, esteve na vanguarda das revelações que contribuíram para a “queda do governo conservador”⁴⁸ (*The Guardian*, 6 de junho de 2002) ao publicarem uma série de investigações sobre deputados do *Tory*, um antigo partido de tendência conservadora do Reino Unido, conferindo-lhes o Prémio de Jornal do Ano, pelo *Annual British Press Awards*, nestes dois anos consecutivos.

O jornal procura novamente inovar e surge com um novo *design*, em formato médio e torna-se o primeiro jornal nacional totalmente colorido, em 2005, e passados seis anos, é reconhecido ao ser nomeado Jornal do Ano no *Annual British Press Awards*, pela sua parceira com a *WikiLeaks*⁴⁹, que potenciaram a divulgação de um conjunto de assuntos

⁴⁷ Tradução livre. No original pode ler-se: “The status quo among the quality press was irrevocably altered by the launch of the Independent in 1986. Capturing the center ground between the Guardian on the left and the Times and Telegraph on the right (...)”.

⁴⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) that contributed to the downfall of the Conservative government (...)”

⁴⁹ A *WikiLeaks* é uma página *online* que publica informações, documentos e informações confidenciais oriundas de fontes anónimas sobre assuntos sensíveis e que podem, quando divulgados publicamente, converterem-se em escândalos. Para mais informações consultar: Teles, A.; *et alii.*, (2013), *Caso Wikileaks: A questão da ética e influências no Jornalismo e nas relações internacionais*, In: <http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/12.-AC-Artigo.pdf>

escandalosos, como por exemplo, o registo de chamadas telefónicas da *Verizon*⁵⁰ durante o governo de Barack Obama; a existência de um programa de vigilância PRISM⁵¹.

Mais recentemente, têm vindo a apostar fortemente nos produtos digitais, criando aplicativos e potenciando a expansão digital com o lançamento de novas plataformas, como por exemplo, o *GuardianWitness*, uma plataforma que permite partilhar o conteúdo gerado pelo utilizador e os melhores produtos, seja em formato vídeo, fotográfico ou textual e que são publicadas no próprio *site* do jornal.

É, por todas estas características, que o jornal tem vindo historicamente a ser elogiado por desenvolver um jornalismo investigativo de qualidade com uma forma de cobertura artística e literária sendo, por isso, considerado um dos principais jornais do Reino Unido.

3.1.6. *The Independent*

Fundado em 1986 por ex-funcionários do *The Daily Telegraph* – Andreas Whittam Smith, Matthew Symonds e Stephen Glover – que acreditavam que os britânicos ambicionavam uma fonte objetiva de notícias diárias que não estivesse sujeita a pressões políticas e fundaram-no através da *Newspaper Publishing*, uma *holding* da *Independent*. Em 1995, venderam parcialmente as ações ao *Mirror Group Newspapers* que, em 1998, adquiriu o controlo total e, este período de transação ficou marcado por conflitos entre a direção o que provou uma descida do número de leitores.

Todavia, desde o início que este meio de comunicação mantém a ideia de ser um novo jornal britânico de luxo, com uma estética inovadora através do *design* limpo e fresco, com histórias longas escritas numa linguagem viva e tenta cumprir a vontade do leitor, quanto mais não seja quando se apercebem da necessidade de terem um jornal com um formato menor que se encaixasse facilmente numa mala ou bolsa, o *The Independent* decidiu mudar para do formato *broadsheet* para o tabloide⁵². Assim, o jornal “recebeu elogios críticos pelo seu *design* gráfico inovador, uso de fotografias artísticas, divulgação

⁵⁰ A *Verizon* é um conglomerado multinacional de telecomunicações dos Estados Unidos da América. Para mais informações consultar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Verizon_Wireless

⁵¹ A PRISM é um nome codificado para designar um programa da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América que analisa as comunicações desenvolvidas através da Internet, tendo por base as pesquisas feitas pelas empresas neste meio. Para mais informações consultar: [https://pt.wikipedia.org/wiki/PRISM_\(programa_de_vigil%C3%A2ncia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/PRISM_(programa_de_vigil%C3%A2ncia))

⁵² Este formato é o mais pequeno dos três e passou a ser associado, em muitos casos, a imprensa sensacionalista. Para mais informações consultar: Figueira, J., (2012), *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010)*, Coimbra: Angelus Novus

de fontes de artigos e como sendo um jornal com um crédito fidedigno em que os outros meios de comunicação podiam procurar informação fiável”⁵³ (*The Independent: British Newspaper*, (s./d.)) e, em 2008, começa a publicar a cores, mas também experimenta o período de menor circulação, que o leva a anunciar um corte nos postos de trabalho, na tentativa de economizar 10 milhões de libras. Em 2010, foi comprado pelo empresário russo Alexander Lebedev, proprietário do *Evening Standard*, um jornal diário local, mas o declínio da sua circulação continuou uma constante e, em 2015, o jornal atinge uma circulação de 58 mil exemplares diários, 85 % menos do pico atingido 1990 e, no ano seguinte, o jornal anuncia que se tornará um jornal exclusivamente em formato digital, tendo a sua última edição impressa publicada a 20 de março de 2016.

4. Enquadramento dos casos

Atentemos agora num breve resumo histórico-contextual dos casos em análise:

4.1. Banco Espírito Santo (BES)⁵⁴

“Contar os dias do fim do Banco Espírito Santo é contar também os dias da vida depois da queda do banqueiro Ricardo Salgado. E, de certa forma, contar igualmente a vida depois da morte do sistema financeiro português e da economia nacional, tal como os conhecíamos há três anos, em 2013” (Ferreira, 2016:11)

É com esta afirmação intensa e sintética que Alexandra Ferreira (2016) descreve o desaparecimento de um banco familiar, o banco da família Espírito Santo, e o cataclismo

⁵³ Tradução livre. No original pode ler-se: “*The Independent* received critical praise for its innovative use of graphic design, prominent placement of artistic photographs, disclosure of article sources, and faithful crediting of other newspapers and news agencies for borrowed coverage.

⁵⁴ A bibliografia utilizada para sintetizar e abordar a história deste banco fundamentou-se em dois livros que podem conter algum enviesamento da informação, uma vez que o livro de José Poças Esteves e Avelino Jesus (2015) surge “No âmbito do contrato de prestação de serviços assinado entre a SaeR - Sociedade de Avaliação Estratégia e Risco, Lda e Ricardo Espírito Santo Salgado” (página 9) e a obra de Alexandra Ferreira (2016) surge de uma longa conversa com Ricardo Salgado que, à época encontrava-se em prisão domiciliária, mas já depois da autora ter escrito a biografia do fundador do Império Espírito Santo, José Maria Espírito Santo e Silva e da forma como agradece a “Ricardo Salgado e Maria João pela confiança que depositaram em mim ao longo de meses e terem aberto as suas portas no momento mais difícil das suas vidas primeiro com humildade e depois com amizade” (página 8) suscita algumas dúvidas. No entanto, o possível enviesamento da informação presente nestas obras não influenciará a nossa investigação, uma vez que a precisão de dados histórico-contextuais não é o aqui se procura, servindo apenas como contextualização do caso.

que a crise económica e financeira provocou no sistema financeiro português, afetando consequentemente a economia nacional.

O Grupo Espírito Santo, com um historial de uns longos 145 anos, desenvolveu-se como um conglomerado misto⁵⁵ constituindo-se uma entidade relevante na estruturação e progresso da economia portuguesa, o que o tornou uma marca de confiança nacional e internacional. Em 1973, o Banco Espírito Santo Comercial de Lisboa (BESCL) era o grande centro empresarial da família ao deter negócios na banca, seguros, petróleo, celulose, cimento, imobiliário, telecomunicações, agricultura, etc. Em 1975, o BESCL foi nacionalizado e em 1893 foi criada a Espírito Santo Resources, com sede nas Bahamas, uma *holding*⁵⁶ que reunia 62%⁵⁷ dos negócios não financeiros do Grupo e, um ano depois, surge a Espírito Santo Financial Holding que concentrava 34,7%⁵⁸ dos investimentos da área financeira, atualmente designada por Espírito Santo Financial Group.

O século XXI potenciou a necessidade do grupo melhorar o seu desempenho nas atividades não financeira e procedeu a uma reestruturação profunda que alterou a estrutura e organização do grupo, como também a sua gestão. Este processo iniciou-se com a criação da Rioforte em 2007 e da sua constituição como *holding* em 2009 e o grupo passou assim estruturar-se tendo por base estas três holdings, a Rioforte, a Espírito Santo International (ESI) e a Espírito Santo Financial Group (ESFG)⁵⁹, a *holding* de topo através da qual os vários ramos da família controlavam as diversas empresas do grupo, como por exemplo, um dos pilares principais: Banco Espírito Santo que ocupou o lugar de “terceiro banco do sistema financeiro nacional e uma quota de mercado de 25,5%” (Esteves; Jesus: 2015:66) ao ser considerado “de 2008 a 2013 (...) uma das entidades de referência do mercado de capitais em Portugal, sendo que as suas ações estiveram sempre no Top5 das ações com maior valor transacionado” (*Ibidem*). A 31 de dezembro de 2013 seguindo orientações do Banco de Portugal o Grupo decidiu assingelar a estrutura e concentrar ambas as áreas – financeira e não financeira- na *holding* criada em 2007, a

⁵⁵ Um conglomerado misto é uma estrutura empresarial que reúne empresas financeiras e não financeiras (Esteves, Jesus: 2015).

⁵⁶ Uma *holding* é uma sociedade responsável pela gestão e administração de um grupo de empresas (Esteves, Jesus: 2015).

⁵⁷ Dados retirados de um relatório de contas de 1989, In: Esteves, J.P., Jesus, A.; (2015), *Caso BES – A realidade dos números*, Lisboa: Clube do Autor

⁵⁸ Dados retirados de um relatório de conta de 1989, In: Esteves, J.P., Jesus, A.; (2015), *Caso BES – A realidade dos números*, Lisboa: Clube do Autor

⁵⁹ Para melhor compreensão consultar Anexo 1 na página I.

Rioforte, tornando-se a *holding-mãe* de todo o grupo, absorvendo a Espírito Santo Financial Group (ESFG)⁶⁰.

Além disto, o ano 2013 é também marcado por uma disputa entre Ricardo Salgado, o líder do Banco Espírito Santo, e José Maria Ricciardi, presidente do BESI, banco de investimento do BES, que o leva a recolher numa carta seis assinaturas das nove pessoas que tinham assento no Conselho Superior que exigia “que Ricardo Salgado explicasse um conjunto de operações nas quais tinha tido responsabilidade directa” [*sic*] (Ferreira, 2016:110), como por exemplo, a “manutenção de Álvaro Sobrinho no BESA já depois de saberem os resultados ruinosos da sua gestão” (*Ibidem*), entre outras. Este acontecimento provocou que alguma imprensa, como por exemplo, o *Jornal de Negócios*, noticiasse esta acontecimento como o “Golpe de Estado no BES fracassa” (Ferreira, 2016:115) provocando uma recção intempestiva a Ricciardi que o leva a comunicar à imprensa que a sua atitude não pretendia ser um golpe de Estado, mas que “na sua qualidade de acionista do grupo, limitou-se a não dar ao Dr. Ricardo Salgado um voto de confiança por ele solicitado para continuar a liderar os interesses do grupo” por motivos que “se dispensa de revelar” (Ricciardi *apud* Ferreira, 2016:115). Estas palavras vinda de um dos membros da comissão executiva levantaram dúvidas quer aos investidores como aos clientes e, para Ricardo Salgado “é o tiro de partida para a fuga dos clientes” (Salgado *apud* Ferreira, 2016:115). Além disto, este acontecimento serviu para Ricardo Salgado consolidar a ideia de que os seus dias a liderar o banco estavam perto do fim –, “que era tempo do banco ser entregue a gestores fora da família” (Ferreira, 2016:119) porque considera que alguns dos erros comidos foram motivados “por ter um Grupo gerido pela família, muitas vezes, vezes demais, para a família” (Ferreira, 2016:119).

A manutenção de Álvaro Sobrinho no Banco Espírito Santo Angola (BESA), criado em 2000 para apoiar localmente as empresas exportadoras portuguesas, coadjuvando os investimentos de anos que o Grupo aí implementava, foi um dos pedidos de esclarecimento de Ricciardi a Ricardo Salgado que não percebia por que motivo Álvaro Sobrinho continuava a frente do banco depois de se ter descoberto um cenário negro. Em 2009, o Banco Nacional de Angola impõe um corte informático entre o BES de Portugal e de Angola e, com isto, o BESA passa a assumir a gestão de todo o seu sistema de informação, gozando de uma quase plena autonomia na definição da política de avaliação

⁶⁰ Para melhor compreensão consultar os Anexo 2 e 3 na página I e II.

de risco dos créditos, já que apesar de a informação ser transmitida a Lisboa era de difícil avaliação. Em 2012, Álvaro Sobrinho saiu do BESA, substituindo-o Rui Guerra.

O pior surge, já em 2014, quando a nova equipa em funções tem acesso a números reais descreve-os como um “tsunami vindo de outras paragens, impossível de vencer” (Guerra *apud* Ferreira, 2016:73) e constata que o BESA perdeu o rasto a cerca de 5700 milhões de dólares por créditos mal avaliados que concedeu.

Neste ano, através de um relatório preliminar da KPMG, Ricardo Salgado e o Banco de Portugal conhecem as contas e demonstrações financeiras da *holding* do grupo, a Espírito Santo International (ESI), que tem como um dos seus credores a Espírito Santo Financial Group, onde detetam “um passivo inusitado” que no final de 2012 era de 3,3 mil milhões de euros e cresceu para 5,5 mil milhões de euros até ao final de setembro de 2013, dívida vendida nos balcões do BES junto dos clientes de retalho. É nesta altura que Ricardo Salgado percebe do enorme descontrolo a que o Grupo chegou e tenta relembrar ao Banco de Portugal da longa história do Grupo e do seu papel na economia nacional, seja através dos postos de trabalhos que cria diretamente ou de investimentos que desenvolveu e que os problemas do Grupo são “o resultado da crise financeira internacional” (Ferreira, 2016:140) que dificultou o acesso a financiamento internacional, o que explica a exagerada dependência do Grupo à sua área financeira. No entanto, o regulador não ficou convencido e interditou a Espírito Santo Financial Group de financiar as empresas da ESI, obrigando-os a criar uma conta à ordem com uma quantia equivalente à dívida da ESI e que não poderia ser alimentada pelo seu principal credor, que incluía o BES, e que serviria para pagar aos clientes que compraram títulos dessa dívida ou, em alternativa, estipularam que o Espírito Santo Financial Group fizesse um depósito do valor da dívida ESI até 31 de dezembro de 2014, menos de 28 dias para conseguir um financiamento, uma vez que é o mês de Natal.

Na passagem de ano surge a confirmação de Angola por parte de José Eduardo dos Santos que cobria o buraco do BESA e o Banco de Portugal continuava a exigir aquilo que propôs ao banco, ameaçando-os com uma ordem para que o Espírito Santo Financial Group (ESFG) constitua uma provisão, obrigando a um aumento de capital e, em fevereiro, o banco concorda em constituir a provisão de 700 milhões de euros, mas quando a notícia chega ao mercado as ações da ESFG caem mais de dois por cento. Todavia, o Banco de Portugal acha não ser uma solução suficiente e exige para o BES também um aumento de capital de 750 milhões de euros e obriga Ricardo Salgado a

vender 49% da Seguradora Bes Vida ou uma outra entidade para capitalização do banco e quer a família Espírito Santo afastada de todos os órgãos sociais do banco. A 27 de maio de 2014 o banco anuncia um aumento até 1045 milhões de euros, mas nesta altura os prejuízos do banco já chegavam perto de 90 milhões de euros e a imprensa portuguesa explorou todas as fragilidades do Grupo: “O Expresso escrevia que as contas do GES [Grupo Espírito Santo] escondiam mil milhões de euros de dívida” (Ferreira, 2016:168).

O colapso do BES continua quando, a 19 de junho, a família Espírito Santo reunida com o Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, fica a saber que nenhum elemento da família poderá continuar no Conselho de Administração do BES e, neste sentido, Ricardo Salgado depois de ponderar aconselha que seja Amílcar Moraes Pires a substituí-lo e o Banco de Portugal pede, apenas, que não se divulguem os novos nomes para o Conselho de Administração para não haver perturbações. Contudo, o jornal *Expresso* publica uma notícia intitulada “Salgado sai ao fim de duas décadas” e o jornal *Público* anuncia o nome de Moraes Pires como sucessor e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) suspende a negociação das ações do BES, aguardando a publicação da convocatória para a Assembleia Geral, marcada para 31 de julho, onde se iria propor o nome de Amílcar Moraes Pires aos acionistas, pressupondo-se que após aprovação na Assembleia o Banco de Portugal desse o seu aval positivo. Contudo, o mercado tremeu com estes acontecimentos e os bancos começaram a suspender as linhas bancárias e os investidores a fazer perguntas. A Assembleia concordou com o nome proposto por Ricardo Salgado, embora o Banco de Portugal tardasse em dar o seu parecer e o mercado pressentiu a hesitação, provocando uma queda de 16% nas ações numa semana e as operações do dia-a-dia estavam a ficar comprometidas porque sem a autorização do Banco de Portugal pagar o papel comercial que ia vencendo ao cliente era uma tarefa impossível e as vendas do grupo não estavam a conseguir acompanhar a velocidade a que venciam as aplicações que estavam a ser resgatas pelos clientes. É perante este cenário que o Banco de Portugal deixa de autorizar mais operações e pede a Ricardo Salgado que escolha outro administrador porque Amílcar Moraes Pires estava envolvido numa investigação judicial ao ser constituído arguido por suspeitas de crime de abuso de informação privilegiada num inquérito do DIAP de Lisboa relacionado com a transação de ações da EDP entre o BES e o BES Vida em 2008 e Vítor Bento é o escolhido, ficando a aguardar a aprovação dos acionistas que se iriam reunir no dia 29 de julho, mas que a pedido do Banco de Portugal foi desconvocada para o dia seguinte. De novo, a hesitação

faz as ações resvalarem para um valor nunca antes atingido – 38 cêntimos –, mas o Banco de Portugal considerava que o problema estava controlado porque haviam investidores privados interessados que asseguravam capital suficiente para que a solvência estivesse garantida e os clientes salvaguardados.

É neste turbilhão de acontecimentos que são conhecidas as contas do semestre do BES que registou 3,56 mil milhões de euros de prejuízo entre janeiro e junho e Pedro Duarte Neves, vice-governador do Banco de Portugal, escreve uma carta do Conselho de Administração do banco a pedir que apresentem um plano de reestruturação com medidas que permitam ao BES cumprir os requisitos e exige um aumento de capital de dois mil milhões de euros, em 48 horas. Ricardo Salgado percebe que outro aumento de capital é impraticável tendo por base a má perceção do mercado sobre o Grupo e das anteriores capitalização do banco e do Banco de Portugal ter rejeitado negociar com a *Blackstone* e a *Third Point*, empresas que quiseram entrar com capital no BES.

No dia 30 de julho a CMVM divulga os resultados devastadores do banco que pioraram ainda mais com a recente conhecida anulação da garantia de Angola, que se comprometia a preencher a dívida do BESA, e a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia recebe um pedido de registo para avançar com a resolução no BES e no dia seguinte, a CMVM suspende a venda de ações no BES na bolsa de Lisboa.

O dia 3 de agosto marca o fim do Banco Espírito Santo nos moldes que o configuraram até aqui: “às 22h45 de domingo as televisões interromperam a emissão para transmitirem em direto o fim do Banco Espírito Santo” (Ferreira, 2016:27) e Carlos Costa culpa Salgado de gestão danosa e fraude, mas Salgado defende-se ao considerar que o colapso do BES foi uma consequência das contas desastrosas da área não-financeira do grupo, uma área de gestão que não era da sua competência e, portanto, desconhecia totalmente esses prejuízos e, por isso, considera que “O Lehman faliu, mas o BES não faliu. (...) Foi obrigado a desaparecer”⁶¹.

A resolução, nunca antes aplicada em nenhum banco da Zona Euro, é simples: existe um fundo europeu dependente das contribuições anuais de todos os bancos que

⁶¹ Ricardo Salgado *apud Dinheiro Vivo*, «Ricardo Salgado: «Ricardo Salgado: “O Bes não faliu. Foi forçado a desaparecer”», *Dinheiro Vivo*, 9 de dezembro de 2014, In: <https://www.dinheirovivo.pt/invalidos/ricardo-salgado-o-bes-nao-faliu-foi-forcado-a-desaparecer/>

servirá como resgate para instituições em dificuldade, protegendo os depositantes em situações de insolvência, evitando que os contribuintes sejam obrigados a suportar os juros dos créditos para pagar as falências dos bancos e, neste caso, o fundo injetaria entre 4 a 5 mil milhões de euros e o BES foi dividido em dois bancos: o bom, designado por Novo Banco receberia esta injeção de dinheiro, detido na íntegra pelo Fundo de Resolução e que seria vendido no prazo de seis meses, herdava os ativos não tóxicos do antigo BES e o banco mau, que reuniria a dívida do BESA, todos os créditos sem recuperações e investimentos que davam prejuízo.

José Poças Esteves e Avelino de Jesus (2015) concordam com Ricardo Salgado ao considerarem que o Grupo Espírito Santo estava muito relacionado com os setores mais afetados pela crise, mas os autores da obra *Caso BES: A realidade dos números* assumem que a crise financeira não pode ser encarada por si só como a explicação para o colapso deste Grupo, uma vez que consideram que “as falhas fundamentais que se autorreforçaram” (Esteves; Jesus, 2015: 369) com a crise e que se tornaram determinantes no comportamento dos atores envolvidos, desde os gestores aos decisores públicos. Assim, apontam duas falhas: a primeira diz respeito à estrutura e gestão do Grupo Espírito Santo por considerarem que “a gestão adequada de um grupo que assume a figura de conglomerado misto exige a manutenção de um equilíbrio constante entre as áreas financeiras e não financeiras” (*Ibidem*) para garantir que existe um equilíbrio de atenção e partilha das competências entre as diferentes empresas do conglomerado, algo que não aconteceu no GES porque a ausência de uma permanente vigilância da gestão grupo desencadeou um desequilíbrio entre a área financeira e não financeira, que embora fosse gradual “parasitou” (Esteves; Jesus, 2015: 370) o setor financeiro, debilitando-o; a segunda falha ocorreu através da intervenção dos decisores públicos – o Banco de Portugal e o Governo – que não tiveram em consideração “a estrutura e o modelo de desenvolvimento da economia portuguesa, como um todo” (*Ibidem*), uma vez que Grupos com a dimensão e a história do GES que ajudam a “melhorar a produtividade [e contribuem] para o crescimento económico” (*Ibidem*) necessitam que “o colapso e o desmembramento de um conglomerado como o Grupo Espírito Santo” (*Ibidem*) fosse “uma hipótese que merecia diferente abordagem” (*Ibidem*) porque a resolução levada a cabo através do Fundo de Resolução não era o único cenário possível, existindo várias alternativas possíveis.

4.2. *Lehman Brothers*⁶²

“A falência de *Lehman Brothers*, a maior da história americana, o quarto maior banco de investimento (...) foi o gatilho para a crise financeira subsequente. A falência de Lehman levou a uma maior incerteza, se não pânico, e uma onda de venda de títulos que causou o colapso nos preços dos ativos e uma desaceleração da liquidez. Este foi imediatamente acompanhado pelo colapso da AIG em 16 de setembro de 2008 (...)”⁶³ (McDonald, 2015: 70)

A história deste deslumbrante banco de investimento prolongou-se nuns longos mais de cem anos que terminaram a 15 de setembro de 2008 quando pediu “a bancarrota através do Capítulo 11^{64,65} (McDonald, Robinson, 2009: 346) da lei das falências dos Estados Unidos da América (EUA). No entanto, a sua história não se inicia com negócios na banca, mas através da união dos três irmãos Lehman, imigrantes da Alemanha, que decidiram abrir uma pequena loja no Alabama para o comércio de mantimentos e produtos secos aos agricultores de algodão da zona que veio, mais tarde, a expandir-se para o ramo do algodão, dando origem à *Lehman Brothers*. Em 1868, depois da Guerra Civil americana ter destruído a indústria do algodão, mudaram-se para Manhattan e desenvolveram um negócio de *commodities*⁶⁶ e fundaram a *New York Cotton Exchange*, mas em 1880 e 1890 continuaram a desenvolver a *Lehman Brothers* através da negociação

⁶² Também nesta bibliografia se verifica uma grande proximidade dos autores das obras ao banco em questão, apesar de não ser uma questão relevante para esta investigação – para abordar a história deste banco utilizámos dois livros, sendo que um deles, *A Colossal Failure of Common Sense: The Inside Story of the Collapse of Lehman Brothers* (2009), foi escrito por alguém que conheceu a realidade desta instituição – Lawrence G. McDonald, que desempenhou funções de “vice president, distressed-debt and convertible securities trading” (página 10), apesar disto o coautor desta obra não tem aparentemente qualquer relação com o banco que possa ter condicionado a sua perceção, assim como a outra obra utilizada que é desenvolvida por Oonagh McDonald (2015), especialista em regulação financeira.

⁶³ Tradução livre. No original pode ler-se: “The bankruptcy of *Lehman Brothers*, the largest in American history, the fourth largest investment bank by asset size with over \$ 600bn in assets and 25,000 employees, was at the very least the trigger for the ensuing financial crisis. Lehman's bankruptcy led to increased uncertainty, if not panic, and a wave of distressed selling of securities that caused a collapse in asset prices and a drying up of liquidity. This was immediately followed by the AIG collapse on 16 September 2008”

⁶⁴ Chapter 11 ou Capítulo 11 da lei das falências americanas permite que uma empresa em dificuldades financeiras possa chegar a um acordo com os seus credores, seja através do adiamento dos prazos de pagamento de obrigações ou da redução da dívida. Para mais informações consultar: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL760205-9356,00.html

⁶⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “*Lehman* filed for Chapter 11 bankruptcy”

⁶⁶ Commodities é um termo inglês utilizado para designar transações comerciais de produtos com origem na bolsa de valores.

de títulos cujo objetivo era angariar lucros para a reconstrução das estradas e ferrovias destruídas no seu estado natal pela guerra. Apesar deste seu objetivo foram uma das primeiras empresas a desenvolver uma nova forma de financiamento designada por “colocação privada”⁶⁷ (McDonald, 2015: 2) e a dedicarem-se a áreas tão diversificadas de negócios através da criação de empresas de retalho, de entretenimento e do ramo petrolífero. Em 1960, sob a liderança do último membro da família Lehman, Robert Lehman, o banco empenhou-se na comercialização de papel comercial, tornando-se o negociante oficial dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América e começou a expandir-se globalmente ao abrir escritórios na Europa e Ásia. Todavia após a sua morte (1969) a empresa encara um período conturbado para encontrar uma nova chefia, sucedendo-lhe Pete Peterson, ex-secretário do comércio dos EUA na presidência de Richard Nixon, “que tinha pouca experiência de banca, ainda menos como comerciante”⁶⁹ (McDonald, 2015: 2), mas como “CEO”⁷⁰ (McDonald, Robinson, 2009: 106) revitalizou a empresa tornando-a extremamente lucrativa, elevando Lew Glucksman à posição de co-CEO. Todavia, Peterson e Glucksman nunca tiveram uma boa relação que piorou quando o banco atravessava um período de crise e Glucksman seguiu o conselho de alguns dos seus banqueiros que acreditavam que o *Lehman Brothers* deveria fundir-se com uma empresa muito maior para crescer, resultando na sua venda à *American Express*, em 1993, o que provocou a saída de Pete Peterson, embora a *American Express* rapidamente se apercebesse que aquele não era o seu ramo de negócio e procurou tornar o banco novamente independente. Para lidar com esta situação foi nomeado Richard S. Fuld Jr, ocupando o cargo de “*Chairman and CEO*” (McDonald, 2015:223), com consciência de que “não queria nenhuma repetição de combates entre parceiros, o que causou alguns danos no passado, quando os parceiros deixaram a empresa e levaram o seu capital [e] (...) insistiu para que os funcionários da empresa fossem bem renumerados e consoante o trabalho prestado tivessem acesso a bônus em ações, que não seriam vendidos por

⁶⁷ Na colocação privada (“private placement”) “Os empréstimos entre mutuários e os credores privados incluíam salvaguardas e restrições rigorosas em relação à segurança do credor, permitindo que os mutuários levantem o capital e os credores recebam um nível adequado de retorno”;

⁶⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: “The loans between blue-chip borrowers and private known lenders included strict safeguards and restrictions concerning lender safety, enabling borrowers to raise much-needed capital and lenders to receive a suitable level of return.”;

⁶⁹ Tradução livre. No original pode ler-se: “who had little experience of banking, still less as a trader”.

⁷⁰ CEO é uma sigla utilizada para designar a função de *Chief Executive Officer* ou mais comumente conhecido como diretor executivo.

longos anos”⁷¹ (McDonald, 2015:4) e, por isso, tentou recuperar todas as perdas do banco iniciando um processo de reestruturação que consistiu na orientação do banco para negócios altamente lucrativos assentes em três grandes atividades: banca de investimento, ações e renda fixa.

Entre 2006 e 2007, Lehman ao observar que os seus principais concorrentes estavam a aumentar as receitas através de negociações efetuadas no mercado hipotecário *subprime* adota uma estratégia de crescimento ao instaurar um modelo bancário de maior intensidade de capital, criando as bases desta estratégia através das duas corretoras de hipotecas: a BNC Mortgage especializada em empréstimos *subprime*, da qual adquiriram uma parte em 2000 e, que no final de 2006 estava a emprestar mais de 1 milhar de milhões de dólares por mês, e da Aurora, onde possuíam uma participação desde 1997 e que rapidamente transformaram numa “força de crédito nacional em todo o mercado Alt-A”^{72,73} (McDonald, 2009:132) e que encontrava-se em processo de crescimento de 190 milhares de milhões de dólares para 400 milhares de milhões em menos de três meses. Em agosto de 2007, Lehman anunciou que iria encerrar BNC Mortgage pelas condições de mercado precárias, mas que continuaria a fazer hipotecas com a subsidiária Aurora, um tipo de empréstimo de alto risco que consistia na venda de títulos garantidos por hipotecas ou obrigações de dívida garantida para angariar capital para aqueles que pretendiam comprar imóveis. Assim, os bancos de “sombra”, assim se designam estas casas de investimento, emprestavam, financiavam e forneciam o capital para a compra de casas, mas não tinham esse dinheiro para emprestar e, por isso, recorriam a um credor que emprestasse o dinheiro financiando-se a curto prazo para poderem efetuar a hipoteca, ou seja, usavam uma técnica designada por “*swaps*” que permitiam que os investidores lhes comprassem títulos hipotecários e recebessem retornos imediatos. Além disto, o crescente aumento do preço dos imóveis provocou que os mutuários tivessem de pedir novos empréstimos para liquidar os anteriores, dando sempre o mesmo imóvel como garantia e as corretoras hipotecárias facilmente se aperceberam que para ganhar uma

⁷¹ Tradução livre. No original pode ler-se: “Fuld did not want any repetition of in-fighting between partners, which had caused so much damage in the past when partners were leaving the company taking their capital with them. Fuld insisted that the firm’s employees had to take a large amount of their salary and bonuses in shares, which they would not be able to sell for several years.”

⁷² Alt-A é um tipo de hipoteca menos arriscada do que a hipoteca de *subprime*, mas que não exigiam grande documentação formal que comprovasse que o hipotecário conseguia pagá-la – “empréstimos concedidos a mutuários sem grande documentação” (Tradução livre, no original pode ler-se: “loans made to borrowers without full documentation” (McDonald, 2015:9)

⁷³Tradução livre. No original pode ler-se: “nationwide lending powerhouse in the Alt-A”;

comissão de negócio tudo o que precisavam era de uma assinatura para fazer a hipoteca, esquecendo-se de avaliar a solidez dos empréstimos, até porque isso não seria um problema para si, porque as corretoras vendiam estas hipotecas às casas de investimento, como por exemplo, à *Lehman Brothers* que conseguia ter uma margem de lucro no processo de securitização dez vezes maior do que o valor emprezado. Para supervisionar a concessão de crédito *Lehman Brothers* contratou as três principais empresas de classificação de crédito – *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's* – para classificar os CDOs⁷⁴, já que os investidores são avessos ao risco e só querem comprar os títulos bem classificados, mas isto não tranquilizou muitos dos banqueiros de *Lehman* que consideravam que “todos os empréstimos levavam cerca de dez vezes mais risco do que as agências achavam”⁷⁵ (McDonald; Robinson, 2009: 177).

Mesmo em 2007, quando as fissuras do mercado imobiliário começaram a surgir através da crise do *subprime* *Lehman Brothers* continuou a investir em hipotecas mais do que qualquer outra empresa, triplicando as suas participações em investimentos ilíquidos de 87 milhares de milhões de dólares em 2006 para 275 milhares de milhões no final do primeiro trimestre de 2008, o que provocou um desajuste entre a dívida de curto prazo e os ativos ilíquidos de longo prazo através dos empréstimos de milhares de milhões de dólares que efetuava diariamente, o que aumentou o risco comercial devido aos investimentos em ativos de longo prazo. Todavia, o relatório financeiro do ano fiscal que terminava a 3 de novembro de 2007 mostrou dados bastante positivos:

“(...) ganhos superiores a 4 milhares de milhões de dólares (...), receita líquida de 19,3 milhares de milhões de dólares (aumento de 10% em relação ao ano anterior) e lucro líquido de 4,2 milhares de milhões de dólares (aumento de 5% em relação ao ano anterior). Os ganhos por ação chegaram a 7,26 de dólares, um aumento de 7% em relação ao ano anterior e um retorno sobre o património líquido de 20,8%”⁷⁶ (McDonald, 2015: 15)

⁷⁴ CDOs, *collateralized debt obligation*, traduzido em português como uma obrigação de dívida garantida, é o termo que designa os títulos garantidos que financiam as hipotecas de alto risco.

⁷⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “The problem emerging, in the opinion of our group, was that all of the loans carried about ten times more risk than the agencies thought.

⁷⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “record earnings in excess of \$4bn. (...), net revenues of \$19.3 bn (a 10 per cent over the previous year (...)) and a net income of \$4.2 bn (a 5 per cent increase over the previous year (...)). Earnings per share came in at \$7.26, a 7 per cent increase over the previous year (...) and a return on equity of 20.8 per cent”.

Além disto, Lehman estava tão focado em aumentar o negócio e competir com os outros bancos que criou um “profundo e escuro segredo”⁷⁷ (McDonald; Robinson, 2009: 178), cujo nome era “Grand Cayman” (McDonald; Robinson, 2009: 178) e onde, através das QSPE, Entidades Qualificadas para Fins Especiais, armazenaram dinheiros, títulos e CDOS que “nunca apareceram nos balanços corporativos”⁷⁸ (McDonald; Robinson, 2009: 179) e “estavam a “vender” CDOs à confiança e declará-los como lucro no balanço patrimonial da Lehman”⁷⁹ (*Ibidem*) e esta falta de supervisão por parte dos reguladores permitiu que o banco emprestasse cada vez mais dinheiro.

Em meados de dezembro de 2007 é quando os incumprimentos do pagamento das hipotecas entra em ascensão e o mercado dos CDOs começa a abrandar, tornando impossível para *Lehman Brothers* e os outros bancos vender estes títulos e os primeiros a entrar em pânico foram as próprias agências de classificação que se aperceberam da grande lacuna de credibilidade ao aprovarem créditos que não eram viáveis e é neste sentido que Lawrence McDonald e Patrick Robinson (2009: 125) afirmam que a “*Fitch, Moody’s* e *Standard & Poor’s* foram cúmplices deste esquema, não apenas por terem aconselhado sobre hipotecas boas e vulneráveis, mas também porque deram credibilidade aos bancos, permitindo-lhes mais CDOs com classificações triplas A (...)”⁸⁰ e consideram “estes avaliadores um grupo de vilões maldosos e desonestos que faziam qualquer coisa por dinheiro rápido”⁸¹ (McDonald; Robinson, 2009: 219). A este propósito, Oonagh McDonald (2015:vi) sustenta que “ (...) tanto a fraca e ineficaz regulação e o programa de regulação e supervisão que não eram adequados ao propósito”⁸² foram os motivos que contribuíram para a queda do banco e que, portanto, “*Lehman Brothers* contribuiu para a sua própria morte”⁸³ (*Ibidem*).

⁷⁷ Tradução livre. No original pode ler-se: “A deep dark secret”.

⁷⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: “never appearing on corporate balance sheets”

⁷⁹ Tradução livre. No original pode ler-se: “They were “selling” the CDOs to the trust and reporting the sale as profit on the *Lehman* balance sheet”

⁸⁰ Tradução livre. No original pode ler-se: “Thus Fitch, Moody’s and S&P were complicit in the entire program, not merely because of their skill in advising on both good and vulnerable mortgages but also because they gave the banks credence, allowing them to issue CDOs with triple-A ratings (...)”
A classificação triplo A (“triple A”) é uma designação utilizada pelas agências de classificação de risco de crédito para classificar a viabilidade do empréstimo ser ou não saldado, sendo que a categorização AAA é a nota mais alta representa um investimento seguro e com risco de incumprimento mínimo.

⁸¹ Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) I think those raters were a bunch of halfassed, dishonest villains who would do anything for a fast buck.”

⁸² Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) both in weak and ineffective regulation and also in a programme of regulation and supervision that was simply not fit for the purpose.”

⁸³ Tradução livre. No original pode ler-se: “*Lehman Brothers* certainly contributed to its own demise”.

O maior sobressalto surge quando banco *Bear Stearns*, um grande banco de investimento e uma das mais admiradas empresas de valores mobiliários dos EUA, necessitou de um resgate financeiro em março de 2007, provocando um sobressalto no mercado que considerava que *Lehman Brothers* seria o próximo a cair, pensamento que provocou a queda do preço das ações de *Lehman*, mas que no dia seguinte recuperaram.

Em maio de 2007 *Lehman* apresenta uma demonstração financeira de março anunciando um lucro de 489 milhões de dólares, mas David Einhorn, fundador e presidente da *Greenlight Capital*, uma afamada empresa de fundo de investimento, formulou algumas suspeitas sobre a precisão de dados apresentadas por *Lehman*, o que colocou o mercado em sobressalto, embora *Lehman* soubesse da sua necessidade urgente de desalavancar⁸⁴ e de aumentar o capital para evitar que uma intervenção federal fosse necessária e, por isso, nos últimos meses vendeu ativos no valor de 100 milhares de milhões de dólares. Apesar disto, os efeitos da atitude de David começaram a surgir dias depois: além de terem provocado uma queda de 16% nas ações, quando os resultados do segundo trimestre foram publicado em junho, *Lehman* admitiu uma perda de 2,8 milhares de milhões de dólares: o primeiro trimestre negativo em catorze anos – “ (...) o venerado banco de investimento de oitenta e cinco anos, que sobreviveu a 1929, estava ofegante de ar”⁸⁵ (McDonald; Robinson, 2009: 302)

Richard Fuld, também conhecido por Dick Fuld, reuniu-se com Hank Paulson, secretário do Tesouro, mas partilhavam de visões antagónicas: por um lado, Paulson aconselhou Fuld a vender os ativos de *Lehman* e, por outro, Fuld pretendia convencer Paulson que a instituição bancária necessitava de aceder ao *Primary Dealer Credit Facility* (PDCF), uma facilidade de crédito criada pela Reserva Federal depois da queda do *Bear Stearns* que pretendia auxiliar os bancos de investimentos, mas *Lehman* ainda se encontrava sob risco de falência porque continuava a cometer os mesmos erros e, portanto, Hank Paulson estava preocupado com o efeito desastroso que o seu colapso poderia ter em *Wall Street*, mas acreditava que dar-lhes acesso ao PDCF não resolveria a situação. Neste impasse, *Lehman* estava a trabalhar para encontrar uma solução para se fundir com o *Bank of America*, mas perto do fecho do negócio o *Bank of America* retraiu-se por considerar que não era viável sem apoio federal e, por este motivo, alguns dos

⁸⁴ Desalavancar é um termo utilizado na economia que significa que a empresa necessita de se aliviar do endividamento financeiro.

⁸⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) the venerable eighty-five-year-old investment bank, which had survived 1929, was gasping for air.”

trabalhadores de *Lehman* consideraram que “O facto de Hank Paulson não ter feito nenhum movimento para encorajar ou ajudar os coreanos era uma coisa, mas quando se recusou a fazer algo que ajudasse o *Bank of America* a salvar Lehman foi um sinal significativo”⁸⁶ (McDonald; Robinson, 2009:338).

A sexta-feira de 11 de julho de 2008 foi catastrófica para o banco: durante todo o dia as ações não pararam de cair e nas semanas seguintes Lehman tentou vender aquilo que conseguiu, mas muitos dos trabalhadores do banco acreditavam que a única saída seria a venda da empresa a um banco maior, mas Dick Fuld ainda era o diretor executivo e tinha recusado recentemente uma oferta de 6,40 dólares por ação de um banco coreano porque queria 17,50 dólares por ação. Lehman tenta resistir e apresenta um “plano de sobrevivência” que consistia na criação de uma entidade que reuniria o seu portefólio de imóveis comerciais – e onde se concentravam todos os passivos perdidos – a SpinCo⁸⁷, mas que só poderia ser ativada em janeiro e *Lehman* necessitava de um comprador para os próximos três dias. No fundo, era uma separação entre o banco bom e o banco mau, à semelhança do que aconteceu com o BES.

Para piorar, a 10 de setembro de 2008, apresentam o derradeiro relatório de resultados da empresa, anunciando a perda de 3,9 milhares de milhões de dólares, a segunda perda trimestral após junho.

Ainda surge o *Barclays* interessado nos ativos bons de *Lehman*, mas não queria os ativos perdidos – uma possibilidade pouco promissora, mas era a única proposta que se mantinha –, mas que só se tornaria efetiva se obtivesse uma aprovação da *Financial Services Authority* (FSA), um regulador britânico em Londres, e ao mesmo tempo, Hank Paulson tentava convencer o *Bank of America* a comprar o *Merrill Lynch* que, com o colapso de *Lehman*, também começou a dar sinais de fraqueza e, por isto, muitos consideram que o fim de *Lehman* foi, em parte, também culpa dos responsáveis pela banca porque “acreditam que Hank estava mais interessado em salvar *Merrill* do que em salvar *Lehman*”⁸⁸ (McDonald; Robinson, 2009: 340). A proposta entre os dois bancos

⁸⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “The fact that Hank Paulson had made no move to encourage or assist the Koreans was one thing, but when he refused to make any kind of move to help BofA save Lehman, that was a significant sign.”

⁸⁷ A SpinCo seria uma entidade independente que reuniria 32,6 milhares de milhões de dólares de ativos perdidos.

⁸⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: “To this day there are those who believe Hank was more interested in saving Merrill than he ever was in saving Lehman.”

aparentava um final feliz, contudo *Lehman* é informado a 14 de setembro de 2008 que a FSA não aprovou o acordo porque “era importante que não assumissem riscos que poderiam ter um impacto sistêmico mais amplo no sistema financeiro do Reino Unido” (McDonald, 2015:343). Neste mesmo dia, por volta das 20 horas, Bart McDade, o sucessor de Joe Gregory no cargo de presidente, comunica a Dick Fuld o resgate que pediram ao FED não foi aceite e que “ (...) tinha acabado, *Lehman Brothers* tinha ordem para arquivar a falência”⁸⁹ (McDonald, Robinson, 2009: 344).

No dia 15 de setembro de 2008, *Lehman Brothers* pediu a bancarrota invocando o *Chapter 11*, a lei das falências americanas, com uma dívida de 660 milhares de milhões de dólares: “O banco de investimento de 158 anos desapareceu. (...) Era realmente a maior falência da história”⁹⁰ (McDonald; Robinson, 2009: 346).

Um dia depois, o banco da Reserva Federal anuncia que irá emprestar 85 milhares de milhões de dólares à *American International Group* (AIG), uma seguradora, um empréstimo garantido pelos ativos da empresa. E é por algumas destas atitudes pouco análogas que McDonald e Robinson (2009: 346) asseveram que “Hank Paulson tomou a decisão de destruir a economia mundial”⁹¹.

4.3. Hong Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC)⁹²

Esta instituição bancária surge como uma “resposta às necessidades das comunidades empresariais da costa da China”⁹³ (HSBC, 2013:2) em Hong Kong, a 3 de março de 1865, pelas mãos de Thomas Sutherland, já que esta cidade tornou-se um grande centro comercial e “(...)as empresas locais precisavam de instalações bancárias mais

⁸⁹ Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) there would be no rescue, that it was over, that *Lehman Brothers* had been mandated to file for bankruptcy”.

⁹⁰ Tradução livre. No original pode ler-se: “The 158-years-old investment bank was gone. (...) It was indeed the largest bankruptcy in history”.

⁹¹ Tradução livre. No original pode ler-se: “Hank Paulson had just made the decision that would obliterate the world’s economy”.

⁹² Para sintetizar e abordar a história deste banco existiu alguma dificuldade em encontrar literatura que abordasse os aspetos positivos como também os negativos e, por isso, baseámo-nos num *dossier* escrito pelo próprio *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation* (2013) que cronologicamente resume a sua história, mas circunscrevendo-se apenas aos factos históricos e positivos da instituição e, como complemento, recorreremos a notícias publicadas pelo banco no jornal *The Guardian* e no *The Independent*, o que poderá mostrar algum enviesamento da informação, mas que não influenciará a nossa investigação.

⁹³ Tradução livre. No original pode ler-se: “He established the bank as a response to the needs to the needs of the China coast business communities”.

sofisticadas, mas a maioria das transações ainda era tratada por casas comerciais europeias e não como bancos”⁹⁴ (*Ibidem*).

Em 1866, apesar dos bancos estrangeiros presentes em Hong Kong terem entrado em colapso, o HSBC resistiu à tempestade financeira e manteve-se firme, tornando-se reconhecido como uma instituição sólida, dada a sua resiliência e no final da sua primeira década de operações já atuava em setes países da Ásia, Europa e América do Norte e em 1900 tinha subsidiárias em 16 países, tendo-se tornado numa potência financeira não só Ásia, mas também marcando uma forte presença no mercado norte-americano.

Em 1992, fixaram a sede do banco no Reino Unido ao considerarem que este país “é uma economia importante e globalmente conectada. Possui um quadro normativo e jurídico internacionalmente respeitado e (...) [pelo facto de] Londres ser um dos principais centros financeiros internacionais do mundo”⁹⁵,⁹⁶, e conseguiu tornar-se o maior banco da Grã-Bretanha o que lhe valeu a categorização de “(...) uma das maiores empresas do FTSE 100”⁹⁷,⁹⁸ (*Ibidem*) em 2009.

O foco principal do banco era a finança comercial através do financiamento do comércio da costa chinesa, emprestando dinheiro aos comerciais de exportações local, mas à semelhança de *Lehman Brothers* também se expandiu com negociações no mercado imobiliário e, em fevereiro de 2007, foi dos primeiros bancos a dar sinais de que a desaceleração do mercado imobiliário dos EUA poderia ter consequências nefastas nas instituições bancárias, ao anunciar que assumiria as perdas de uma “subsidiária de finanças de consumo dos EUA”⁹⁹ (HSBC, 2013:28), atuando com rapidez para reduzir as perdas e fornecer a liquidez necessária. Apesar disso, sobreviveu à crise financeira e do

⁹⁴ Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) meant local businesses needed more sophisticated banking facilities, but most transactions were still handled by European trading houses rather than banks.”

⁹⁵ Tradução livre. No original pode ler-se: “«The UK is an important and globally connected economy. It has an internationally respected regulatory framework and legal system, and immense experience in handling complex international affairs. London is one of the world’s leading international financial centres”»

⁹⁶ *The Guardian*, «HSBC to keep its headquarters in London», 15 de fevereiro de 2016, In: <https://www.theguardian.com/business/2016/feb/14/hsbc-to-keep-its-headquarters-in-the-uk>

⁹⁷ O FTSE 100 é um índice das 100 ações mais representativas na Bolsa de Valores de Londres.

⁹⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: “ (...) one of the biggest companies on the FTSE 100”

⁹⁹ Tradução livre. No original pode ler-se: “US consumer finance subsidar”.

setor imobiliário e desde 2011 “reestruturou e reorientou os seus negócios para enfrentar os desafios do mundo pós-crise”¹⁰⁰ (HSBC, 2013:28).

Contudo, apesar da história deste banco não ter o mesmo final que a dos anteriores – o colapso bancário –, ficou marcada por escândalos que nos interessam examinar pela sequência de acontecimentos que potenciaram “ (...) uma guerra agressiva lançada em falsas pretensões e uma fraude financeira massiva e sistêmica no setor bancário e de crédito que desencadeou a crise financeira de 2008¹⁰¹”¹⁰². O primeiro escândalo surge em 2001 quando Stephen Troth, um banqueiro que trabalhou para a banca privada desta instituição no Mónaco, foi preso por ligações suspeitas ao desaparecimento de 10 milhões de dólares das contas de clientes famosos, como o piloto Michael Schumacher que alegadamente terá transferido para as suas contas pessoais¹⁰³. (Finch; Casy, 13 setembro 2001).

Em 2012, o HSBC é acusado pelos EUA de ter permitido que “traficantes de narcóticos e outros lavassem centenas de milhões de dólares através das suas subsidiárias¹⁰⁴”¹⁰⁵ como afirma Lanny Breuer, procurador-geral assistente do banco ao «transportarem milhares de milhões de dólares em dinheiro em veículos blindados, “limparem” cheques de viajantes suspeitos e permitirem que narcotraficantes mexicanos comprem aviões com dinheiro lavado através das Ilhas Cayman¹⁰⁶»¹⁰⁷ (Rushe, 17 julho

¹⁰⁰ Tradução livre. No original pode ler-se: “restructured and refocused its business to meet the challenges of the post-crisis world”

¹⁰¹ Tradução livre. No original pode ler-se: “(...) an aggressive war launched on false pretenses, and massive, systemic financial fraud in the banking and credit industry that triggered the 2008 financial crisis.”

¹⁰² The Guardian., «HSBC, too big to jail, is the new poster child for US two-tiered justice system», 12 de dezembro de 2012, In: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2012/dec/12/hsbc-prosecution-fine-money-laundering>

¹⁰³ Para maior aprofundamento consultar *The Guardian*, «HSBC’S man in Monaco arrested», , 13 de setembro de 2001, In: <https://www.theguardian.com/business/2001/sep/13/3>

¹⁰⁴ Tradução livre. No original pode ler-se: “that led the bank to permit narcotics traffickers and others to launder hundreds of millions of dollars through HSBC subsidiaries and to facilitate hundreds of millions”

¹⁰⁵ *The Guardian*, «HSBC pays record \$1.9bn fine to settle US money-laundering accusations», *The Guardian*, 11 de dezembro de 2012, In: <https://www.theguardian.com/business/2012/dec/11/hsbc-bank-us-money-laundering>

¹⁰⁶ Tradução livre. No original pode ler-se: “how HSBC’s subsidiaries transported billions of dollars of cash in armoured vehicles, cleared suspicious travellers’ cheques worth billions, and allowed Mexican drug lords buy to planes with money laundered through Cayman Islands accounts.”

¹⁰⁷ The Guardian, «HSBC ‘sorry’ for aiding Mexican drugs lords, rogue states and terrorists», 17 de julho de 2012, In: <https://www.theguardian.com/business/2012/jul/17/hsbc-executive-resigns-senate>

2012), além de ter permitido que as suas subsidiárias transferissem dinheiro de países sancionados pelos EUA, como por exemplo, o Irão e a Síria e de terem ajudado um banco saudita ligado à *Al Qaeda* a transferir dinheiro para os EUA, negócios sujos que permitiram ao banco branquear 881 milhões de dólares.

Corroborando, o HSBC culpabilizou-se desta falha flagrante e prometeu implementar controladores contra o branqueamento de capitais e, apesar, dos EUA terem decidido não os sancionar criminalmente por considerarem que além do HSBC perder a sua licença bancária para operar no país, “processar uma «instituição financeira de importância sistémica» como o HSBC, «poderia levar a um contágio [financeiro]» e «implicações muito sérias para a estabilidade financeira e económica, particularmente na Europa e Ásia»^{108»109}, os EUA decidiram penalizar o banco com uma multa de 1,9 milhares de milhões de dólares.

Mais recentemente, no início de fevereiro de 2015, um novo escândalo rebenta quanto é noticiado que Hervé Falciani que trabalhou como analista informático no *HSBC Private Bank Suisse*, teve acesso a dados confidenciais que com a ajuda de meios de comunicação como o *The Guardian*, *Le Monde*, *BBC Panorama* e o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação revelaram que o banco privado suíço ajudou, a partir de 2005 até 2007, “clientes ricos a esquivar-se de impostos e ocultar milhões de dólares em ativos, (...) aconselhando os clientes sobre como contornar as autoridades fiscais nacionais^{110»111}. Os documentos revelavam que o banco tinha 30 000 contas com quase 78 libras esterlinas e que contactava proactivamente os seus clientes para lhes sugerir maneiras de evitar uma nova taxa cobrada sobre contas poupança suíças e confirmavam que também esta subsidiária prestava serviços bancários as pessoas implicadas em escândalos de corrupções, figuras da indústria da armas e outros,

¹⁰⁸ Tradução livre. No original pode ler-se: “prosecuting a “systemically important financial institution” like HSBC “could lead to [financial] contagion” and pose “very serious implications for financial and economic stability, particularly in Europe and Asia”.

¹⁰⁹ *The Guardian*, «HSBC escaped US Money-laundering charges after Osborne’s intervention», 11 de julho de 2016, In: <https://www.theguardian.com/business/2016/jul/11/hsbc-us-money-laundering-george-osborne-report>

¹¹⁰ Tradução livre. No original pode ler-se: “helped wealthy customers dodge taxes and conceal millions of dollars of assets, (...)advising clients on how to circumvent domestic tax authorities”

¹¹¹ *The Guardian*, «HSBC files show how Swiss bank helped clients dodge taxes and hide millions», 8 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-expose-swiss-bank-clients-dodge-taxes-hide-millions>

relembrando o escândalo de 2012. Como advertência o HSBC recebeu ordens para pagar 40 milhões de francos suíços e uma advertência final das autoridades de Genebra pelas suas deficiências organizacionais que permitiram que o branqueamento de capitais pudesse ter acontecido nesta subsidiária, todavia o HSBC considera que o braço suíço nunca foi totalmente integrado no grupo permitindo padrões de conformidade menores e, por isso, Douglas Flint, diretor de finanças desta época, considera que “É muito difícil para pessoas fora da Suíça ter acesso a informações detalhadas sobre as contas na Suíça. Isso é algo que apenas a gestão no terreno pode ter acesso para todos os motivos de privacidade e segredo”¹¹²”¹¹³ e, por isso, atribui as culpas aos diretores do banco privado suíço. Este escândalo teve uma grande dimensão que leva Stuart Gulliver, presidente do HSBC, a admitir que se sentia vergenhado e que este acontecimento tinha provocado “dano horrível da reputação” (*Ibidem*) e, é neste sentido, que ao longo deste trabalho de investigação iremos focar a nossa análise neste escândalo que, apesar de ter sido cometido na Suíça, teve as maiores repercussões na sede do banco, localizada no Reino Unido.

Este banco vai continuando a ser abalado por escândalos de menor dimensão, como por exemplo, as várias ações judiciais de ação coletiva sobre a fraude de Bernie Madoff por alegadamente ter atuado como depositário destes fundos e de ter lucrado com o esquema *Ponzi*¹¹⁴ desenvolvido por Madoff; a detenção de Mark Johnson, chefe global de câmbio do HSBC, acusado de fraudar clientes e de alegadamente os ter manipulado no mercado de câmbio para benefício próprio e de, em 2016, ter reportado uma queda de 62% nos lucros provocados, segundo Stuart Gulliver, por problemas de regulação de fiscalização interna que procuravam através de auditorias internas combater incidentes de risco, branqueamento de capitais, apesar de ser algo normal para um banco das dimensões do HSBC que opera em 70 países e com 240 mil funcionários, segundo o seu diretor.

¹¹² Tradução livre. No original pode ler-se: “It’s very difficult for people outside Switzerland to get any access to the detailed account-level information in Switzerland. That’s something only the management on the ground can have access to for all the privacy and secrecy reasons.”

¹¹³ *The Guardian*, «HSBC scandal caused horrible damage to reputation, says chairman», 26 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/25/hsbc-scandal-horrible-damage-reputation-chairman>

¹¹⁴ Um esquema *Ponzi* é uma operação fraudulenta através do pagamento de rendimentos altos a investidores obtidos através do dinheiro de outros investidores, em vez de ter origem em receita gerada por um negócio real. Para informações mais detalhadas consultar: <http://www.negociosedinheiro.com/historia-esquema-ponzi-de-bernie-madoff>

Capítulo V

Análise de dados e apresentação de resultados

Foram analisadas um total de 40 notícias: sobre o caso do Banco Espírito Santo regista-se a publicação de 14 notícias pelo jornal *Público* e seis do *Jornal de Notícias*; sobre o *Lehman Brothers* o jornal *Washington Post* publicou 6 notícias e o *USA Today* 2; o caso HSBC é divulgado pelo *The Guardian* em 7 notícias e o jornal *The Independent* dissemina 5 notícias.

Ao analisar a publicação noticiosa consoante o período de ocorrência de cada um destes escândalos é visível que, no caso do BES, o pico noticioso não se regista do dia 3 de agosto de 2014, dia que declarou falência, um domingo, mas o dia 4 de agosto através da publicação de 5 notícias e também no dia 1 de agosto, tornando-se os dias com maior número de publicações. No dia da falência do BES o *Público* regista duas notícias e o *Jornal de Notícias* publica uma notícia neste dia (Consultar Gráfico 1 no Anexo 4). No caso do *Lehman Brothers*, a situação é semelhante, já que o *Washington Post* é o jornal com maior número de publicações, publicando maior número de notícias no dia 11 e 12 de setembro de 2008 com duas notícias por dia e, pelo contrário, no dia da falência da instituição (15 de setembro de 2008) não regista nenhuma publicação e o *USA Today* regista menor número, mas divulga uma notícia no dia da falência do banco (Consultar Gráfico 2 no Anexo 5). Ao noticiar o colapso do *HSBC* o *The Guardian* é o jornal com maior número de notícias publicadas ao noticiar com maior afluência no dia 8 e 9 de fevereiro de 2015 com 2 notícias por dia nestes dois dias e no dia do surgimento da transgressão, dia 11 de fevereiro de 2015, os dois jornais em análise publicam uma notícia cada um e é, de salientar, que o jornal *The Independent* só publica notícias até ao dia 11, uma vez que após a divulgação da transgressão não se registam quaisquer notícias, contrariamente ao caso acontece com o *The Guardian* (Consultar Gráfico 3 no Anexo 6).

O facto de nenhum dos casos se registar um pico de notícias no fase do auge do escândalo – o dia da falência ou da divulgação dos atos transgressores – é, em parte, expectável porque em todos os casos analisados já há notícias dos dias anteriores que fazem referência ao possível futuros de cada uma das instituições bancárias, mas por outro lado, o facto de um banco declarar falência e de nenhum dos jornais registar um aumento de notícias publicadas nesse dia é um dado relevante, assim como serem os jornais *Público*; *Jornal de Notícias*; *The Washington Post*; *The Guardian* os que mais notícias

sobre os casos publicaram, contrariamente ao *USA Today* e *The Independent* – que registam uma baixa frequência de publicações.

A variável da autoria das notícias demonstra que o *Público* e o *The Guardian* são os jornais que mais frequentemente utilizam os mesmos jornalistas para escrever notícias sobre os casos que abordam e que o jornal de referência português têm um número considerável – 4 – de notícias assinadas pela agência *Lusa*. O jornal *Washington Post* apesar de ter uma grande variedade de jornalistas a redigir as notícias verifica-se a presença em quase todos os grupos de trabalho de *Heather Landy*, contrariamente ao que acontece com o *The Independent* que apesar de ter uma grande variedade de jornalistas não existem um ou mais que se mantenham continuamente a seguir os casos (Consultar Gráfico 4 no Anexo 7).

O jornal que publica notícias com maior quantidade de texto é o *The Guardian*¹¹⁵, com uma média 98 linhas por notícias, seguindo-lhe o *Washington Post*¹¹⁶ com uma média de 66 linhas por notícia, o *Público*¹¹⁷ com 49; o *Jornal de Notícias*¹¹⁸ em média com 39 linhas por notícias; e o *The Independent*¹¹⁹ com 30 linhas e, por fim, o *USA Today*¹²⁰ com uma média de 28 linhas por notícias.

Na análise da variável das secções onde cada jornal publicou as notícias sobre os casos é notória a semelhança entre o *Público* e o *Jornal de Notícias* que publicaram as notícias na secção de economia, o *Washington Post* publica sobre o *Lehman Brothers* na secção de *Business*¹²¹ e o *USA Today* na secção de *Money*¹²², o *The Guardian* publica a maioria das suas notícias na secção de *Business* e outra na secção de *World*¹²³ que aborda o facto do HSBC suíço ter escondido dinheiro de suspeitos criminais oriundos de diversas partes do mundo e o *The Independent* considera a maioria das notícias como *Business* e uma é publicada na secção de *UK Politics*¹²⁴ porque a notícia divulga que o partido *Tories*,

¹¹⁵ Média de linhas por notícia: $65 \text{ linhas} + 90 + 101 + 77 + 73 + 106 + 177 = 689 : 7 = \mu = 98,4 = 98$

¹¹⁶ Média de linhas por notícia: $69 \text{ linhas} + 84 + 60 + 73 + 61 + 48 = 395 : 6 = \mu = 65,8 = 66$

¹¹⁷ Média de linhas por notícia: $25 + 105 + 89 + 26 + 71 + 26 + 35 + 43 + 89 + 35 + 24 + 52 + 24 + 46 = 690 : 14 = \mu = 49,2 = 49$

¹¹⁸ Média de linhas por notícia: $19 + 28 + 40 + 75 + 8 + 39 = 209 : 6 = \mu = 34,8 = 39$

¹¹⁹ Média de linhas por notícia: $24 + 12 + 60 + 32 + 22 = 150 : 5 = \mu = 30$

¹²⁰ Média de linhas por notícias: $13 + 43 = 56 : 2 = \mu = 28$

¹²¹ Tradução livre: negócios

¹²² Tradução livre: dinheiro

¹²³ Tradução livre: mundo

¹²⁴ Tradução livre: político do Reino Unido

partido conservador do Reino Unido, recebeu dinheiro de clientes do HSBC (Consultar Gráfico 5 no Anexo 8).

Através da análise da tipologia de títulos os resultados denotam que não existe uma grande discrepância entre os seis meios de comunicação estudados e verifica-se que o título apelativo é o mais utilizado, uma vez que a maioria das notícias não esclarece o leitor sobre as informações básicas das notícias – quem? o que?; quando?; onde? e quando? – presumindo que o leitor têm algum conhecimento prévio sobre o caso e o segundo mais utilizado é o informativo que pressupõe que o leitor não está informado sobre o caso e o jornalista através do título explicando o essencial (Consultar Gráfico 6 no Anexo 10).

A variável que propõe identificar as fontes utilizadas pelos jornalistas referidas nas notícias é indispensável para se perceber quais são as fontes dominantes nas notícias e de que forma poderão condicionar a percepção do leitor sobre o assunto: no caso do *Público* verifica-se a referência a uma grande multiplicidade de fontes, mas a mais mencionada é, uma fonte personalizada, o Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, seguida pelo Banco de Portugal, que surge enquanto instituição, ou seja, como uma fonte não personalizada; Vítor Bento, representante da nova administração do Banco Espírito Santo depois de Ricardo Salgado ter sido afastado pelo Banco de Portugal e outras das fontes mais mencionadas é a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); os comunicados do BES e os outros meios de comunicação social (Consultar Gráfico 7 no Anexo 11)¹²⁵. Pelo contrário, o *Jornal de Notícias* (JN) evidencia menor variedade de fontes e a fonte mais recorrente é o Governador do Banco de Portugal e as restantes são utilizadas no mesmo número de vezes (Consultar Gráfico 7 no Anexo 11).

O jornal *Washington Post* é o segundo órgão de comunicação social que ao abordar a falência de *Lehman Brothers* recorre a uma maior diversidade de fontes, em três das seis notícias publicadas evidencia um forte recurso a fontes anónimas que optam por não revelar a identidade pela sensibilidade nas negociações em que essas fontes estão envolvidas e, dos seis jornais analisados, é o único que têm como uma das fontes mais mencionadas nas notícias um membro associado à instituição bancária que, neste caso, surge representado pelos executivos de *Lehman Brothers*; em duas das seis notícias

¹²⁵ Os gráficos relativos à análise das fontes foram colocados nos Anexos devido à sua dimensão que impossibilitava a sua integração no *layout* destas páginas.

verifica-se o recurso à agência de *rating* da Moody's Investor Services, a Michael J. Darby¹²⁶, John Ryding, Michael Kastner e, novamente, o jornal recorre aos principais envolvidos no caso – *Lehman Brothers* e o seu representante Richard S. Fuld (Consultar Gráfico 8 no Anexo 12). O *USA Today* é o jornal que menor diversidade apresenta de fontes e não apresenta nenhuma fonte que seja utilizada em mais do que uma notícia, ou seja, das duas únicas publicações que o jornal apresenta não se verifica o recurso a mais do que uma vez à mesma fonte (Consultar Gráfico 8 no Anexo 12).

Na divulgação do caso do HSBC o *The Guardian*, pela parceria que desenvolveu com o *Le Monde*, *BBC Panorama* e o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, permitindo o acesso a informação detalhada, brinda o leitor com uma multiplicidade de fontes, tornando-se dos seis meios de comunicação o que maior diversidade de fontes apresenta, essencialmente porque recorre a alguns dos nomes de titulares que constam da lista de pessoas que estão envolvidas neste escândalo com a subsidiária suíça e cita as duas declarações. As fontes mais utilizadas nas notícias são os ficheiros do HSBC (HSBC files), documentos onde o jornal foi consultar a informação que divulga e Richard Brooks, ex-inspetor fiscal, que comenta o escândalo e o próprio banco HSBC com uma utilização em duas das sete notícias difundidas (Consultar Gráfico 9 no Anexo 13). Contrariamente, o *The Independent*, apesar de apresentar alguma variedade de fontes, as mais frequentes são Margaret Hodge, presidente do comitê de contas públicas do Reino Unido, que comenta a atuação das autoridades fiscais neste caso e outros meios de comunicação que o jornal cita regularmente para esclarecer a origem da informação que dá a conhecer. É evidente o pouco recurso a fontes ligadas à instituição bancária em causa que só se regista numa das cinco notícias publicadas (Consultar Gráfico 10 no Anexo 14).

Ao desenvolvermos a recolha das fontes somos também capazes de perceber que as fontes mais utilizadas nos casos em análise são as personalizadas, ou seja, as fontes pronunciam-se a título individual quando comentam os casos, como Brian Sack, economista, ou enquanto porta-voz das instituições, como por exemplo, quando Carlos Costa anuncia decisões tomadas pelo Banco de Portugal; quando Richard S. Fuld, presidente-executivo do *Lehman Brothers* dá voz à instituição bancária, apesar das fontes

¹²⁶ Na tentativa de melhorar a compreensão do motivo que leva os jornais a consultar, citar e recorrer a algumas fontes é importante perceber que ligação têm com o caso em questão e, por isso, criámos uma listagem das fontes que identifica todas as fontes desconhecidas e que quais as funções profissionais que ocupam e pode ser consultada no Anexo 9, página VII.

não personalizadas que integram as instituições, organizações ou entidades coletivas também são frequentemente incluídas nas notícias dado a imperatividade destes casos da intervenção de instituições de teor financeiro, governamental e judicial. Existe também uma presença notória de fontes documentais, quer pela recorrência dos jornais aos comunicados das instituições envolvidas e aos documentos que permitiram ao jornais revelar os atos transgressores do HSBC. Na totalidade das notícias publicadas o *Público* recorre em maioria às fontes não personalizadas e o *Jornal de Notícias*; *Washington Post* e *The Guardian* e *The Independent* citam mais as fontes personalizadas e o *USA Today* utiliza de forma equilibrada as fontes não personalizadas e personalizadas (Consultar Gráfico 12 no Anexo 16). Curiosamente, os jornais utilizam as fontes oficiais maioritariamente (54%) e não-oficiais em menor percentagem (46%) (Consultar Gráfico 17 no Anexo 17).

Em todas as publicações analisadas o enquadramento noticioso (*framing* noticioso) mais utilizado é o bancário (44%), seguido pelo enquadramento bancário / político que apresenta uma presença noticiosa de 32% e pelos enquadramento bancário / judicial e enquadramento político com 7% (Consultar Gráfico 15 no Anexo 19). Focando-nos nos seis jornais constatamos que 8 das 14 notícias do *Público* apresentam enquadramento bancário, 5 publicações juntam o *framing* bancário e político; o *Jornal de Notícias* faz uma utilização maioritária do enquadramento bancário; o *Washington Post* recorre ao enquadramento bancário /político em 4 das 6 notícias publicadas; o *USA Today* apresenta mais publicações com enquadramento bancário / pessoal/ judicial e em segundo lugar com enquadramento bancário / político; as notícias do jornal *The Guardian* surgem em maior número com um enquadramento bancário / judicial (três notícias), sucedendo-lhe o enquadramento bancário; o *The Independent* divulga 2 das 5 notícias com enquadramento bancário / político (Consultar Gráfico 14 no Anexo 18). Relativamente aos *frames* mais prementes nas notícias concluímos que 30% das notícias apresentam a descrição do conflito, 29% recorre com constância ao *frame* das consequências, 28% expõem as possíveis soluções ao caso e 13% dá a conhecer ao leitor as responsabilidades (atribuição de responsabilidades) pelo caso que divulgam. É também curiosa a diferença de apresentação de *frames* entre os jornais: o *Público* em 13 publicações apresenta o *frame* de exposição de soluções e 9 surgem com *frames* de consequências e descrição do conflito; no *Jornal de Notícias* o *frame* da exposição de soluções surge em maioria, seguido pela descrição do conflito; o *Washington Post* expõe nas notícias a exposição de

soluções e apresenta as consequências como o segundo *frame* mais utilizado e é, de todos os meios de comunicação analisados; no *USA Today* o *frame* mais recorrente é o da exposição de soluções, pelo contrário no *The Guardian* surgem, primeiramente, a descrição do conflito, as consequências e é o meio de comunicação que maior *frames* de atribuição de responsabilidades apresenta nas suas publicações; o *The Independent* difunde com maior intensidade com a descrição do conflito e as consequências (Consultar Gráfico 16 e 17 no Anexo 20 e 21).

Após o posterior levantamento das palavras / expressões que revelam a presença do *criminal frame* é possível constatar que o jornal *Público* utiliza 14 palavras / expressões de teor criminal e também apresenta 6 das 14 notícias sem qualquer utilização destas expressões e as mais utilizadas são «actos de gestão gravemente prejudiciais»; «financiamento fraudulento»; «ilicitudes» (Consultar Tabela 1 no Anexo 22); o *Jornal de Notícias* utiliza 7 expressões, sendo que a mais frequente é «esquema de financiamento fraudulento» (Consultar Tabela 2 no Anexo 23); o jornal *Washington Post* não se verifica a presença de qualquer tipo de expressões (Consultar Tabela 3 no Anexo 24) e o *USA Today* utiliza apenas uma: «Juiz James M. Peck irá conduzir o processo de falência» (Consultar Tabela 4 no Anexo 25); o mesmo não se passa no tratamento noticioso do caso do banco HSBC que regista a utilização de uma grande diversidade de expressões e, assim, o jornal *The Guardian* é dos seis o que mais expressões emprega, com um recorde de 41 expressões, sendo que as expressões «investigações criminais» e «autoridades fiscais» são repetidas três vezes na totalidade das publicações; seguidas pela repetição de duas vezes das expressões «anti-lavagem de dinheiro»; «criminalidade financeira»; «evasão fiscal»; «processos judiciais» e «corrupção» (Consultar Tabela 5 no Anexo 26); o *The Independent* regista 23 expressões de âmbito criminal com uma forte utilização (12 repetições) da expressão «evasão fiscal», «evasão» (4 repetições); «evitar impostos» (3 repetições); «multa» e «vazamento impostos» com 2 repetições (Consultar Tabelas 6 no Anexo 27).

Para percebermos se estes casos são noticiados como escândalos mediáticos tentámos perceber se as notícias respondem aos seis requisitos propostos por Thompson (2002:40) para surgir um escândalo mediático e se utilizam expressões de âmbito criminal, através do seu levantamento e enumeração (Consultar Tabela 1,2,3,4,5,6 no Anexo 22,23,24,25,26,27) e constatámos que os dois jornais que noticiam o caso do Banco Espírito Santo respondem afirmativamente a cinco das seis categorias do

escândalo mediático, já no caso do *Washington Post* que responde afirmativamente apenas a duas exigências e o *USA Today* a três; o *The Guardian* responde afirmativamente às seis condições, enquanto o *The Independent* responde afirmativamente apenas a cinco. (Consultar Variável de escândalo mediático no Anexo 28,29, 30,31,32 e 33).

A variável que pretende analisar os escândalos noticiados pelos jornais forneceu resultados expectáveis, uma vez que 92% das notícias noticiam escândalos bancários e os restantes 8% noticiam escândalos bancário-político (Consultar Gráfico 19 no Anexo 36), um resultado que se deve exclusivamente ao caso do HSBC divulgado pelo *The Independent* que divulga duas notícias e o *The Guardian* divulga uma abordando o envolvimento de membros e do partido conservador (*Tories*) e do Partido Trabalhista do Reino Unido que receberam dinheiro de clientes do banco que tinham contas suíças e que alegadamente não pagavam os devidos impostos (Consultar Gráfico 18 no Anexo 35).

Ao analisarmos as temáticas mais presentes nas notícias constatamos que os jornais abordam temáticas diferentes para noticiar cada um dos casos: o *Público* nas notícias que divulga constata-se que as temáticas mais frequentes são as que dizem respeito ao futuro da instituição; as consequências do caso e a sua respetiva contextualização e o *Jornal de Notícias* preocupa-se mais em informar o leitor sobre o futuro da instituição; contextualização do caso e explicar os negócios que provocaram o colapso (Consultar Gráfico 29 no Anexo 37). O *Washington Post* aborda com mais frequência o futuro da instituição; as consequências e divulga comentários feitos ao caso e o *USA Today* também se preocupa excessivamente com o futuro da instituição e dissemina os comentários ao caso (Consultar Gráfico 30 no Anexo 38). O *The Guardian* foca-se na contextualização do caso e nos comentários ao caso, enquanto que o *The Independent* preocupa-se com as consequências e utiliza equitativamente a temática dos comentários ao caso e da contextualização (Consultar Gráfico 31 no Anexo 39). Desta forma, podemos constatar que na generalidade os seis jornais em análise demonstram uma grande preocupação com o futuro das instituições bancárias, fornecendo ao leitor informações sobre quais os procedimentos que as instituições envolvidas irão adotar para resolverem as situações em que se encontram, assim como das consequências e revelam frequentemente os comentários ao caso.

CONCLUSÃO

O estudo que acabámos de desenvolver permite-nos perceber que as influências estruturais das organizações, as próprias rotinas de produção, a ideologia dos jornalistas condicionam a forma como a informação é seleccionada e posteriormente são construídas as notícias, o que contribui para o acentuar diferenças notórias na forma como os jornais abordam os casos de escandalosos colapsos bancário, uma vez que as notícias enquadram os acontecimentos de uma forma que o leitor encara como natural e imutável e através do estudo que aqui desenvolvemos podemos reiterar toda a teoria que explanámos ao longo trabalho, comprovando que os enquadramentos ao serem influenciados por fatores externos e internos ao jornalista podem estar presentes em coisas tão banais como os títulos, as fontes, as citações, os leads ou mesmo nas estruturas temáticas e escritas com o uso específico de determinadas palavras. Sintetizando, o *framing* pode ser encarado como um processo de interação social já que envolve a ação direta de quatro instâncias que contribuem para a produção de sentimento: os **comunicadores**, que produzem os enquadramentos consciente ou inconscientemente através da tomada de decisão daquilo que decidem comunicar e que na comunicação mediática dividem-se em dois níveis: os protagonistas da ação que o jornalista vai comunicar e o próprio jornalista, o que gera uma maior cristação no ato de definir que enquadramentos utilizar, sendo que os primeiros irão tentar mobilizar os jornalistas para incluir na agenda mediática os seus problemas e estruturam o seu texto de forma a condicionar os enquadramentos que o jornalista irá utilizar; o **texto** produzido pelos comunicadores que incute os enquadramentos através dos *frames* que se manifestam através de palavras-chave; imagens estereotipadas; fontes de informação, etc.; o **recetor** que para compreender o texto mobiliza os seus enquadramentos próprios e reflete e aceita ou não sobre os enquadramentos utilizados pelo comunicador e, por fim, a **cultura**, um poderosíssimo influenciador neste processo, uma vez que a cultura é a fonte de origem dos enquadramentos invocados tanto no texto produzido como nos enquadramentos que o comunicador e o recetor utilizaram.

Com isto, a nossa análise permitiu-nos constatar que o jornal *Público* e o *Jornal de Notícias* ao noticiar a falência do BES na secção de economia conduzem o leitor ao pensamento de que este acontecimento ao estar inserido na economia do nosso país irá influenciá-la e ter consequências, mas pelo contrário o *Washington Post* encara a falência

do *Lehman Brothers* como uma questão de dinheiro (secção *Money*); o *USA Today* publica o colapso desta instituição como uma questão de negócios (secção *Business*) e uma questão que diz respeito ao mundo (secção *World*); assim como o *The Guardian* e *The Independent* que também partilham da ideia do *USA Today*, o colapso do HSBC é um problema de negócios, e este último ainda considera uma das notícias como um problema na política do Reino Unido (*UK Politics*) e, com isto, podemos afirmar que a diversidade de secções onde estes casos são editados é patente, também, que apesar de estarmos na presença de jornais generalistas são capazes de oferecer ao leitor um produto com conteúdo bastante diversificado e que é capaz de noticiar e clarificar o leitor sobre um assunto anómalo e excecional como são exemplo estes dois colapsos bancários e de uma instituição bancária que transgrediu normas profissionais. As fontes escolhidas para integrarem estas notícias resultam de uma tentativa dos jornais em incluir diferentes vozes e perspectivas na cobertura noticiosa de eventos tão inesperados como os aqui examinados, já que verifica-se no *Público*, *Washington Post* e *The Guardian* um esforço que procura contornar a excessiva dependência das mesmas fontes e, com isto, os jornais apresentam uma grande panóplia de fontes apesar de não conseguirem ser favoráveis quando não dão a conhecer o outro lado da questão, uma vez que a presença de fontes associadas às instituições bancárias em questão é parca, mas não inexistente e que as temáticas apesar de não evidenciarem uma enorme disparidade existem jornais como o *The Guardian* que dá mais importância à contextualização do caso, o *Washington Post* e o *USA Today*, o que torna visível uma distribuição diferente da forma como os jornais encaram a necessidade do leitor tomar conhecimento desta ou daquela temática em detrimento de outra.

Focalizando-nos concretamente na observação do *framing* noticioso é possível constatar os seis jornais em análise apresentam um enquadramento noticioso diferenciado – 44% apresentam um enquadramento bancário e apenas 32% um enquadramento bancário / político e 7% um enquadramento bancário / judicial e, utilizando o suporte teórico de Semetko e Valkenburg's (2000 *apud* Mao, 2014: 1033) que constata a existência de cinco *frames* no tratamento noticioso de eventos de crise financeira, concluímos que as notícias apresentam *frames* díspares: 30% apresentam a descrição do conflito, 29% as consequências e 28% expõem as possíveis soluções ao caso e 13% dá a conhecer ao leitor as responsabilidades (atribuição de responsabilidades) e que através da utilização mais frequente de expressões de âmbito criminal por parte do *Público*, *Jornal*

de Notícias, *The Guardian* e *The Independent* cria-se a percepção que do leitor irá ser conduzido na ideia de que estes atos são atos transgressores criminosos e passíveis de punição penal.

Perante estes resultados, estamos em condições de afirmar que através do estudo das secções onde as notícias são inseridas, das fontes às quais os jornalistas recorrem; do enquadramento noticioso; dos *frames* presentes nas notícias e das expressões criminais a Hipótese 1: As notícias em análise apresentam diferentes enquadramentos noticiosos, quer nos jornais de referência, como nos que desenvolvem um jornalismo de teor mais popular e sensacionalista e a Hipótese 2: Ao aplicarem *frames* específicos – expressões de âmbito criminal – os jornais conferem a estes acontecimentos um enquadramento criminal – verificam-se e, por isso, consideramos que o leitor deve ter sempre presente a percepção de que o enquadramento (*framing*), a forma como as notícias são apresentadas, não é mais do que uma seleção e saliência de elementos de uma determinada realidade e que a partir do momento em que um jornalista e uma fonte têm contacto com a informação estão a manipulá-la e a construir significados que irão ser facilmente assimilados.

Além disto, é evidente, que através do número de publicações de cada jornal é facilmente perceptível, que o jornal *Público* foi o jornal que mais importância conferiu ao caso de falência do Banco Espírito Santo e que publicou o dobro das notícias que os restantes jornais em análise; o *The Guardian* conferiu também uma forte importância ao caso do banco HSBC quer com o número de publicações, como também pela extensão das notícias que publica e com o tema do *Lehman Brothers* verifica-se uma preocupação maior pelo *Washington Post*, um elemento de análise curioso, tendo em conta que estes três jornais são considerados os jornais de referência destes países (Portugal, Reino Unido e Estados Unidos da América) e, além disto, a criação de notícias frequentemente pelos mesmos jornalistas transparece também a ideia de que os jornalistas que trabalham permanentemente no mesmo caso conseguem estar mais facilmente informados do caso, ideia também partilhada por Vânia Jacinto que também o pôde comprovar na prática durante o seu estágio e que está bem presente neste estudo de caso, já que verifica-se uma constância elevado dos jornalistas a assinar as peças, algo que também pode ser motivado pelo facto dos jornalistas que assinaram as peças estudadas serem jornalistas da secção onde estas notícias foram publicadas e que um escrutínio das características do jornalismo económico permitem-nos avaliar que estes jornais ao utilizarem maioritariamente títulos apelativos que evocam algum conhecimento por parte do leitor ou, no caso de ser

inexistência, podem conduzir o leitor à leitura da notícia na tentativa de esclarecer a sua curiosidade após ter sido cativada por um título que não o informa de todos os elementos essenciais de uma notícia para que se torne compreensível pode ser uma das estratégias que estes jornais utilizam para cativar os leitores a ler notícias de teor económico, provocando-o com a tal “curiosidade infantil” que Basile refere (Basile, 2012:9 *apud* Jacinto, 2016:24).

Relativamente à terceira hipótese de investigação – Os meios de comunicação analisados noticiam estes casos como escândalos mediáticos – devemos salientar que apesar dos cinco jornais responderem afirmativamente a mais de metade dos requisitos criados por Thompson (2002) existe sempre algum que é respondido negativamente porque a nossa amostra por ser temporalmente circunscrita não nos permite verificar se existiu desaprovação pública pelos indivíduos lesados e do *The Guardian* responder afirmativamente às seis categorias, consideramos que esta esta investigação não conseguiu obter resultados conclusivos para poder comprovar se esta hipótese se verifica.

Sintetizando, consideramos que após a conclusão deste estudo de caso e tendo por base toda a informação teórica aqui explanada corroboramos a afirmação de Alain de Botton (2014:12) que considera que, apesar de todos os fatores e entidades com que lidamos quotidianamente, as “entidades noticiosas” são os maiores mecanismos de influência das nossas vidas.

BIBLIOGRAFIA

- Althaus, S; Edy, J.; Phalen, P., «Revising the indexing hypothesis: officials, media, and the Libya Crisis», *Political Communication*, 1996, pp. 407-421
- Altheide, D.L. (1996), *Qualitative media analysis*, London: Sage Publications
- Arrese, Á., «The role of economic journalism in political transitions», *Journalism*, 2016, pp.1-16
- Balnaves, M; Donald, S; Shoesmith, B. (2009), *Media Theories and Approaches: a global perspectives*, News York: Palgrave Macmillian
- Berry, M. «The Today programme and the banking crisis», *Journalism*, 2012, Vol. 14 (2), pp.253-270
- Bjerke, P.; Fonn, B., «A hidden theory in financial crisis journalism? », *Nordicom Review*, 2015, nº36, pp.113-117
- Bodystun, A.; Gross; D.; Resnik, C.; Smith; N., «Identifying media frames and frame dynamics within and across policy issues», (2013), In: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.384.6203&rep=rep1&type=p>, [Consultado em 12 de dezembro de 2016]
- Botton, A. (2014), *As notícias: um manual de utilização*, Alfragide: Publicações D.Quixote
- Brewer, P.R; Grad, J; Willnat, L., «Priming or Framing: Media Influence on Attitudes Toward Foreign Countries», *Gazette – The International Journal for Communication Studies*, 2003, Vol. 65, pp. 493-508
- Carvalho, A., «Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações», *Comunicação e Sociedade*, 2000, Vol. 14, pp. 143-156
- Colli, J.; Bernand, Y. (1997), *Dicionário Económico e Financeiro*, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- D'Angelo, P., (2010), *Doing news framing analysis: Empirical and theoretical perspective*, London: Routledge
- D'Angelo, P., «News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Etman», *Journal of Communication*, 2002, pp. 871-888
- Doyle, G. «Financial news journalism. A post-Enron analysis of approaches towards economic and financial news production in the UK», *Journalism*, 2006, Vol. 7 (4), pp.433-453
- Entman, R., «Framing: Towards Clarification of a Fractured Paradigm», *Journal of Communication*, 1993, nº 43, pp. 51-58

- Entman, R., «Media framing biases and political power: Explaining slant in news of Campaign 2008», *Journalism*, 2010, nº11, pp. 389-408
- Entman, R. (2004), *Projections of power: Framing news, Public opinion and U.S. Foreign Policy*, Chicago: The University of Chicago press
- Esteves, J.P., Jesus, A.; (2015), *Caso BES – A realidade dos números*, Lisboa: Clube do Autor
- Falasca, K., «Framing the financial crisis: an unexpected interaction between the government and the press», *Observatório Journal*, 2014, Vol.8, nº1, pp.1-21
- Fernandes, A., (2016), *O framing do escândalo no jornalismo: estudo de caso do assassinato de Rosalina Ribeiro e a acusação de Duarte Lima em Portugal e no Brasil*, Tese apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Mestrado em Ciências da Comunicação
- Ferreira, A. A., (2016), *BES, os dias do fim revelados*, Lisboa: Chiado Editora
- Figueira, J., (2012), *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010)*, Coimbra: Angelus Novus
- Gonçalves, T., «A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo», *Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura*, 2011, nº 5/6, pp. 157, 167
- Hulst, M. Van; Yanow, D., «From policy “Frames” to “Framing”: theorizing a more dynamic, political approach», *American Review of Public Administration*, 2016, Vol. 46 (1), pp.92-112
- Jacinto, V., (2016), *Desafios do Jornalismo Económico em Televisão: o caso da SIC*, Relatório de Estágio apresentado na Universidade de Coimbra – Mestrado em Comunicação e Jornalismo
- Jameson, D. «Economic crises and financial disasters: the role of business communication», *Journal of Business Communication*, 2009, Vol. 46, pp.499-509
- Johnson-Cartee, K. (2004), *News Narratives And News Framing: Constructing Political Reality*, Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc
- Kleinnijenhuis, J; Schultz, F.; Oegema, D.; Atteveldt, W., «Financial news and market panics in the age of high-frequency sentiment trading algorithms», *Journalism*, 2013, Vol. 14 (2) pp. 271-291
- Lawrence, R. «Defining Events», pp. 94-96, In: Hart, R.; Sparrow, B.[Ed.], (2001), *Politics, Discourse and American Society: new agendas*, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers
- Lecheler, S., «Issue Importance as a Moderator of Framing Effects», *Communication Research*, 2013, Vol. 36 (3), pp.400-425

- Lecheler, S.; Vreese, C., «News Framing and Public Opinion: A Mediation Analysis of Framing Effects on Political Attitudes», *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 2012, nº 89, pp. 185-204
- Letria, J. (1998), *A verdade confiscada: escândalo, a armadilha da nova censura*, Lisboa: Editorial Notícias
- Lischka, J., (2016), *Economic news, sentiment and behavior: how economic and business news affects the economy*, Zurich: SpringerVS
- Lull, J. & Hinerman, S., (s./d.), «The Search for Scandal», In: Lull, J. & Hinerman, S. (2005), *Media scandals: morality and desire in the popular culture marketplace*, Cambridge: Polity Press
- Machuco, R., «O conceito de escândalo: entre realidade mediática e realidade antropológica», VII Congresso SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, dezembro de 2011
- Maher, T. (s./d.), «Framing: An Emerging Paradigm or a Phase of Agenda Setting?», In: Reese, S.; Gandy, O., Grant, A. (2008), *Framing Public Life: Perspectives on Media and our understanding of the social world*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates
- Maia, R. «Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões», *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2009, nº2, pp. 303-340
- Manning, P., «Financial journalism, news sources and the banking crisis», *Journalism*, 2012, Vol. 14 (2), pp.173-189
- Mao, Z., «Cosmopolitanism and Global Risk: News Framing of the Asian Financial Crisis and the European Debt Crisis», *International Journal of Communication*, 2014, nº8, pp. 1029-1048
- Martins, C. (2007), *30 Anos de Jornalismo Económico em Portugal (15974-2004)*, Lisboa: Livros Horizonte
- Matthes, J., «Framing Politics: An Integrative Approach», *American Behavioral Scientists*, 2012, nº56, pp. 247-258
- McCombs, M. (s.d.), «The Convergence of Agenda Setting and Framing», In: Reese, S.; Gandy, O., Grant, A. (2008), *Framing Public Life: Perspectives on Media and our understanding of the social world*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates
- McDonald, L; Robison, P., (2009), *A colossal failure of common sense: the inside story of the collapse of Lehman Brothers*, New York: Crown Business
- McDonald, O. (2015), *Lehman Brothers: A crisis of Value*, Manchester: University Press
- McQuail, D. (2003), *Teorias da Comunicação de Massas*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa

- Meditsch, E. (1997)., «O jornalismo é uma forma de conhecimento?», *Revista Media & Jornalismo*, 2002, Vol.1, nº1
- Mendes, D. (2014), *Problemática do Jornalismo Económico*, Relatório de Estágio apresentado na Escola Superior de Comunicação Social – Mestrado em Jornalismo
- Mendonça, R.F; Simões, P., «Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2012, nº 79, Vol. 27
- Neves, J. C. (2013), *Introdução à Economia*, Lisboa: Verbo
- Paixão, B., (2010), *O escândalo político em Portugal*, Coimbra: Edições Minerva
- Palmer, A.; Tanner, A., «Booms, bailouts and blame: news framing of the 2008 economic collapse», *Electronic News*, 2012, Vol. 6, pp. 151-170
- Pan, Z.; Kosicki, G., «Framing analysis: an approach to news discourse», *Political Communication*, 1993, nº10, pp.55-75
- Prior, H., (2016), *Esfera Pública e Escândalo Político*, Porto: media XXI
- Reese, S. (s./d.), «Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research» [Prólogo], In: Reese, S.; Gandy, O., Grant, A. (2008), *Framing Public Life: Perspectives on Media and our understanding of the social world*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates
- Rosenkraz, J.; Pollach, I., «The framing and reframing of corporate financial results», *Corporate Communications*, 2016, Vol. 21, nº1, pp.103-119
- Rossetto, G.; Silva, A., «Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?», *Intexto*, 2012, nº26, pp. 98-114
- Sarna, D., (2010), *History of Greed : financial fraud from Tulip Mania to Bernie Madoff*, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc
- Scheufele, D., «Framing as a Theory of Media Effects», *Journal of Communication*, 1999, pp. 104- 122
- Scheufele, D.; Iyengar S., «The State of Framing Research: A call for new directions», 2011, University of Wisconsin-Madison
- Scheufele, D.; Tewksbury, D., «Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models», *Journal of Communication*, 2007 nº57, pp. 9-20
- Segala, M. (2006), *Siga os números: Introdução ao uso de dados no jornalismo de finanças e negócios*, In: <https://sigaosnumeros.wordpress.com/> [Consultado em 20 de março de 2017]
- Tankard, J. (s./d.), «The Empirical Approach to the Study of Media Framing», In: Reese, S.; Gandy, O., Grant, A. (2008), *Framing Public Life: Perspectives on Media and our understanding of the social world*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates

- Tavares, F., «O jornalismo especializado e a especialização periodística», *Revista Estudos em Comunicação*, 2009, nº 5, pp. 115-133
- Thompson, J., (2002), *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*, Petrópolis: Vozes
- Thompson, J., (s./d.), «Scandal and Social Theory», In: Lull, J. & Hinerman, S. (2005), *Media scandals: morality and desire in the popular culture marketplace*, Cambridge: Polity Press
- Traquina, N., (2002), *O que é jornalismo?*, Lisboa: Quimera
- Vreese, C., Boomgaarden, H., Semetko, H., «(In)direct framing effects: the effects of news media framing on public support for Turkish Membership in the European Union», *Communication Research*, 2011, Vol.38, pp.179-205
- Vreese, C., «News framing: theory and typology», *Information Design Journal + Document Design*, 2005, Vol. 13, pp. 48-59

Artigos na Imprensa

- Chapman, B., «HSBC 2016 profits plunge 62% to £5.7bn amid 'significant and largely unexpected economic and political events'», *The Independent*, 21 de fevereiro de 2017, In: <http://www.independent.co.uk/news/business/news/hsbc-profits-down-62-per-cent-lower-than-estimates-banking-a7590801.html>
- Chapman, B., «HSBC profit falls 19% as bank seeks to restore falling revenues», *The Independent*, 4 de maio de 2017, In: <http://www.independent.co.uk/news/business/news/hsbc-profits-down-19-percent-beats-estimates-revenues-down-stuart-gulliver-a7716726.html>
- Craveiro, C., «Queda do Lehman Brothers foi pedra de toque da crise», *Jornal de Notícias*, 15 de setembro de 2009, In: <http://www.jn.pt/economia/interior/queda-do-lehman-brothers-foi-pedra-de-toque-da-crise-1362079.html>
- France Press, «Entenda o Capítulo 11 da lei das falências americana», *Globo.com*, 15 de setembro de 2008, In: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL760205-9356,00.html
- Freire, T., «2008: Lehman Brothers, o maior estouro da História», *Jornal de Negócios*, 30 de maio de 2017, In: <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/2008-lehman-brothers-o-maior-estouro-da-historia>
- Garside, J., «HSBC pays out £ 28m over money-laundering claims», *The Guardian*, 4 de junho de 2015, In: <https://www.theguardian.com/business/2015/jun/04/hsbc-fined-278m-over-money-laundering-claims>
- Garside, J.; Pegg, D.; Davies, H., «Revealed: Swiss account secret of HSBC chief Stuart Gulliver», *The Guardian*, 23 de fevereiro de 2015, In:

<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/22/swiss-account-secret-of-hsbc-chief-stuart-gulliver-revealed>

Lusa, «O caso BES em datas», *Diário de Notícias*, 3 agosto 2014, In: <http://www.dn.pt/economia/interior/o-caso-bes-em-datas-4062112.html>

Lusa; Público, «Lehman Brothers, um dos maiores bancos dos EUA, declara falência», *Público*, 15 de setembro de 2008, In: <https://www.publico.pt/2008/09/15/economia/noticia/lehman-brothers-um-dos-maiores-bancos-dos-eua-declara-falencia-1342751>

Madeira, João, «Como os Espírito Santo foram à falência», *Sol*, 4 de agosto 2014, In: <https://sol.sapo.pt/artigo/111845/como-os-espírito-santo-foram-a-fal-ncia>

Neate, R.; Treanor, J., «FBI arrests senior HSBC banker accused of rigging multibillion-dollar deal», *The Guardian*, 30 de julho de 2016, In: <https://www.theguardian.com/business/2016/jul/20/hsbc-mark-johnson-stuart-scott-arrested-currency-exchange>

Tran, M., «The HSBC files: what we know so far», *The Guardian*, 11 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/news/2015/feb/11/the-hsbc-files-what-we-know-so-far>

Treanor, J., «City watchdog investigation HSBC over potencial financial crime, bank reveals», *The Guardian*, 21 de fevereiro de 2017, In: <https://www.theguardian.com/business/2017/feb/21/hsbc-cuts-pay-of-senior-executives-after-failing-to-combat-financial>

Treanor, J., «HSBC: Swiss bank searched as officials launch Money-laundering inquiry», *The Guardian*, 18 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/news/2015/feb/18/hsbc-swiss-bank-searched-as-officials-launch-money-laundering-inquiry>

Artigos da Imprensa Analisados¹²⁷

Público

Soares, R., «CMVM proíbe venda a descoberto de acções do BES», 30 de julho de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/07/30/economia/noticia/accoes-do-bes-caem-mais-de-10-para-novo-minimo-historico-1664823>

Ferreira, C., «BES anuncia aumento de capital após prejuízos recorde de 3600 milhões», 30 de julho de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/07/30/economia/noticia/bes-com-prejuizos-recorde-de-35-mil-milhoes-de-euros-1664898>

¹²⁷ De forma a facilitar a consulta destas referências bibliográficas organizámo-las pela data da sua publicação, das mais antigas para as mais recentes, e foram consultadas todas no mês de agosto de 2017.

- Ferreira, C., «Gestão do BES, Banco de Portugal e Governo estudam apoio estatal», 1 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/01/economia/noticia/gestao-do-bes-banco-de-portugal-e-governo-estudam-apoio-estatal-1665043>
- Soares, R., «Acções do BES seguem a perder perto de 6% abaixo de 0,20 euros», 1 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/01/economia/noticia/accoes-do-bes-seguem-a-perder-perto-de-6-abaixo-de-20-centimos-1665070>
- Soares, R., «CMVM suspendeu acções do BES após queda de 49,7% para 0,10 euros», 1 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/01/economia/noticia/goldman-sachs-reduziu-participacao-no-bes-abaixo-de-2-1665105>
- LUSA, «Agência DBRS corta *rating* do BES», 1 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/01/economia/noticia/agencia-dbrs-corta-rating-da-divida-do-bes-1665157>
- Público, «Carlos Costa anuncia recapitalização do BES este domingo às 22h30», 2 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/02/economia/noticia/recapitalizacao-do-bes-deveraser-anunciada-este-domingo-1665221>
- Ferreira, C., «Bancos chamados a resgatar BES, depositantes ficam protegidos», 3 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/03/economia/noticia/accionistas-do-bes-perdem-tudo-mas-depositantes-ficam-protegidos-1665275>
- Ferreira, C., «BES recebe injeção de 4900 milhões de euros e passa a chamar-se Novo Banco», 3 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/03/economia/noticia/bes-recebe-injeccao-de-4900-milhoes-de-euros-1665286>
- Ferreira, C., «Banco de Portugal contribui com 10 milhões para ajudar a recuperar activos do BES», 4 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/04/economia/noticia/banco-de-portugal-contribui-com-10-milhoes-para-ajudar-a-recuperar-activos-do-bes-1665394>
- Público, «Estado cobra juros de 2,95% no empréstimo ao Novo Banco», 4 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/04/economia/noticia/estado-cobra-juros-de-295-no-emprestimo-ao-novo-banco-1665407>
- LUSA, «BES: CMVM quer saber se foi usada informação privilegiada na negociação de acções», 4 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/04/economia/noticia/bes-cmvm-quer-saber-se-foi-usada-informacao-privilegiada-na-negociacao-de-accoes-1665413>
- LUSA, «Novo Banco arranca hoje mas mantém imagem antiga», 4 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/04/economia/noticia/novo-banco-arranca-hoje-mas-mantem-imagem-antiga-1665297>

LUSA, «GES desenvolveu esquema de financiamento fraudulento, diz governador de BdP», 4 de agosto de 2014, In: <https://www.publico.pt/2014/08/04/economia/noticia/ges-desenvolveu-esquema-de-financiamento-fraudulento-diz-governador-do-bdp-1665298>

Jornal de Notícias

(S./a.), «Prejuízo do BES agravou-se no primeiro semestre», 30 de julho de 2014, In: <https://www.jn.pt/economia/interior/prejuizo-do-bes-agravou-se-no-primeiro-semester--4055773.html>

(S./a.); «BES perdeu quase dois mil milhões de euros em depósitos em 12 meses», 31 de julho de 2014, In: <https://www.jn.pt/economia/interior/bes-perdeu-quase-dois-mil-milhoes-de-euros-em-depositos-em-12-meses-4056440.html>

Lopes, M., «BES passa a “Novo Banco” com empréstimo de 4,9 mil milhões do Estado», 3 de agosto de 2014, In: <http://www.jn.pt/economia/interior/bes-passa-a-novo-banco-com-emprestimo-de-49-mil-milhoes-do-estado-4062215.html>

Ribeiro, L., «Governo e Cavaco trabalham em segredo para salvar BES», 4 de agosto de 2014, In: <https://www.jn.pt/economia/dinheiro-vivo/interior/governo-e-cavaco-trabalham-em-segredo-para-salvar-bes-4063189.html>

(S./a.), «O que muda com o fim do BES», 4 de agosto de 2014, In: <http://www.jn.pt/economia/interior/o-que-muda-com-o-fim-do-bes-4062425.html>

(S./a.), «GES desenvolveu esquema de financiamento fraudulento», 4 d agosto de 2014, In: <https://www.jn.pt/economia/interior/ges-desenvolveu-esquema-de-financiamento-fraudulento-4062405.html>

The Washington Post

Landy, H., «Lehman retools in bid for recovery», 10 de setembro de 2008, In: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/10/AR2008091000539.html>

Landy, H.; Schneider, H., «Lehman shares plunge on questions of survival», 11 de setembro de 2008, In: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/11/AR2008091101525.html>

Cho, D.; Landy; H.; Irwin, N., «U.S. helps Lehman go up for sale», 12 de setembro de 2008, In: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/11/AR2008091102580.html>

Landy, H., «N.Y. Fed holds emergency talks on Lehman future», 12 de setembro de 2008, In: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/12/AR2008091203352.html>

Landy, H.; Cho, D., «Major financial players map out Lehman options», 13 de setembro de 2008, In: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/13/AR2008091302554.html>

Merle, R., «Lehman Brothers seeks cash to ease bankruptcy process», 16 de setembro de 2008, In: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/09/16/AR2008091600604.html>

USA Today

Crutsinger, M., «Emergency meeting held to discuss Lehman Brothers», 13 de setembro de 2008, In: https://usatoday30.usatoday.com/money/topstories/2008-09-12-3996043011_x.htm

Tong, V.; Bruno, J., «Lehman Brothers files for Chapter 11 protection», 15 de setembro de 2008, In: https://usatoday30.usatoday.com/money/economy/2008-09-15-3175882139_x.htm

The Guardian

(S./a.), «HSBC's response: 'Standards of due diligence were significantly lower than today'», 8 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-responds-revelations-misconduct-swiss-bank>

Leigh, D.; Ball, J.; Garside, J.; Pegg, D., «HSBC files show how Swiss bank helped clients dodge taxes and hide millions», 8 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/08/hsbc-files-expose-swiss-bank-clients-dodge-taxes-hide-millions>

Leigh, D.; Ball, J.; Garside, J.; Pegg, D., «Cash pilgrims and bricks of money: HSBC Swiss bank operated like cash machine for rich clients», 9 de fevereiro de 2015, In: https://www.theguardian.com/business/2015/feb/09/hsbc-files-swiss-bank-cash-machine-rich-clients?CMP=share_btn_tw

Garside, J.; Wintour, P.; McVeigh, K., «HSBC files: international outcry activities at bank's Swiss arm», 9 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/news/2015/feb/09/hsbc-files-bank-swiss-arm-tax-international-response>

Leigh, D.; Ball, J.; Garside, J.; Pegg, D., «HSBC files: Swiss bank aggressively pushed way for clients to avoid new tax», 10 de fevereiro de 2015, In:

<https://www.theguardian.com/business/2015/feb/10/hsbc-files-swiss-bank-aggressive-marketing-clients-avoid-new-tax>

Leigh, D.; Ball, J.; Garside, J.; Pegg, D., «HSBC files show Tories raised over £5m from HSBC Swiss account holders», 11 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/business/2015/feb/11/hsbc-files-show-tories-raised-over-5m-from-hsbc-swiss-account-holders>

Leigh, D.; Ball, J.; Garside, J.; Pegg, D., «HSBC filmes: Swiss bank hid money for suspected criminals», 12 de fevereiro de 2015, In: <https://www.theguardian.com/news/2015/feb/12/hsbc-files-swiss-bank-hid-money-for-suspected-criminals>

The Independent

Johnston, I., «HSBC helped rich customers dodge tax with secret Swiss bank accounts, reports says», 8 de fevereiro de 2015, In: <http://www.independent.co.uk/news/business/hsbc-helped-rich-customers-dodge-tax-with-secret-swiss-bank-accounts-reports-says-10032594.html>

Wright, O., «HSBC chiefs may face MPs over tax avoidance claims», 9 de fevereiro de 2015, In: <http://www.independent.co.uk/news/business/news/hsbc-chiefs-may-face-mps-over-tax-avoidance-claims-10034788.html>

Chu, B., «HSBC tax leaks: the 5 key questions you need to ask about the biggest banking leak in history», 9 de fevereiro de 2015, In: <http://www.independent.co.uk/news/business/news/hsbc-leaks-qa-a-global-scandal-or-a-storm-in-a-swiss-tea-cup-10034838.html>

Morris, N.; Moore, J., «HSBC tax leaks: Three senior figures at scandal-hit bank donated £875,000 to the Tories», 10 de fevereiro de 2015, In: <http://www.independent.co.uk/news/business/news/hsbc-leaks-david-cameron-faces-grilling-over-party-links-with-scandal-hit-bank-10037157.html>

Morris, N., «HSBC leaks: Tories received more than £5m from Swiss bank account holders», 11 de fevereiro de 2015, In: <http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/hsbc-leaks-tories-received-more-than-5m-from-swiss-bank-account-holders-10039105.html>

Sites

Blackhurst, C., *A brief history of The Independent*, (s./d.), In: <file:///C:/Users/utilizador/Downloads/a-brief-history-of-the-independent-essay.pdf>

ERC., Análise da cobertura jornalística dos incêndios florestais no Telejornal da RTP1, Jornal da Noite da SIC e no Jornal Nacional da TVI, (s./d.), In:

<http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM3OiJtZWRpYS9lc3R1ZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS84LjEucGRmIjtzOjY6InRpdHVsbYI7czoZNToiY2FwaXR1bG8tMS1vYmplY3Rpdm9zLWRvLWVzdHVkby1wZGYiO30=/capitulo-1-objectivos-do-estudo-pdf>

HSBC, «The HSBC Group: our story», 2013, In: [file:///C:/Users/utilizador/Downloads/140113-hsbc-our-story%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/utilizador/Downloads/140113-hsbc-our-story%20(3).pdf)

Luft, O. , *Independent Timeline: From City Road to Kensington via 'Reservoir Dogs'*, 28 de novembro de 2008 In: <https://www.theguardian.com/media/2008/nov/28/the-independent-timeline>

The Guardian: British newspaper, Encyclopedia Britannica, (s./d.), In: <https://www.britannica.com/topic/The-Guardian-British-newspaper>

The Guardian, *History of the Guardian*, 6 de junho de 2002, In: <https://www.theguardian.com/gnm-archive/2002/jun/06/1>

The Independent: British Newspaper, Encyclopedia Britannica, (s./d.), In: <https://www.britannica.com/topic/The-Independent-British-newspaper>

The Washington Post, Washington Post CO. timeline, (s./d.), In: <https://www.washingtonpost.com/apps/g/page/national/washington-post-co-timeline/374/>

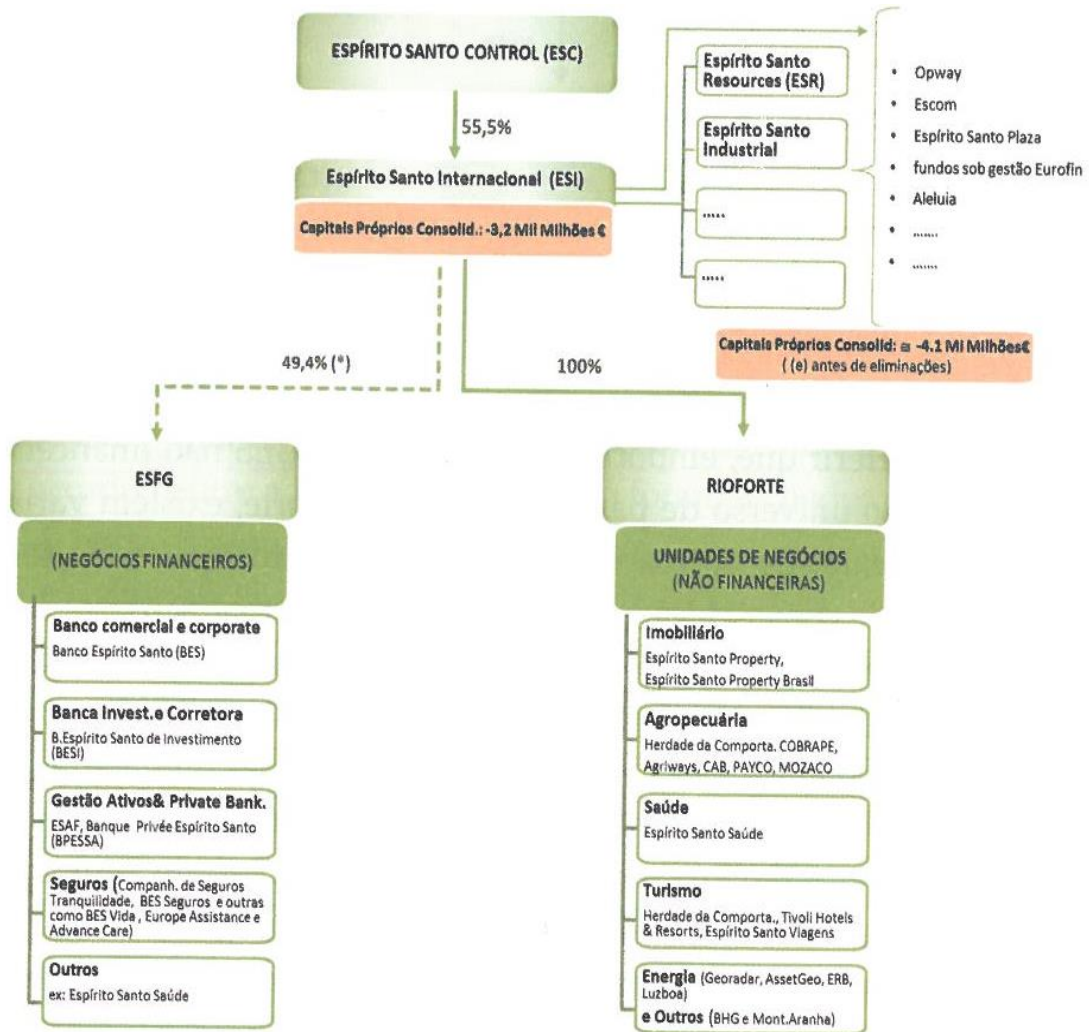
USA Today, (s./d.) «*About USA Today*», In: <http://marketing.usatoday.com/about>

USA Today – American Newspaper, Encyclopedia Britannica, (s./d.), In: <https://www.britannica.com/topic/USA-Today>

USA Today, Mundo das Marcas, (s./d.) In: <http://mundodasmarcas.blogspot.pt/2006/07/usa-today-number-1-in-usa.ht>

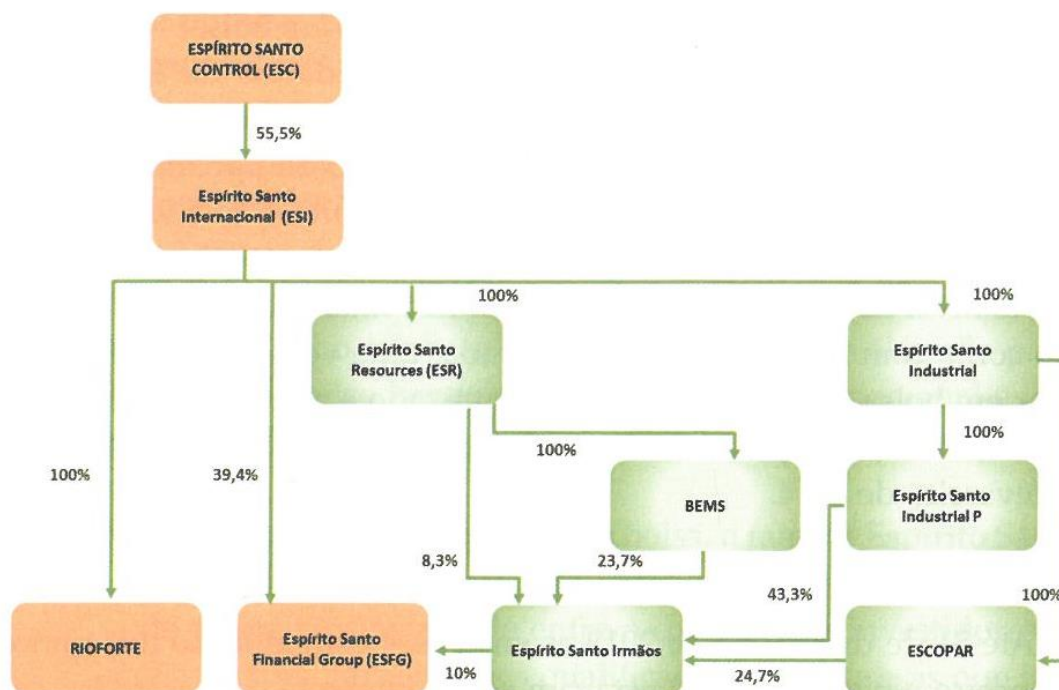
ANEXOS

Anexo 1



Anexo 1: Diagrama da Estrutura do Grupo Espírito Santo por holdings, antes da integração da ESFG na Rioforte – retirado da obra de Esteves; Jesus, 2015: 70.

Anexo 2



Anexo 2: Diagrama da Estrutura do Grupo Espírito Santo antes da integração da ESFG na Rioforte – retirado da obra de Esteves, Jesus: 2015:68.

Anexo 3



Anexo 3: Diagrama da Estrutura do Grupo Espírito Santo depois da integração da ESFG na Rioforte – retirado da obra de Esteves, Jesus: 2015:69.

Anexo 4

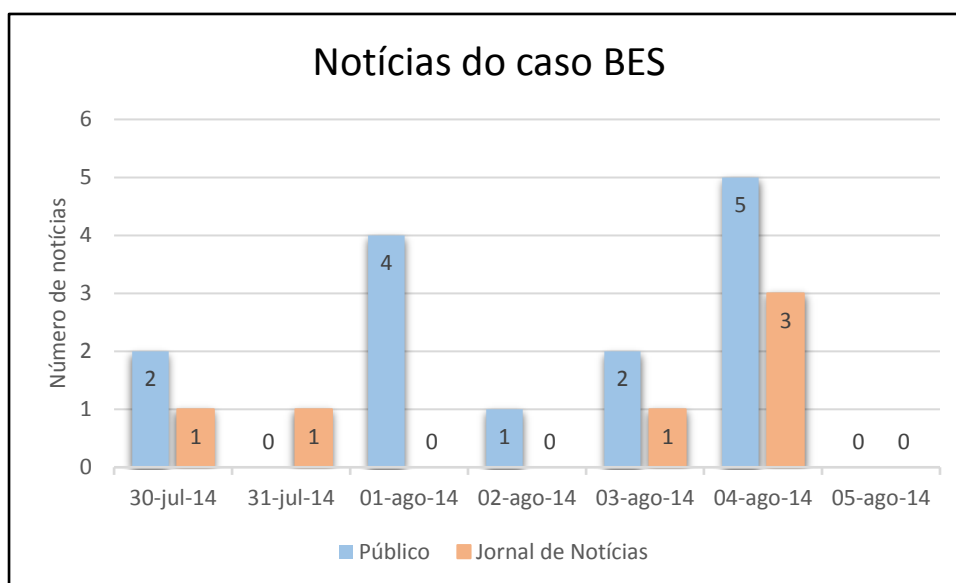


Gráfico 1: Análise do número e data das publicações sobre o caso BES no jornal *Público* e *Jornal de Notícias*

Anexo 5

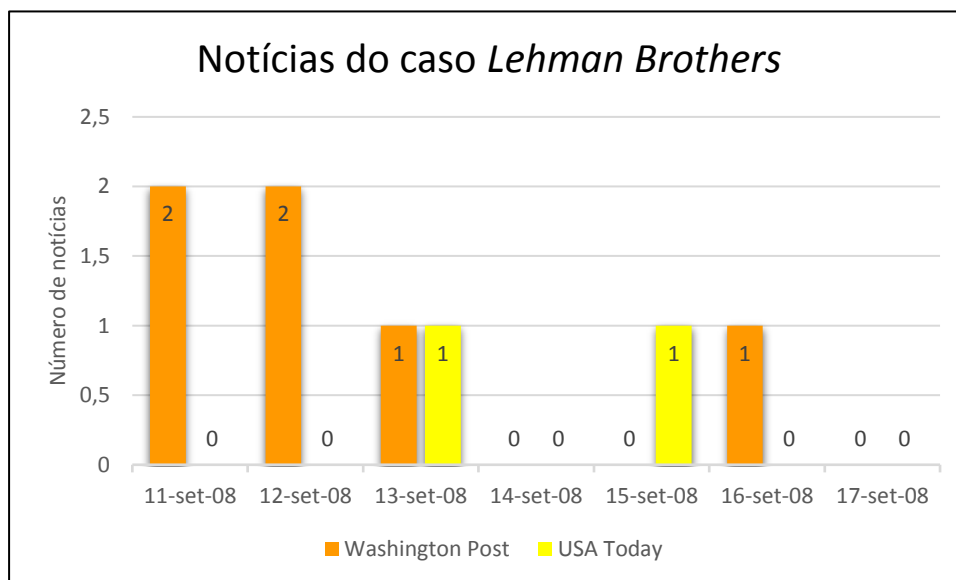


Gráfico 2: Análise do número e data das publicações sobre o caso BES no jornal *Washington Post* e *USA Today*

Anexo 6

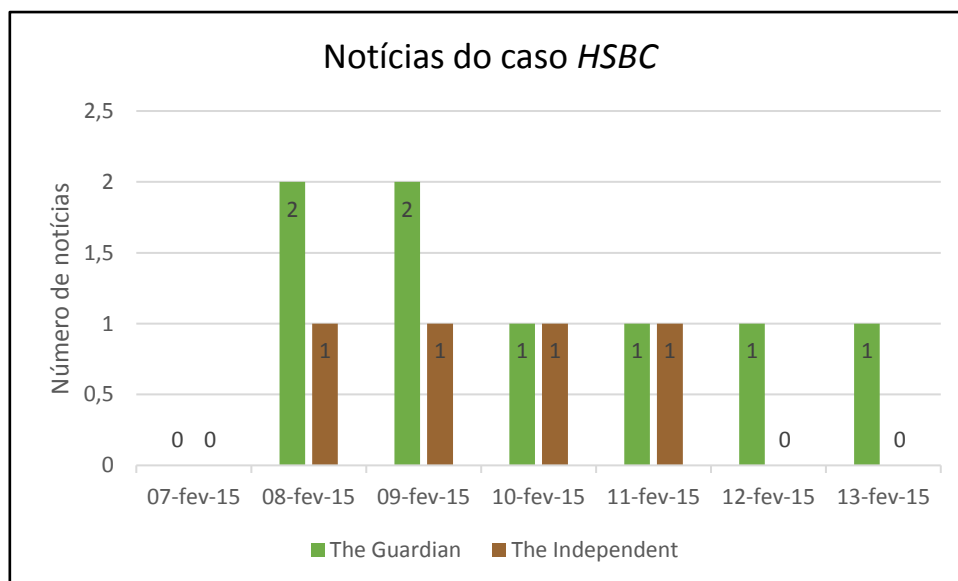


Gráfico 3: Análise do número e data das publicações sobre o caso BES no jornal *The Guardian* e *The Independent*

Anexo 7

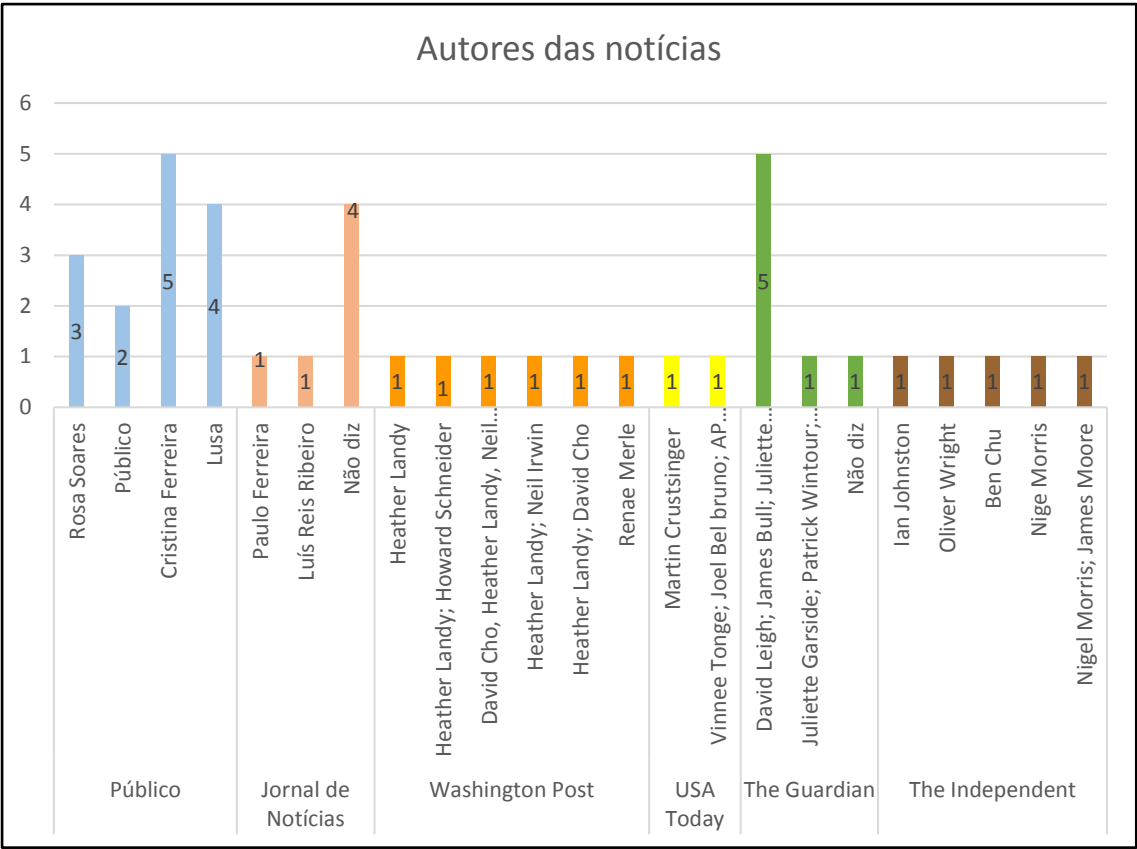


Gráfico 4: Autores das notícias dos jornais em análise

Anexo 8

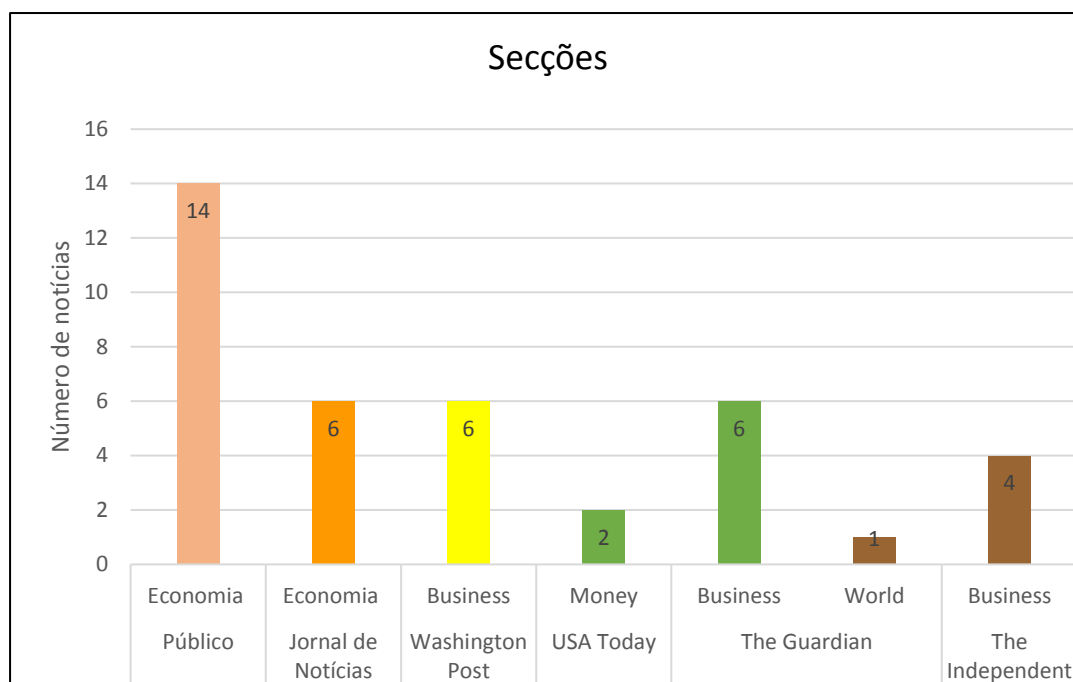


Gráfico 5: Análise das secções onde são publicadas as notícias nos seis jornais em estudo

Anexo 9

Listagem das fontes

Para que se compreenda o motivo de uma fonte ser citada ou ouvida pelos jornalistas para abordar um dos casos em análise criámos esta lista que apresenta todas as fontes e a respetiva apresentação que lhes é atribuída nas notícias onde são mencionadas:

CMVM – “Comissão do Mercado de Valores Mobiliários”

Carlos Costa – “Governador do Banco de Portugal”

Cavaco Silva – “Presidente da República”

Vítor Bento – Diretor executivo do BES que veio substituir Ricardo Salgado

Luís Marques Mendes – “Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares”

Maria Luís Albuquerque – “Ministra do Estado e das Finanças”

PSP – “Polícia de Segurança Pública”

Michael Kastner – Diretor administrativo de renda fixa no Sterling Stamos Capital Management em Nova Iorque (Tradução livre). No original pode ler-se: “managing director of fixed income at Sterling Stamos Capital Management”

David Hendler – Analista de dívidas da Credit Sights (Tradução livre). No original pode ler-se: “CreditSights debt analyst”

John Ryding – Chefe economista no RDQ Economics e ex-chefe economista no Bear Stearns (Tradução livre). No original pode ler-se: “chief economist at RDQ Economics and former chief U.S. economist at Bear Stearns”

Richard S.Fuld – Presidente-executivo do *Lehman Brothers* (Tradução livre). No original pode ler-se: “Lehman chief executive”

Michael J. Darby – Diretor do Monument Realty LLC (Tradução livre). No original pode ler-se: “principal at Monument”

Richard S. Shelby – Senador (Tradução livre). No original pode ler-se: “Sen.”

Brian Sack – Economista da Macroeconomic Advisers (Tradução livre). No original pode ler-se: “Washington-based senior economist at Macroeconomic Advisers”

James Paulsen – Estrategista-chefe de investimentos da Wells Capital Management (Tradução livre). No original pode ler-se: “chief investment strategist at Wells Capital Management”

Funcionários FED – FED é o Federal Reserv Bank

Brian Gardner – Vice-presidente sênior da pesquisa de Washington em Keefe, Bruyette & Woods (Tradução livre). No original pode ler-se: “senior vice president for Washington research at Keefe, Bruyette & Woods”

Richard Bove – Analista na Ladenburg Thalmann (Tradução livre). No original pode ler-se: “Banking analyst Richard Bove at Ladenburg Thalmann”

Philip Orland – Estrategista principal de mercado de ações da Federated Investors (Tradução livre). No original pode ler-se: “chief equity market strategist at Federated Investors”

Michael Feroli – Economista na J.P. Morgan (Tradução livre). No original pode ler-se: “J.P. Morgan economista”.

Jack McDonald – Presidente e diretor executivo da Conifer Securities (Tradução livre). No original pode ler-se: “president and chief executive office of Conifer Securities”.

Jim Glassman – Economista na J.P. Morgan (Tradução livre). No original pode ler-se: “J.P. Morgan Chase economista”

Art Hogan – Analista principal de mercado da Jefferies & Company (Tradução livre). No original pode ler-se: “chief market analyst at Jefferies & Company”

Joseph Brusuelas – Economista na Merk Investments, nos EUA (Tradução livre). No original pode ler-se: “chief U.S. economist at California-based Merk Investments”.

Robert MacIntosh – Economista-chefe da Eaton Vance (Tradução livre). No original pode ler-se: “chief economist for Eaton Vance”

Maurice Greenberg – Ex-presidente-executivo da AIG (Tradução livre). No original pode ler-se: “former AIG chief executive”

Kenneth Beauchemin – Economista dos EUA para Global Insight (Tradução livre). No original pode ler-se: “U.S. economist for Global Insight”

Michelle Smith – porta-voz do FED (Tradução livre). No original pode ler-se: “Fed spokeswoman”.

John Penn – Advogado na empresa Haynes & Boone LLP. No original pode ler-se: “Haynes & Boone LLP”

Martin Bienenstock – Empresa parceiro da Dewey & LeBoeuf (Tradução livre). No original pode ler-se: “partner at Dewey & LeBoeuf”

SEC – Securities and Exchange Commission (Comissão de Títulos e Câmbios dos Estados Unidos da América) (Tradução livre). No original pode ler-se: “Securities and Exchange Commission”.

Christopher Cox – Presidente da SEC (Tradução livre). No original pode ler-se: “SEC Chairman”

Tony Lomas – Trabalhador da PriceWaterHouseCoopers. No original pode ler-se: “PriceWaterHouseCoopers”

Ian Lowitt – Director financeiro da *Lehman Brothers* (Tradução livre). No original pode ler-se: “Chief Financial Officer”

David Skeel – Historiador da lei de falência da Universidade da Pensilvânia (Tradução livre). No original pode ler-se: “bankruptcy law historian at the University of Pennsylvania”

Stuart Gulliver – Chefe executivo do HSBC (Tradução livre). No original pode ler-se: “HSBC chief executive”

Richard Brooks – Ex-inspector fiscal (Tradução livre). No original pode ler-se: “Former tax inspector”

Jolyon Maugham – Advogado especializado em impostos britânicos (Tradução livre). No original pode ler-se: “Specialist UK tax barrister”

Andrew Sebastian – Analista reformado (Tradução livre). No original pode ler-se: “Retired accountant”

Harry Fane – Comerciante de joias (Tradução livre). No original pode ler-se: “Jewellery trader”

Andrew Silva – Cirurgião (Tradução livre). No original pode ler-se: “US surgeon”

Vajbhav Dahake – Homem de negócios de New Jersey (Tradução livre). No original pode ler-se: “New Jersey businessman”.

Paul Fishman – Advogado (Tradução livre). No original pode ler-se: “US attorney”

Margaret Hodge – Presidente do comitê de contas públicas (Tradução livre). No original pode ler-se: “Labour chair of parliament’s public accounts committee”.

Danny Alexander – Secretário-chefe do Tesouro Liberal Democrata (Tradução livre). No original pode ler-se: “Liberal Democrat chief secretary to the Treasury”

HMRC – HM Revenue and Customs – Departamento não-ministerial do Reino Unido responsável pela cobrança de impostos, etc.

Ien Van Wymeersch – Porta-voz do Ministério Público (Tradução livre). No original pode ler-se: “prosecution spokeswoman”

Sherrod Brown – Senador do Ohio (Tradução livre). No original pode ler-se: “Ohio senator”

Micheline Calmy-Rey – Ministra das Relações Exteriores (Tradução livre). No original pode ler-se: “foreign minister in Switzerland between”

Escritório Von Opel – Empresário do ramo automóvel (Tradução livre). No original pode ler-se: “German-born automotive”

Lord Fink – Tesoureiro do Partido Conservador (Tradução livre). No original pode ler-se: “party treasurer”

Edward Lee – Membro do conselho do *Conservative Friends of Israel* (Tradução livre). No original pode ler-se: “board of Conservative Friends of Israel”

Zac Guldsmith – Titular com conta na subsidiária suíça do HSBC

Sir Anwar Pervez – Fundador do Bestway, um *cash and carry* (Tradução livre). No original pode ler-se: “founder of the Bestway cash and carry business”

Arpad Busson – Investidor de *hedge funds* (Tradução livre). No original pode ler-se: “hedge fund investor”

Lord Paul – Titular com conta na subsidiária suíça do HSBC e que doou para dinheiro para o Partido Trabalhista (Tradução livre). No original pode ler-se: “who has given nearly £500,000 over a 25-year period to Labour”

Careing – Proprietário de The Ivy e Annabel (Tradução livre). No original pode ler-se: “owner of London society venues the Ivy and Annabel’s”

Advogado Tancred Tabone – Tancred Tabone foi chefe da companhia estatal de petróleo (Tradução livre). No original pode ler-se: “ex-head of the state oil company”

Advogados Omega Diamonds – Omega Diamonds é uma empresa belga

Claire Short – Secretária para o Desenvolvimento do Reino Unido (Tradução livre). No original pode ler-se: “UK’s development secretary”

Fana Hlongwane – Em 2008 foi nomeada para o Serious Fraud Office e é agente secreta da BAE (Tradução livre). No original pode ler-se: “as named in 2008 by the Serious Fraud Office as a confidential BAE agente”

Adrian Kirby – Operador britânico de uma empresa de tratamento de resíduos (Tradução livre). No original pode ler-se: “UK waste disposal operator”

David Cameron – Ex-primeiro-ministrto do Reino Unido

Hervé Falciani – Engenheiro de sistemas no banco suíço HSBC (Tradução livre). No original pode ler-se: “systems engineer for HSBC’s Swiss private bank”

Sheila Gilmore – Político do Partido Trabalhista (Tradução livre). No original pode ler-se: “The Labour MP”

Martin Wheatley – Diretor executivo da Autoridade de Conduta Financeira (FCA) (Tradução livre). No original pode ler-se: “chief executive of the Financial Conduct Authorities (FCA)”

Andrew Tyrie – Presidente do Comitê de Tesouraria (Tradução livre). No original pode ler-se: “Treasury Committee chairman”

Zac Goldsmith – Deputado do Richmond Park (Tradução livre). No original pode ler-se: “MP for Richmond Park”

Sweaj Paul – Magnata do Aço (Tradução livre). No original pode ler-se: “steel magnate”

Richard Caring – Empresário de restaurantes e do ramo do vestuário (Tradução livre). No original pode ler-se: “restaurant owner and clothing entrepreneur”

Anexo 10

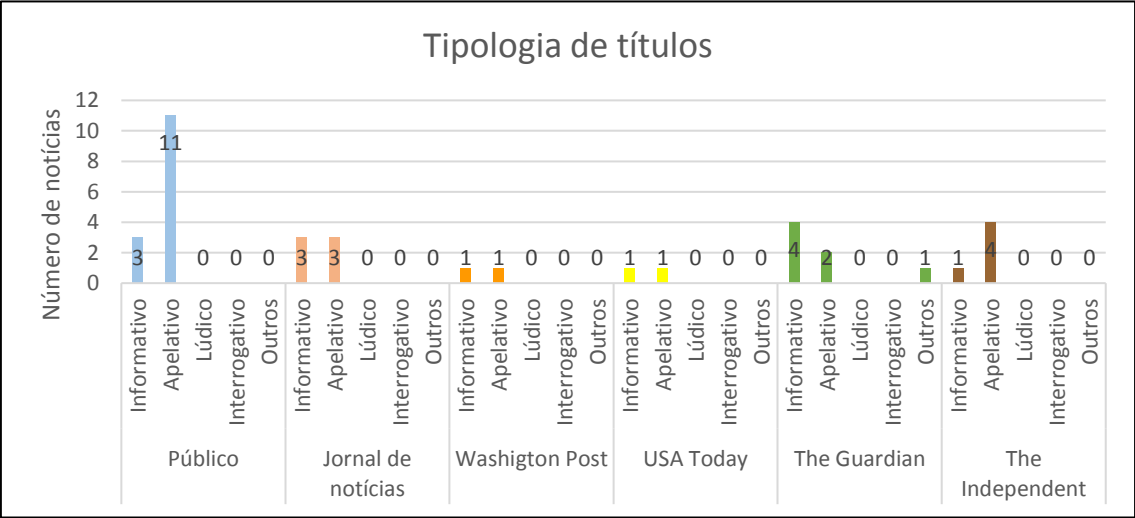


Gráfico 6: Tipologia dos títulos utilizados pelos jornais em análise

Anexo 11

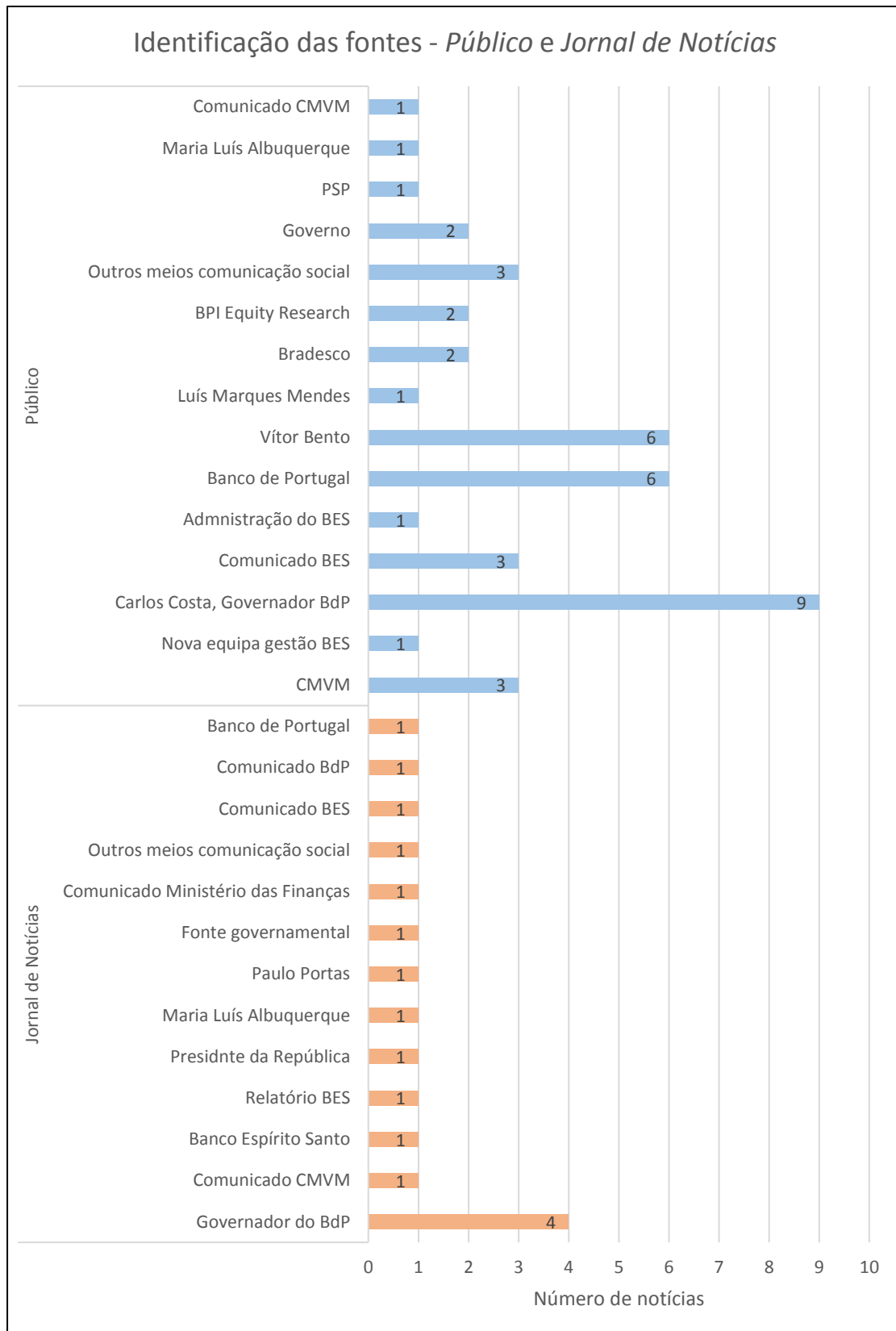


Gráfico 7: Identificação das fontes utilizadas pelo jornal *Público* e *Jornal de Notícias*

Anexo 12

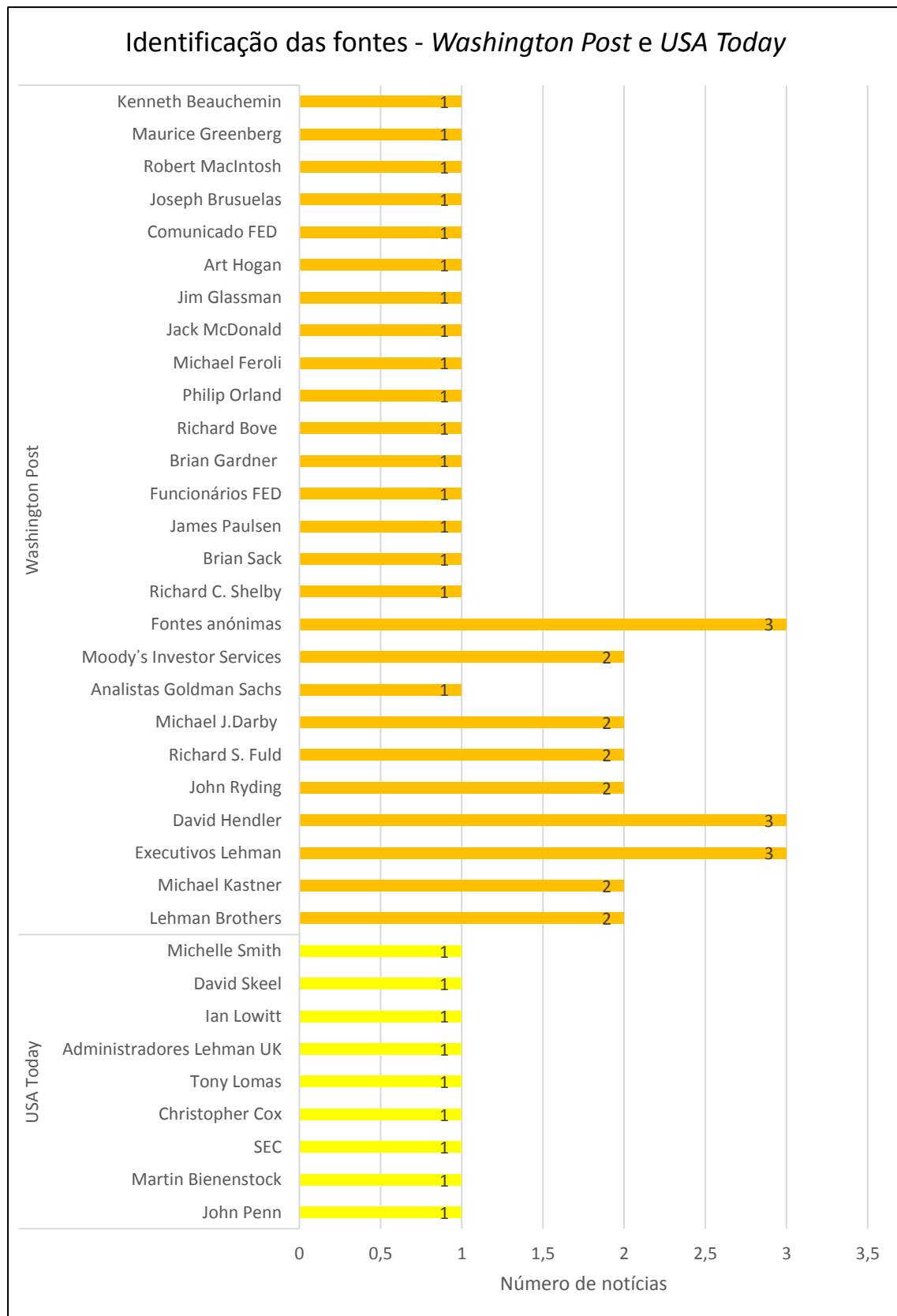


Gráfico 8: Identificação das fontes utilizadas pelo jornal *Washington Post* e *USA Today*

Anexo 13

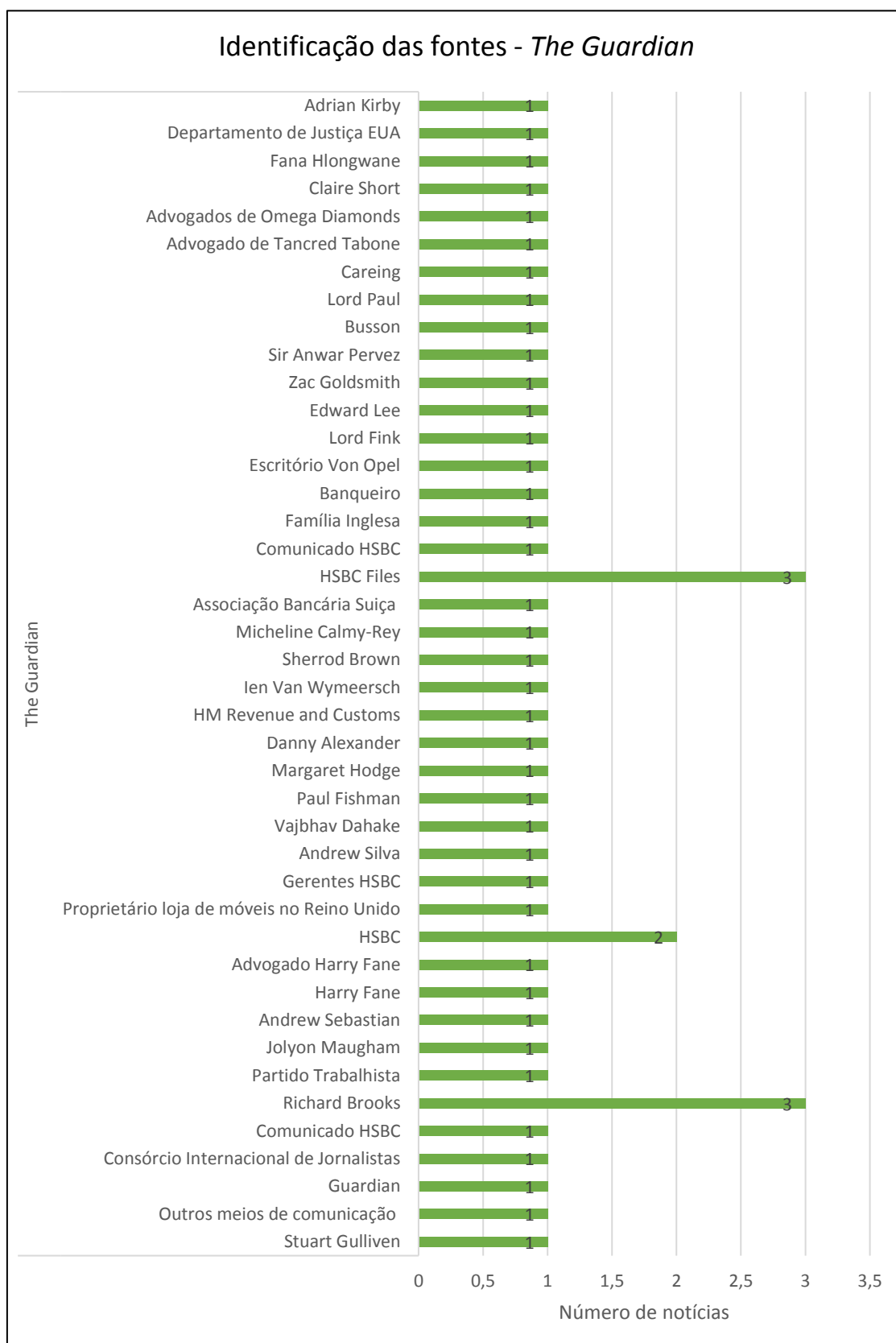


Gráfico 9: Identificação das fontes utilizadas pelo jornal *The Guardian*

Anexo 14

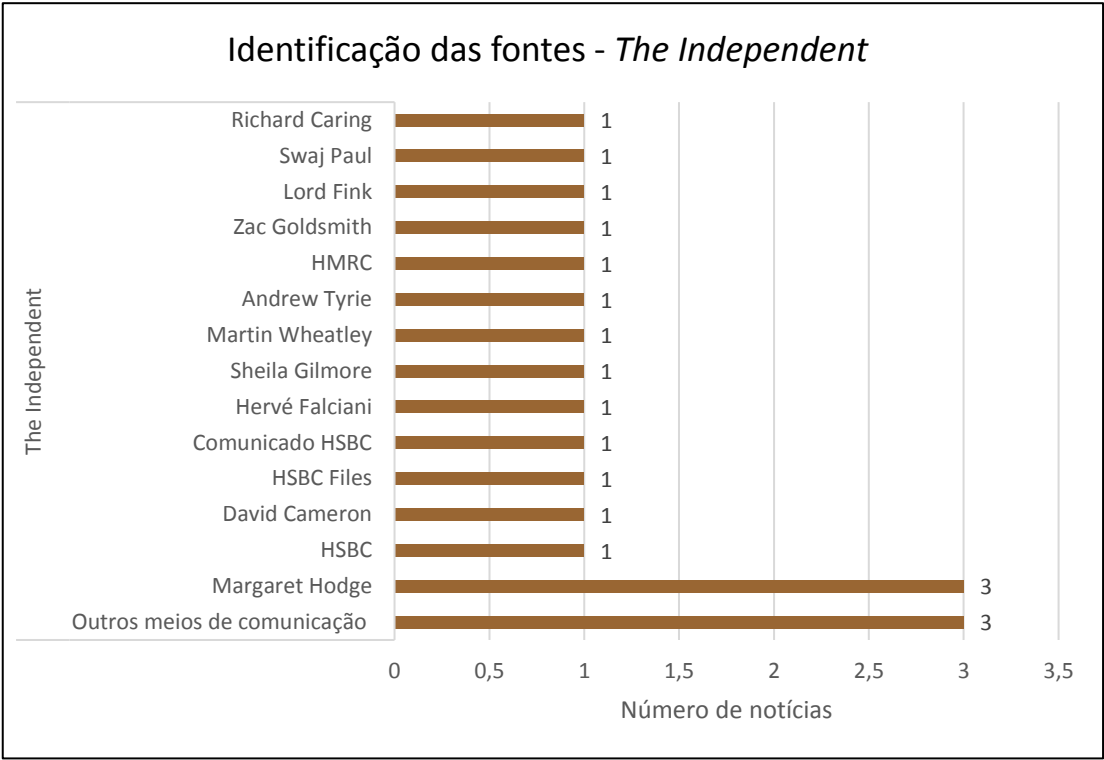


Gráfico 10: Identificação das fontes utilizadas pelo jornal *The Independent*

Anexo 15

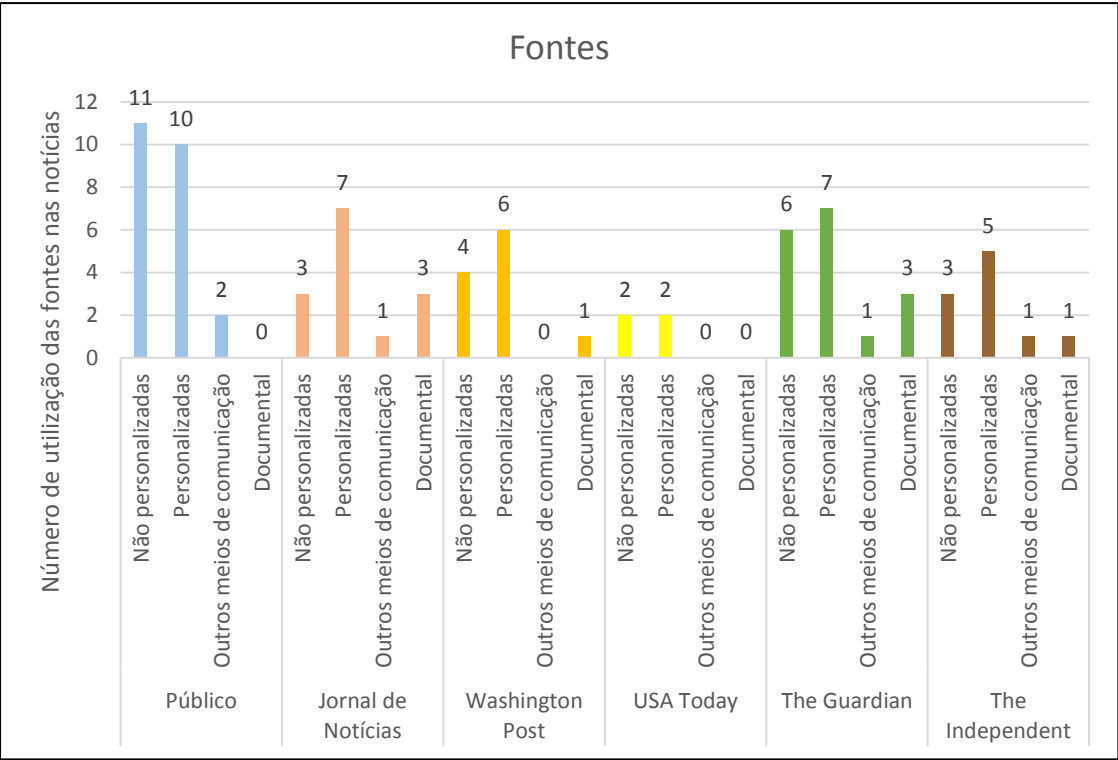


Gráfico 11: Utilização das fontes não personalizadas, personalizadas, outros meios de comunicação e documental nas notícias publicadas pelos jornais em análise

Anexo 16

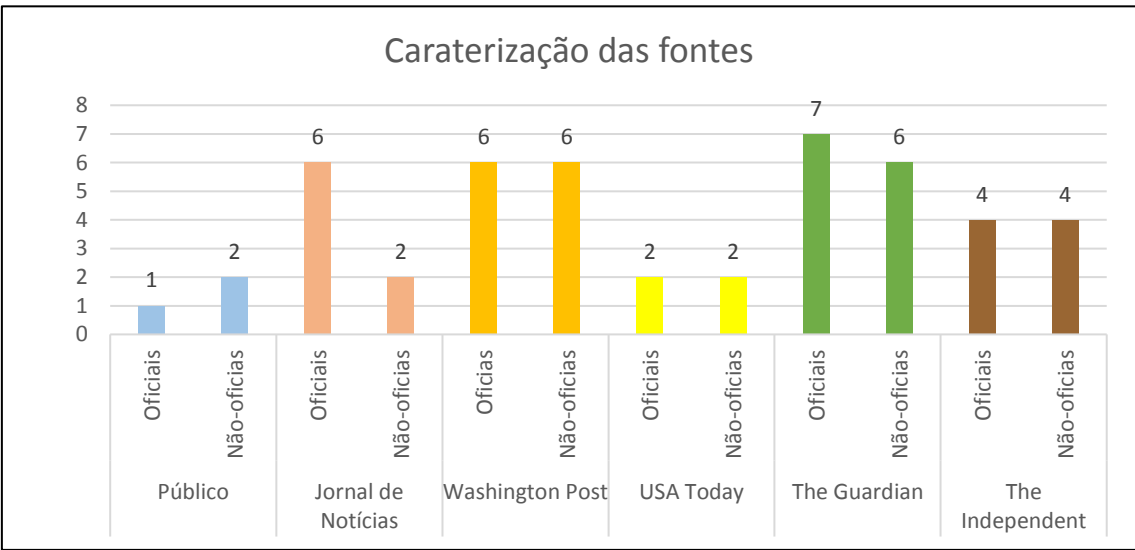


Gráfico 12: Caraterização das fontes utilizadas pelos meios de comunicação

Anexo 17



Gráfico 13: Percentagem da utilização de fontes oficiais e não oficiais pelos jornais em observação

Anexo 18

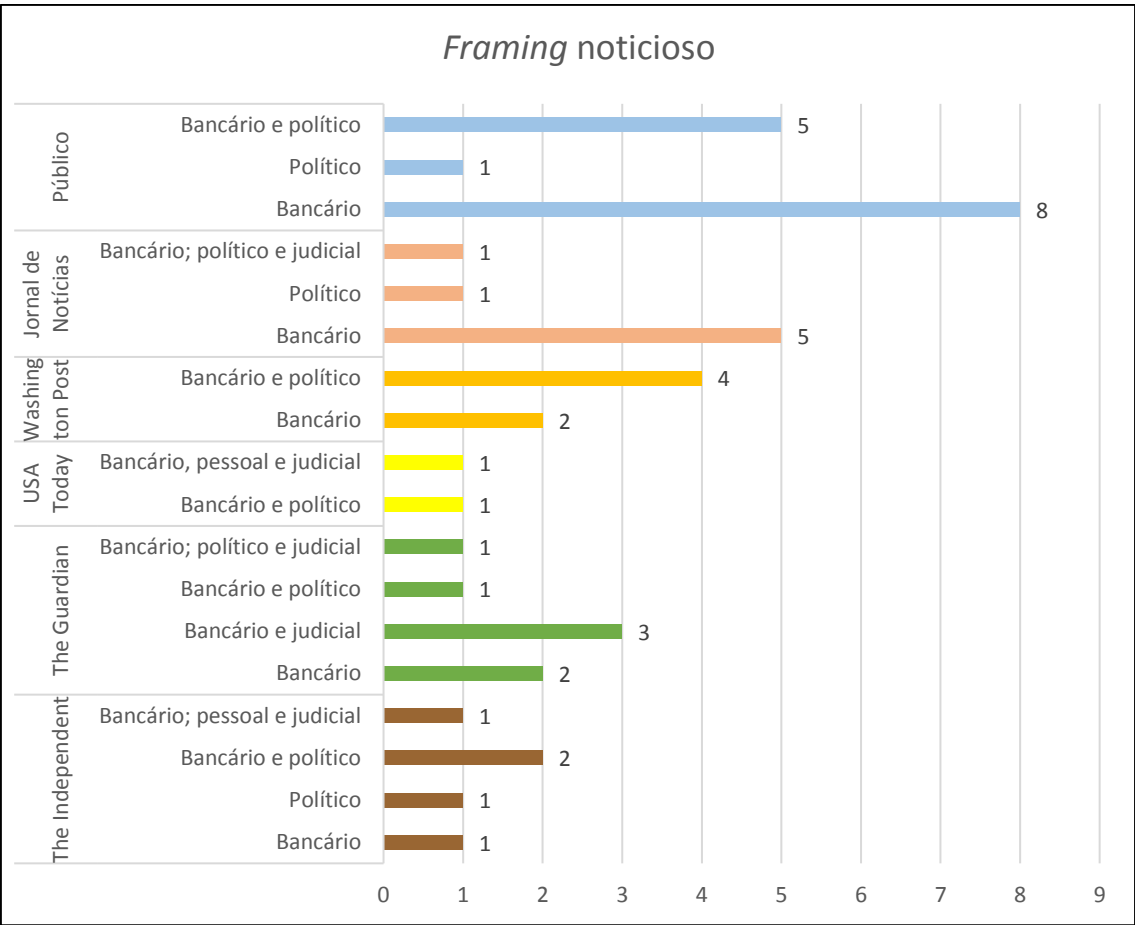


Gráfico 14: Comparação dos diferentes enquadramentos nos meios de comunicação em estudo

Anexo 19

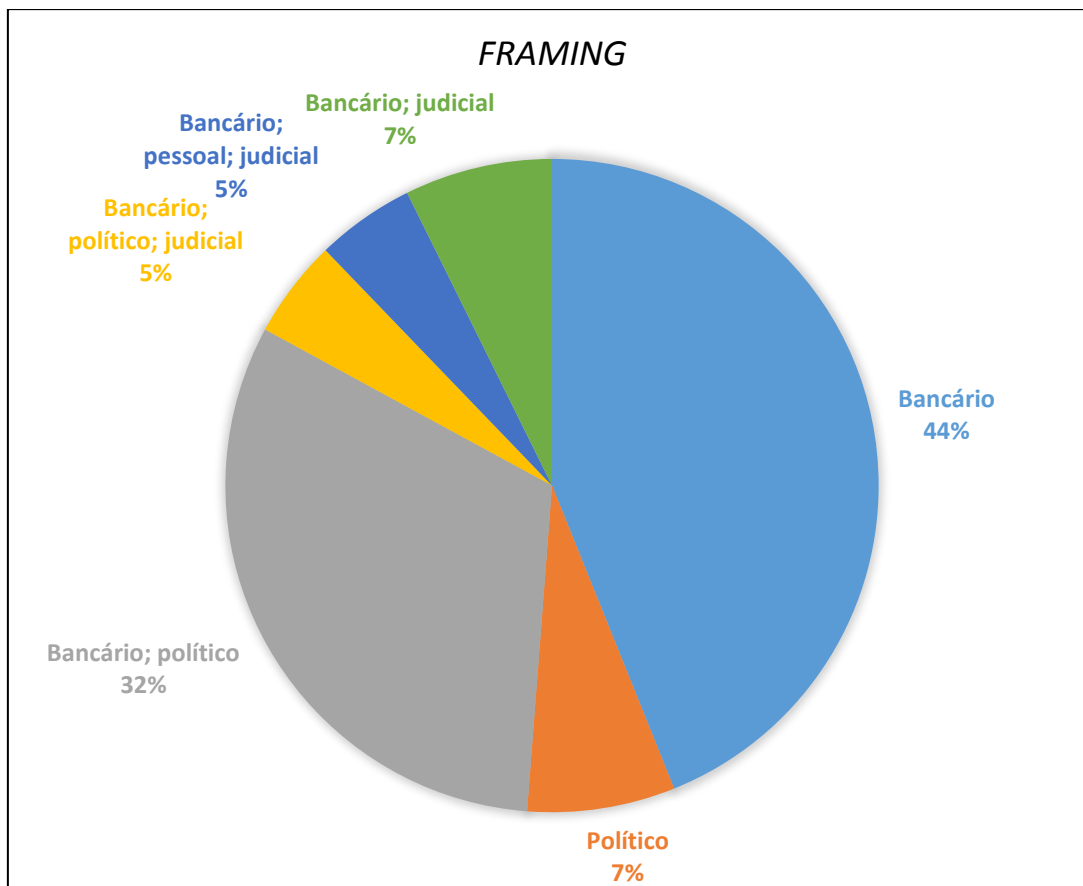


Gráfico 15: Percentagem da presença dos diferentes enquadramentos nas notícias em análise

Anexo 20

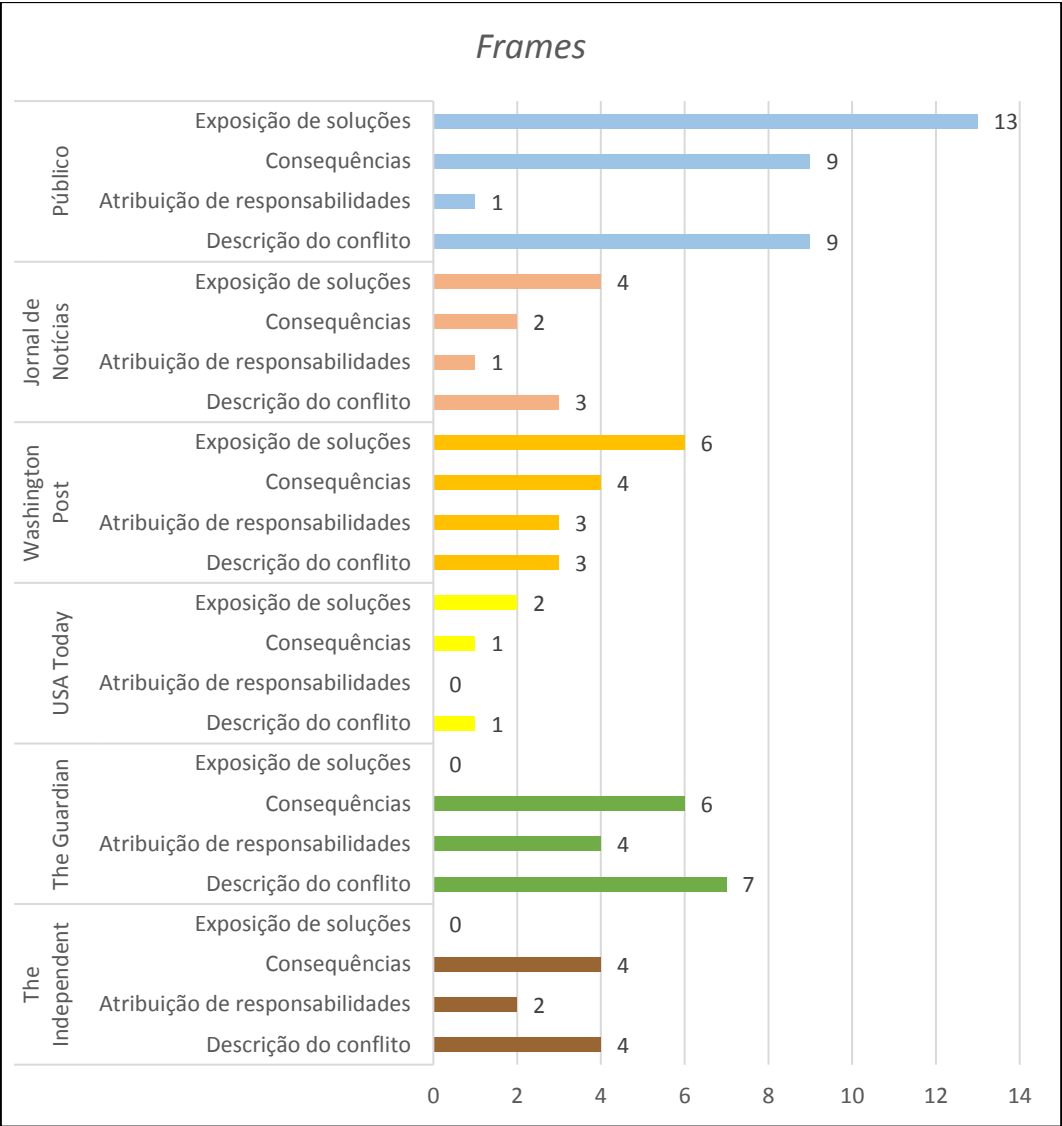


Gráfico 16: Frequência da utilização de diferentes *frames* nas notícias

Anexo 21

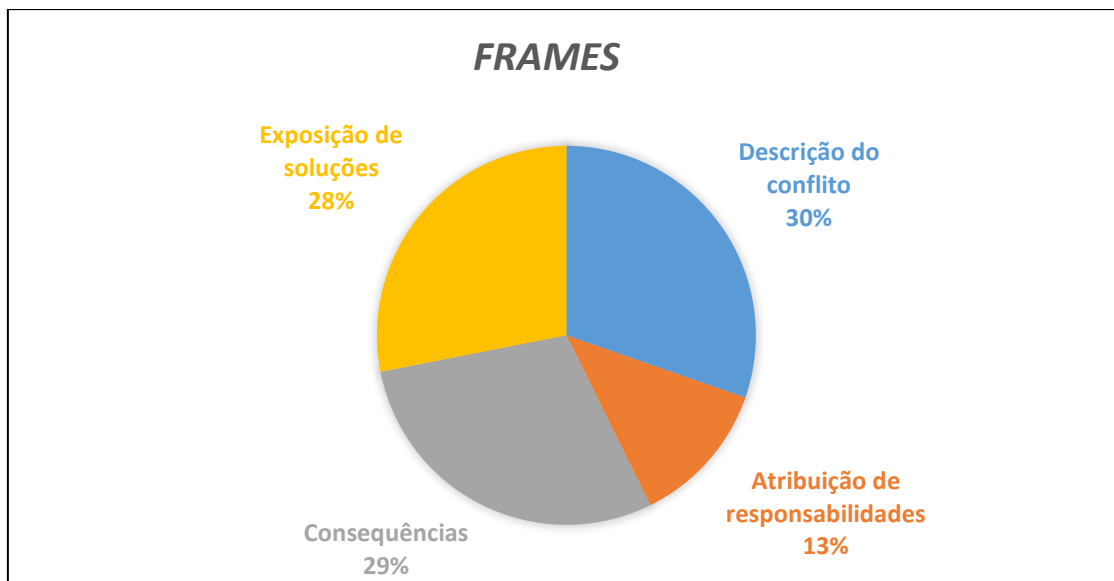


Gráfico 17: Percentagem da utilização de diferentes *frames* nas notícias

Anexo 22

Criminal Frame

Jornal Público		
	Palavras / Expressões	Frequência da utilização
1	«Actos de gestão gravemente prejudiciais»	4
2	«Illicitudes»	2
3	«Financiamento fraudulento»	2
4	«Auditoria forense»	1
5	«Prática de ilícitos»	1
6	«Litigâncias jurídicas e policiais»	1
7	«Erros de gestores imprudentes e pouco sérios»	1
8	«Processo corre nos tribunais do Luxemburgo»	1
9	«Tribunais portugueses»	1
10	«Consequências criminais»	1
11	«Punições severas»	1
12	«Tem de ser feita justiça»	1
13	«Indícios de violação do dever de defesa do mercado»	1
14	«Crime de utilização de informação privilegiada»	1
15	Não diz	6 Notícias

Tabela 1: Análise da utilização de expressões de teor criminal nas notícias publicadas pelo *Público*

Anexo 23

Criminal Frame

Jornal de Notícias		
	Palavras / Expressões	Frequência da utilização
1	«Esquema de financiamento fraudulento»	3
2	«Operações financeiras fraudulentas»	1
3	«Atos de gestão gravemente prejudiciais»	1
2	«Auditoria forense»	1

4	«Actos ilícito»	1
5	«Matéria contra-ordenacional»	1
6	«Matéria criminal»	1
7	«Irregularidades financeiras»	1

8	Não Diz	3
---	---------	---

Tabela 2: Análise da utilização de expressões de teor criminal nas notícias publicadas pelo *Jornal de Notícias*

Anexo 24

Criminal Frame

Jornal Washington Post		
1	Não Diz	6 Notícias

Tabela 3: Análise da utilização de expressões de teor criminal nas notícias publicadas pelo *Washington Post*

Anexo 25

Criminal Frame

Jornal USA Today		
1	«Juiz James M. Peck irá conduzir o processo de falência»	1
2	Não Diz	1 Notícia

Tabela 4: Análise da utilização de expressões de teor criminal nas notícias publicadas pelo *USA Today*

Anexo 26

Criminal Frame

Jornal <i>The Guardian</i>		
	Palavras /Expressões	Frequência da utilização
1	«Autoridades fiscais»	3
2	«Investigações criminais»	3
3	«Anti-lavagem de dinheiro»	2
4	«Criminalidade financeira»	2
5	«Corrupção»	2
6	«Evasão fiscal»	2
7	«Processos judiciais»	2
8	«Fraudes fiscais»	2
9	«Lavagem de dinheiro»	2
10	«Corrupção e lavagem de dinheiro»	2
11	«Branqueamento de capitais e sanções»	1
12	«Infracção penal»	1
13	«Evitar taxas»	1
14	«Autoridades fiscais belgas»	1
15	«Escândalos de corrupção africanos»	1
16	«Padrão de má conduta»	1
17	«Acusação dos EUA»	1
18	«Fundos Ilegais»	1
19	«Padrão de má conduta»	1
20	«Evasão de impostos»	1
21	«Evasores fiscais»	1
22	«Alegações de fraude fiscal»	1
23	«Juiz»	1
24	«Processos judiciais contro o HSBC»	1
25	«Emitir mandados de prisão internacionais»	1
26	«Esquemas fiscais»	1
27	«Acusações criminais»	1

28	«Evadir ou Evitar Impostos»	1
29	«Esconder dinheiro»	1
30	«Supostos crimes»	1
31	«Transgressões alegadamente corruptas»	1
32	«Denúncias públicas de irregularidades»	1
33	«Financiamento de terrorismo»	1
34	«Corrupção africana»	1
35	«Processo penal»	1
36	«Atividades de comércio ilícitas»	1
37	«Actividades ilícitas»	1
38	«Culpa criminal»	1
39	«Má conduta»	1
40	«Fraude»	1
41	«Investigação criminal»	1

Tabela 5: Análise da utilização de expressões de teor criminal nas notícias publicadas pelo *The Guardian*

Anexo 27

Criminal Frame

Jornal <i>The Independent</i>		
	Palavras /Expressões	Frequência da utilização
1	«Evasão fiscal»	12
2	«Evasão»	4
3	«Multa»	2
4	«Vazamento impostos»	2
5	«Evitar impostos»	3
6	«Evitar taxas»	1
7	«Esconder dinheiro»	1
8	«Evasor de impostos»	1
9	«Investigações criminais»	1
10	«Acusação»	1

11	«Truques fiscais»	1
12	«Evasão fiscal agressiva»	1
13	«Evasores»	1
14	«Lavagem de dinheiro»	1
15	«Evadido o imposto»	1
16	«Contas bancárias secretas»	1
17	«Autoridades fiscais e jurídicas»	1
18	«Fraude fiscal»	1
19	«Paraísos fiscais»	1
20	«Autoridades legais»	1
21	«Preso»	1
22	«Extraditá-lo»	1
23	«Órgão de fiscalização financeiros»	1

Tabela 6: Análise da utilização de expressões de teor criminal nas notícias publicadas pelo *The Independent*

Anexo 28

Variável de escândalo mediático

Jornal *Público*

Divulgação pública – sim – existe divulgação pública, uma vez que este caso foi noticiado e foi divulgado num número considerável de notícias.

Existência de transgressão – sim – as notícias divulgam a transgressão dos valores em causa quando afirmam, por exemplo, «E remete as responsabilidades para a anterior comissão executiva, o que, do seu ponto de vista, “indica a prática de actos de gestão gravemente prejudiciais para os interesses do BES e um claro incumprimento das determinações”»; «“serão extraídas as necessárias consequências em matéria contra-ordenacional e, porventura, criminal”» [sic]; «actividade semestral do BES traduziu-se num prejuízo de 3577 milhões e no registo de imparidade e contingências de 4253 milhões de euros» [sic]; «Qual a extensão das ilicitudes (nos primeiros seis meses do ano, o BES criou veículos especiais para investirem em dívida emitida pelo próprio banco?)»; «O Banco de Portugal disse que factos recentemente descobertos no BES apontam para a “prática de actos de gestão gravemente prejudiciais” e admite consequências contra-

ordenacionais» [sic]; «Acresce que foram ainda apuradas várias ilicitudes que levaram o BdP a solicitar uma auditoria forense»; «Maria Luís Albuquerque afirmou ainda que “tem de haver punições severas” e que as irregularidades no BES não podem passar incólumes”»; «A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) está a investigar a negociação de títulos do BES até ao momento em que as acções foram suspensas, na sexta-feira passada, para saber se foi usada informação privilegiada na transacção dos títulos.» [sic]; «para apurar eventual existência de indícios de violação do dever de defesa do mercado e/ou de crime de utilização de informação privilegiada»; «“O Grupo Espírito Santo, através das entidades não financeiras não sujeitas a supervisão do Banco de Portugal, desenvolveu um esquema de financiamento fraudulento entre as empresas do grupo”»

Tentativa de ocultação – sim – este caso foi divulgado não pelos seus intervenientes, mas porque houve a intervenção de instituições que têm o poder de prestar essa informação, nomeadamente o Estado e o Banco de Portugal, mas não se verifica pelos agentes envolvidos – à época, a equipa de gestão liderada por Ricardo Salgado e Ricardo Salgado, diretor executivo do BES – declarações para explicar os factos, desculpabilizarem-se, etc.

Existência de lesados – sim – este caso envolve indivíduos lesados, nomeadamente aqueles que desenvolveram negócios com o Banco Espírito Santo: depositantes; credores; detentores de dívida subordinada; acionistas, etc. e algumas das notícias referem que atitude irá ser tomada para salvaguardar estes clientes.

Desaprovação pública pelos indivíduos lesados – não – este item é difícil de comprovação, uma vez que as notícias escolhidas para estudar este caso circunscrevem-se à divulgação do caso propriamente dito, excluindo qualquer tipo de notícias que aborde os comentários de pessoas associadas ao tema, no entanto é notório através do título “Bancos chamados a resgatar BES, depositantes ficam protegidos” e da expressão de que «O BdP afirmou que o BES iria ressarcir os clientes do retalho à medida que os produtos atingissem a maturidade» que a queda deste banco irá conduzir a uma desaprovação pública pelos indivíduos lesados porque existem pessoas que não sabem o que foi feito com o seu dinheiro. Apesar disto, e para está análise ser estreitamente objetiva, consideramos que, pelo *corpus* recolhido e analisado, não existe desaprovação pública pelos indivíduos lesados, no entanto existem notícias que não reuniram todas as condições

pretendidas para esta investigação, que revelavam a existência de uma associação criada para os lesados do BES.

Condenação das transgressões – sim – as ações transgressoras foram condenadas através de uma «auditoria forense que visa avaliar as responsabilidades individuais, incluindo as de Ricardo Salgado, Moraes Pires e de outros gestores que já renunciaram ao cargo»; da suspensão dos membros do órgão de administração que ocupem cargos de auditoria, gestão de risco e titulares do órgão de fiscalização;

Anexo 29

Variável de escândalo mediático

Jornal de Notícias

Divulgação pública – sim – o caso foi noticiado, portanto existe divulgação pública.

Existência de transgressão - sim – através da utilização de expressões «As irregularidades financeiras conhecidas no Grupo Espírito Santo e no BES»; «Grupo Espírito Santo desenvolveu um esquema de financiamento fraudulento entre as empresas do grupo»; «atos de gestão – (...) – gravemente prejudiciais ao interesse do BES».

Tentativa de ocultação - sim – foram as pessoas com poder para divulgar essa informação que a tornaram pública e de não se registar uma intervenção de Ricardo Salgado ou da sua equipa.

Existência de lesados – sim – as notícias afirmam que «os depositantes do BES ficam protegidos, mas os accionistas privados e os detentores de dívida subordinada do banco vão ter perdas, já que estes títulos não têm propriedade no reembolso»

Desaprovação pública pelos indivíduos lesados – não – à semelhança do jornal anterior não existe desaprovação pública pelos indivíduos lesados nas notícias recolhidas, mas existe uma tentativa de acalmar os indivíduos lesados, já que o banco «“garante a segurança dos depósitos que tinham sido constituídos junto do Banco Espírito Santo”, não sendo “afetados quaisquer direitos legais ou contratuais dos depositantes.” E os depósitos serão “integralmente transferidos para o Novo Banco”», apesar de afirmar ao mesmo tempo que existem operações bancárias que não são garantidas. Por não ser notória a desaprovação pública pelos indivíduos lesados nas notícias recolhidas a resposta a esta variável é negativa (não).

Condenação das transgressões – sim – revelam que «o líder histórico Ricardo Salgado afastado da sua liderança»;

Anexo 30

Variável de escândalo mediático

Washington Post

Divulgação pública – sim – o caso foi noticiado

Existência de transgressão – não – as notícias dão conta de um problema que surgiu devido a investimentos que Lehman efetuou, mas em momento algum encaram-no como uma transgressão, uma ideia bem presente quando afirmam as seguintes expressões: “Lehman Brothers, anxious to show it can weather a credit crisis that contributed to the firm’s \$3.9 billion third-quarter loss, said Wednesday that it would sell a majority stage in its investment-management division, slash its dividend and spin off about \$30 billion of real estate assets”¹²⁸; “Lehman, which developed a niche in the mortgage market as a way of competing with larger rivals in equity underwriting and other traditional brokerage business (...)”¹²⁹; “During a conference call with Lehman executives Wednesday, analysts pressed for assurances that the \$5.6 billion of write-downs that the firm disclosed for the quarter ended Aug.31 – primarily for declines in the value of assets tied to residential mortgages – sufficiently reflected the severity of the troubles in the real estate market”¹³⁰; “Lehman’s problems have developed more gradually, through waves of losses on investments in real estate and securities tied to mortgages.”¹³¹; “Lehman was a dominant force in the mortgage market, and its vast portfolio of real estate and

¹²⁸ Para não alterar qualquer significado ou linguagem optámos por manter a frase original e colocar a tradução livre em nota de rodapé. Tradução livre: “*Lehman Brothers*, ansioso por demonstrar que pode enfrentar uma crise de crédito que contribuiu para a queda da empresa de 3,9 milhares de milhões de dólares no terceiro trimestre, disse na quarta-feira que venderia uma participação maioritária na divisão de gerenciamento de investimentos, reduziria o dividendo e geraria cerca de 30 milhares de milhões de dólares em ativos imobiliários.”

¹²⁹ Tradução livre: “Lehman, que desenvolveu um nicho no mercado hipotecário como uma forma de competir com instituições bancárias maiores e com subscrição de ações e outros negócios de corretagem tradicionais (...)”

¹³⁰ Tradução livre: “Durante uma teleconferência com os executivos do Lehman na quarta-feira, os analistas pressionaram por garantir que os 5,6 milhares de milhões de dólares de prejuízos que a empresa divulgou no trimestre encerrado em 31 de agosto - principalmente por declínios no valor de ativos vinculados a hipotecas residenciais - refletiram o tempo dos problemas no mercado imobiliário.”

¹³¹ Tradução livre: “Os problemas de Lehman desenvolveram-se gradualmente, através de perdas em investimentos em imóveis e títulos vinculados a hipotecas.”

mortgage-related securities made the firm vulnerable to the fallout of the subprime mortgage meltdown”¹³².

Tentativa de ocultação – sim – as notícias são divulgadas por pessoas exteriores com poder para ter acesso à informação, mas verifica-se a existência de citações dos atores envolvidos na história desta instituição bancária, como o testemunho e as explicações de Richard S. Fuld, CEO do Lehman Brothers.

Existência de lesados – não – estas notícias não demonstram especificamente a existência de indivíduos afetados pela falência de Lehman, referem vagamente alguns prejudicados, mas não referem que existem lesados: “The announcement did little to calm investors’ concerns”¹³³; “«I tis not good for Lehman shareholders.»”¹³⁴;

Desaprovação pública pelos indivíduos lesados – não – pela inexistência da referência a indivíduos lesados é expectável que não haja desaprovação pública.

Condenação das transgressões – não – não se refere nenhuma condenação às transgressões, nenhum processo-crime, nenhum afastamento de cargos, etc.

Anexo 31

Variável de escândalo mediático

USA Today

Divulgação pública – sim – o caso foi noticiado neste jornal, o que significa que foi divulgado publicamente

Existência de transgressão – não – as notícias abordam o que motivou a falência do banco, mas não o encaram como uma transgressão e, por isso, afirmam que: “*Lehman Brothers* (...) bank chocked by the credit crisis and falling real estate values, filed for Chapter 11 protection in the biggest bankruptcy filing”¹³⁵; “Lehman fell under the weight

¹³² Tradução livre: “Lehman era uma força dominante no mercado de hipotecas e seu vasto portefólio de títulos imobiliários e hipotecários tornou-o vulnerável ao colapso da crise hipotecária *subprime*.”

¹³³ Tradução livre: “O anúncio pouco fez para acalmar as preocupação dos investidores de que Lehman (...)”

¹³⁴ Tradução livre: “Não é bom para os acionistas da Lehman.”

¹³⁵ Tradução livre: ““O banco *Lehman Brothers* (...) sufocado pela crise do crédito e pela queda dos valores imobiliários, requereu a proteção do Capítulo 11 na maior declaração de falência.”

of \$60 billion in soured real estate holdings and the credit market's dislocation ultimately forced it to seek court protection”¹³⁶

Tentativa de ocultação – sim – quem revelou o caso foram pessoas com poder para deter a informação, apesar de se confirmar a existência de comentários / citações de pessoas associadas ao caso, nomeadamente os administrados do *Lehman Brothers* no Reino Unido

Existência de lesados – sim – este jornal faz referência à tentativa de proteger os clientes “Lehman’s decisions to file for bankruptcy protection does not affect the SIPC protection covering the firm’s retail securities customers”¹³⁷ e “The SEC also said it is coordinating with overseas regulators to protect Lehman’s customers (...)”¹³⁸

Desaprovação pública pelos indivíduos lesados – não – apesar da utilização das expressões anteriores não há evidência de desaprovação pública.

Condenação das transgressões – não – em momento algum é referida algum tipo de punição pelas transgressões ocorridas.

Anexo 32

Variável de escândalo mediático

The Guardian

Divulgação pública – sim – o acontecimento foi noticiado e gerou discussão pública

Existência de transgressão – sim – evidencia-se a utilização de expressões que transmitem que houve transgressão, por exemplo, – «This resulted in private banks, including HSBC’s Swiss private bank, having a number of clients that may not have been fully compliant with their applicable tax obligations”¹³⁹; «HSBC’s Swiss banking arm helped wealthy customers dodge taxes and conceal millions of dollars of assets, doling out bundles of untraceable cash and advising clients on how to circumvent domestic tax

¹³⁶ Tradução livre: “Lehman caiu sob a força de 60 milhares de milhões de dólares em exploração de imóveis e a luxação do mercado de crédito finalmente o forçou a buscar proteção judicial.”

¹³⁷ Tradução livre: “As decisões da Lehman de solicitar proteção contra falências não afetam a proteção SIPC cobrindo os clientes de valores mobiliários da empresa.”

¹³⁸ Tradução livre. “A SEC também disse que está a coordenar com os reguladores estrangeiros para proteger os clientes de Lehman (...)”

¹³⁹ Tradução livre: “Isso resultou em bancos privados, incluindo o banco privado suíço HSBC, com uma série de clientes que não foram totalmente compatíveis com suas obrigações fiscais.”

authorities (...)»¹⁴⁰; «Routinely allowed clients to withdraw bricks of cash, often in foreign currencies of little use in Switzerland»¹⁴¹; «Aggressively marketed schemes likely to enable wealthy clients to avoid European taxes»¹⁴²; «Provided accounts to international criminals, corrupt businessmen and other high-risk individuals»¹⁴³; «The HSBC files (...) amount to the biggest banking leak in history (...)»¹⁴⁴; «The documents also show HSBC's Swiss subsidiary providing banking services to relatives of dictators, people implicated in African corruption scandals, arms industry figures and others»¹⁴⁵; «Large cash transactions»¹⁴⁶; «The evidence of a pattern of misconduct»¹⁴⁷; «HSBC Switzerland is under investigation over tax fraud allegations»¹⁴⁸; «HSBC is now facing criminal charges in Belgium and criminal investigation in France on the allegation that it "knowingly promoted serious and organized tax fraud" (...)»¹⁴⁹; «The Conservatives have raised over £5m from HSBC clients with Swiss accounts, while Labour has also benefited from cash and gifts in kind worth over £500,000, as well as a loan for £2m.»¹⁵⁰; «HSBC (...) hid Money»¹⁵¹.

Tentativa de ocultação – sim – o caso foi revelado através de uma investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação que teve acesso a um conjunto de documentos e juntamente com outros meios de comunicação estudaram-nos e revelaram este caso ao público. No entanto, verifica-se a presença de comentários / citações

¹⁴⁰ Tradução livre: "O banco suíço HSBC ajudou os clientes ricos a evitar impostos e ocultar milhões de dólares de ativos, distribuindo pacotes de dinheiro intratável e aconselhando clientes sobre como evitar as autoridades tributárias do país."

¹⁴¹ Tradução livre: "Rotineiramente permitiu que os clientes retirem grandes quantias de dinheiro, muitas vezes em moedas estrangeiras de pouco utilizadas na Suíça."

¹⁴² Tradução livre: "Esquemas agressivamente comercializados que permitam aos clientes ricos evitar impostos europeus."

¹⁴³ Tradução livre: "Fornecer contas a criminosos internacionais, empresários corruptos e outros indivíduos de alto risco."

¹⁴⁴ Tradução livre: "Os arquivos HSBC (...) representam o maior colapso bancário da história."

¹⁴⁵ Tradução livre: "Os documentos mostram também que a subsidiária suíça do HSBC que presta serviços bancários a parentes de ditadores, pessoas implicadas em escândalos de corrupção africanos, figuras da indústria de armas e outros."

¹⁴⁶ Tradução livre: "Grandes transações de dinheiro."

¹⁴⁷ Tradução livre: "Evidência de um padrão de má conduta."

¹⁴⁸ Tradução livre: "HSBC suíço está sob investigação por acusações de fraude fiscal."

¹⁴⁹ Tradução livre: "O HSBC está a enfrentar acusações criminais na Bélgica e uma investigação criminal na França sobre a alegação de que "promoveu conscientemente fraudes fiscais graves e organizadas (...)."

¹⁵⁰ Tradução livre: "Os conservadores arrecadaram mais de 5 milhões de libras de clientes do HSBC com contas suíças, enquanto o Partido Trabalhista também beneficiou de dinheiro e presentes no valor de mais de 500 mil libras, bem como um empréstimo de 2 milhões de libras."

¹⁵¹ Tradução livre: "HSBC escondeu dinheiro."

associadas ao caso através de bancários que trabalham na sede do HSBC no Reino Unido, e do chefe executivo da instituição, Stuart Gulliver.

Existência de lesados – sim – apesar de neste caso não existirem indivíduos, existem países que ficaram sem o pagamento devido de impostos, nomeadamente «Tax avoidance and evasion harms every taxpayer in Britain, and undermines public services like the NHS»¹⁵²; «(...) is supported by the outcome of court cases in the US and Europe»¹⁵³; «While France, Belgium, Spain, the US and Argentina have launched legal proceedings against HSBC (...)»¹⁵⁴.

Desaprovação pública pelos indivíduos lesados – sim – várias são as expressões utilizadas que demonstram que os países lesados desaprovam totalmente as atitudes do HSBC e pretendem desencadear ações na justiça: «In Belgium, (...) a judge is considering issuing International arrest warrants for directors of the Swiss division of the bank»¹⁵⁵; «In Switzerland, senior politicians called for investigations by regulators into the scandal»¹⁵⁶; «In the United States, a leading member of the Senate banking committee asked the US government to explain what action it took after receiving a massive cache of the leaked bank accounts»¹⁵⁷;

Condenação das transgressões – sim – através da utilização de expressões: «(...) a pattern of misconduct at HSBC in Switzerland is supported by the outcome of recent court cases in the US and Europe»¹⁵⁸; «HSBC is now facing criminal charges in Belgium and criminal investigation in France on the allegation that it “knowingly promoted serious and organized tax fraud” (...)»¹⁵⁹;

¹⁵² Tradução livre: “A evasão fiscal e a evasão prejudicam todos os contribuintes na Grã-Bretanha e prejudicam os serviços públicos como o NHS.”

¹⁵³ Tradução livre: “ (...) é suportada pelo resultado de processos judiciais nos EUA e na Europa.”

¹⁵⁴ Tradução livre: “Enquanto a França, Bélgica, Espanha, EUA e Argentina lançaram processos judiciais contra o HSBC.”

¹⁵⁵ Tradução livre: “Na Bélgica, (...) um juiz está a considerar emitir mandados de prisão internacionais para diretores da divisão suíça do banco.”

¹⁵⁶ Tradução livre: “Na Suíça, políticos seniores pediram uma investigação aos reguladores do escândalo.”

¹⁵⁷ Tradução livre: “Nos Estados Unidos, um dos principais membros do comitê de bancos do Senado pediu ao governo dos EUA que explicasse que ações tomou depois de receber um enorme cachê das contas bancárias vazadas.”

¹⁵⁸ Tradução livre: “«(...) um padrão de má conduta no HSBC na Suíça é apoiado pelo resultado de processos judiciais recentes nos EUA e na Europa.»

¹⁵⁹ Tradução livre: “O HSBC está a enfrentar acusações criminais na Bélgica e uma investigação criminal na França sobre a alegação de que “promoveu conscientemente fraudes fiscais graves e organizadas” (...).»

Anexo 33

Variável de escândalo mediático

The Independent

Divulgação pública – sim – este jornal divulgou o caso publicamente.

Existência de lesados – sim – à semelhança do jornal anterior várias são as expressões e citações que divulgam os atos ilegais cometidos pelo HSBC: «HSBC, the UK's biggest bank, helped rich customers to dodge paying tax by allowing them to set up secret accounts in Switzerland (...)»¹⁶⁰; «“(...) HSBC's Swiss private bank, having a number of clients that may not have been fully compliant with their applicable tax obligations (...)”»¹⁶¹; «“(...) the bank helped wealthy clients avoid millions of pounds in tax liability (...)”»¹⁶².

Tentativa de ocultação – sim – não são os próprios envolvidos que o divulgam, mas sim quem teve acesso à informação nomeadamente o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação que em parceria com os restantes órgãos de comunicação mencionados tornou-a pública e verifica-se uma parca existência de comentários de pessoas relacionadas ao caso, só possível através de um comunicado do próprio banco.

Existência de lesados – sim – também este jornal dá conta do diversos países lesados com este esquema: «“(...) a French investigation concluded that 99.8 per cent of the French people on the list had probably avoided paying tax.»¹⁶³; «HSBC was now facing criminal investigations in the US, France, Belgium and Argentina (...)»¹⁶⁴.

Desaprovação pública pelos indivíduos lesados – não – não existem citações dos países lesados nas notícias analisadas.

Condenação das transgressões – sim – as transgressões foram condenadas através «criminal investigations in the US, France, Belgium and Argentina»¹⁶⁵; «“(...) he [Herve

¹⁶⁰ Tradução livre: “O HSBC, o maior banco do Reino Unido, ajudou os clientes ricos a esquivarem-se do pagamento de impostos, permitindo que criassem contas secretas na Suíça.”

¹⁶¹ Tradução livre: “HSBC, o banco privado suíço, tem vários clientes que não foram totalmente compatíveis com as obrigações fiscais aplicáveis (...)”

¹⁶² Tradução livre: “(...) o banco ajudou os clientes ricos a evitar milhões de libras em impostos (...)”

¹⁶³ Tradução livre: “Uma investigação francesa concluiu que 99.8% das pessoas francesas da lista provavelmente evitaram pagar impostos.”

¹⁶⁴ Tradução livre: “HSBC está a enfrentar investigações criminais nos EUA, França, Bélgica e Argentina.”

¹⁶⁵ Tradução livre: “investigações criminais nos EUA, França, Bélgica e Argentina.”

Falciani] was arrested under a Swiss arrest warrant (...)»¹⁶⁶; «HSBC chiefs may face MPs (...)»¹⁶⁷;

Anexo 34

	<i>Público</i>	<i>Jornal de Notícias</i>	<i>Washington Post</i>	<i>USA Today</i>	<i>The Guardian</i>	<i>The Independent</i>
Divulgação pública	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de transgressão	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Tentativa de ocultação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de lesados	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Desaprovação pública pelos indivíduos lesados	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Condenação das transgressões	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim

Tabela 7: Análise das notícias segundo os critérios de escândalo mediático propostos por Thompson (2002).

¹⁶⁶ Tradução livre: “Ele [Herve Falciani] foi preso sob um mandado de prisão suíço.”

¹⁶⁷ Tradução livre: “Chefes do HSBC podem enfrentar os deputados.”

Anexo 35

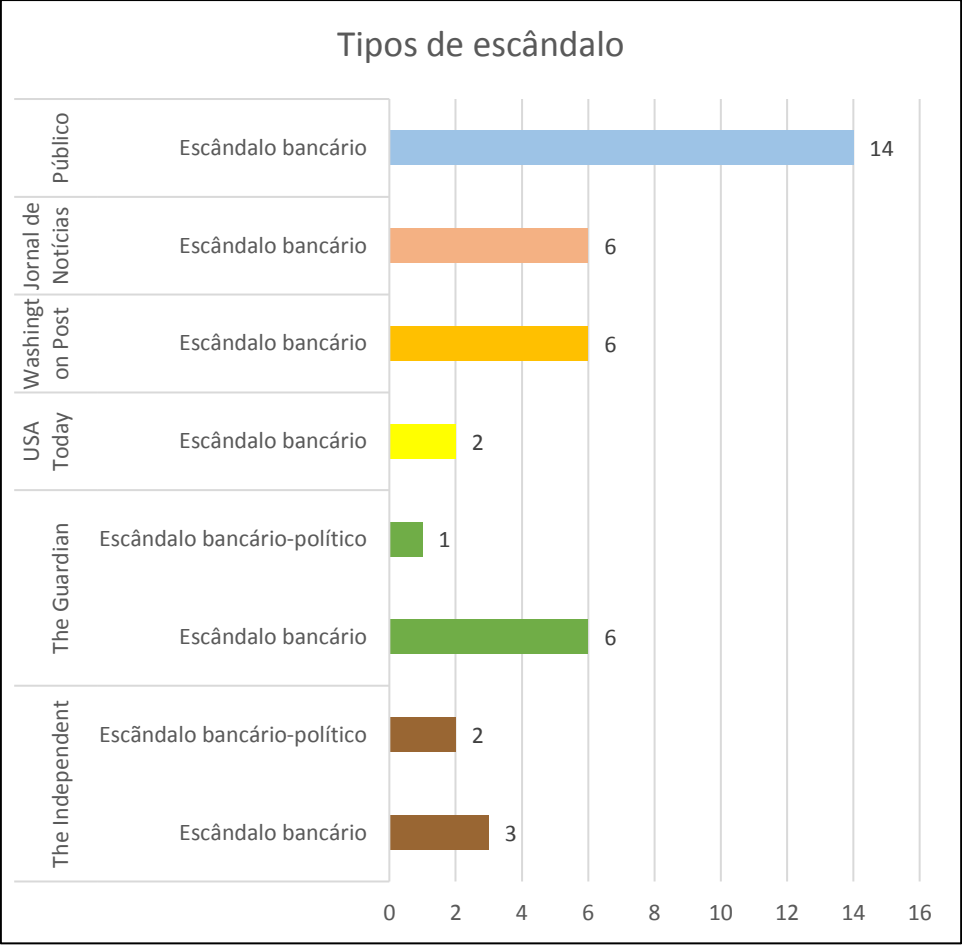


Gráfico 18: Estudo dos diversos tipos de escândalo noticiados pelos jornais em estudo

Anexo 36

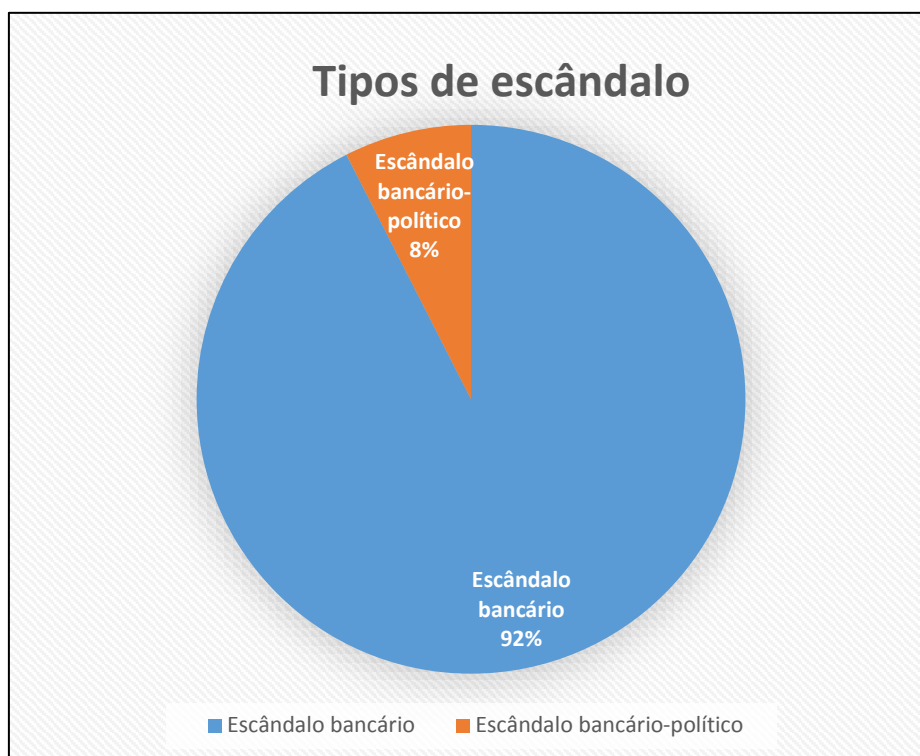


Gráfico 19: Percentagem dos escândalos mais frequentes nas notícias dos jornais em estudo

Anexo 37

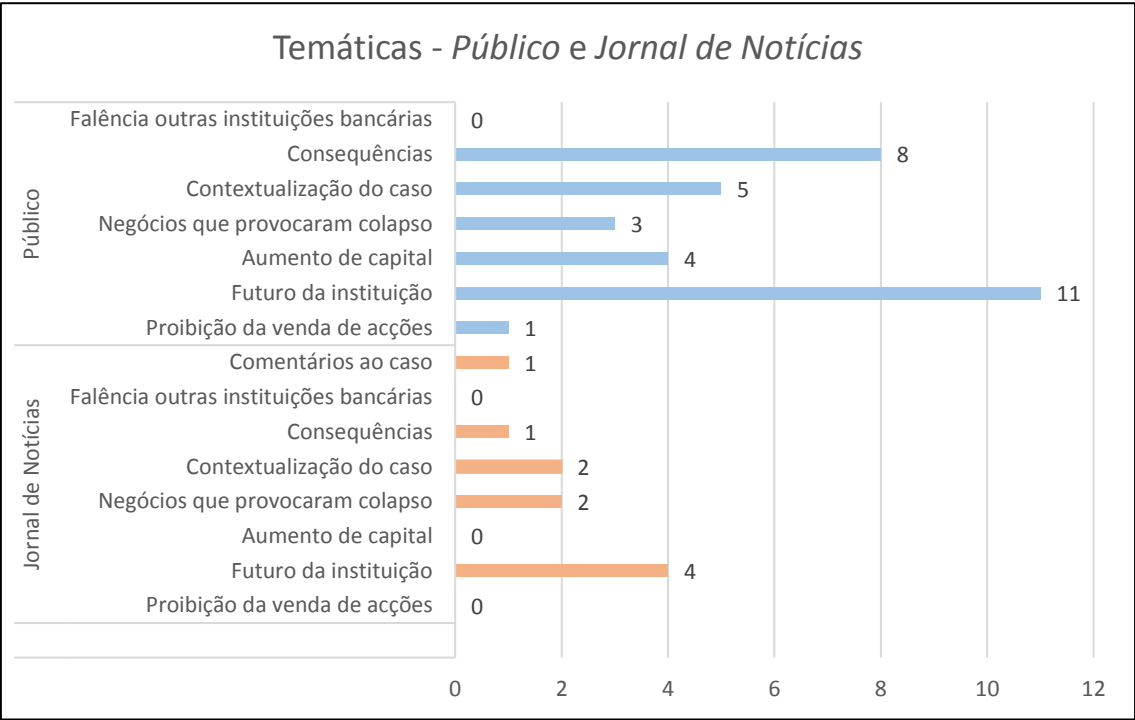


Gráfico 29: Frequência das temáticas utilizadas pelo *Público* e *Jornal de Notícias*

Anexo 38

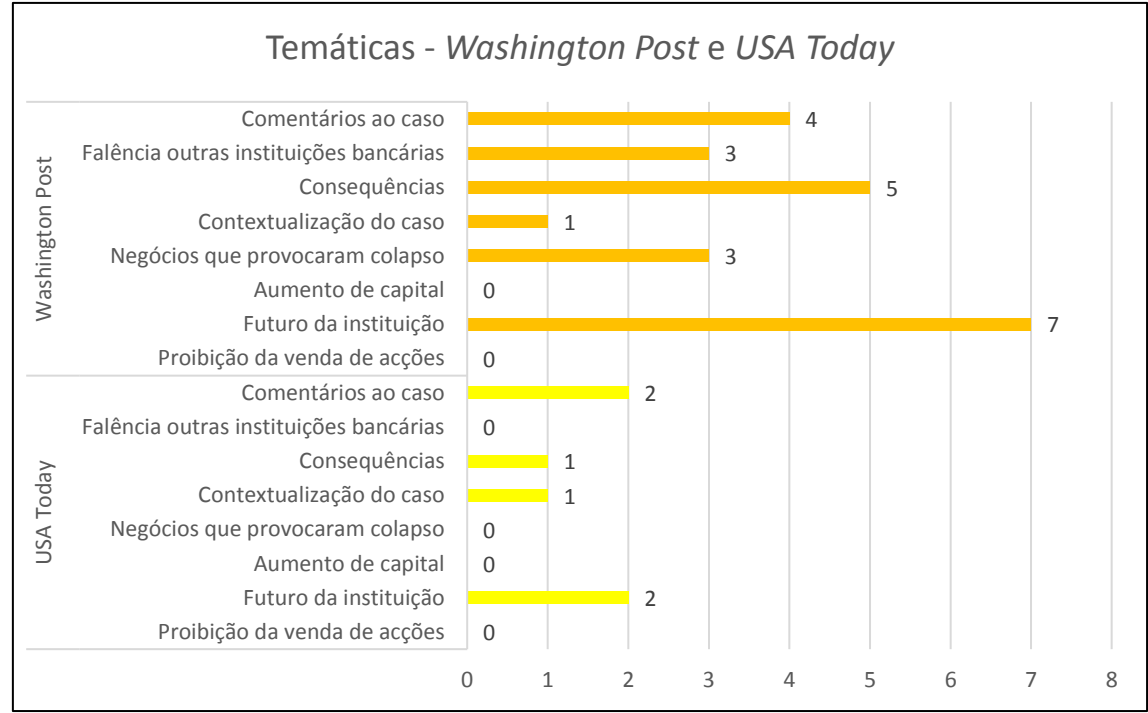


Gráfico 30: Frequência das temáticas utilizadas pelo *Washington Post* e *USA Today*

Anexo 39

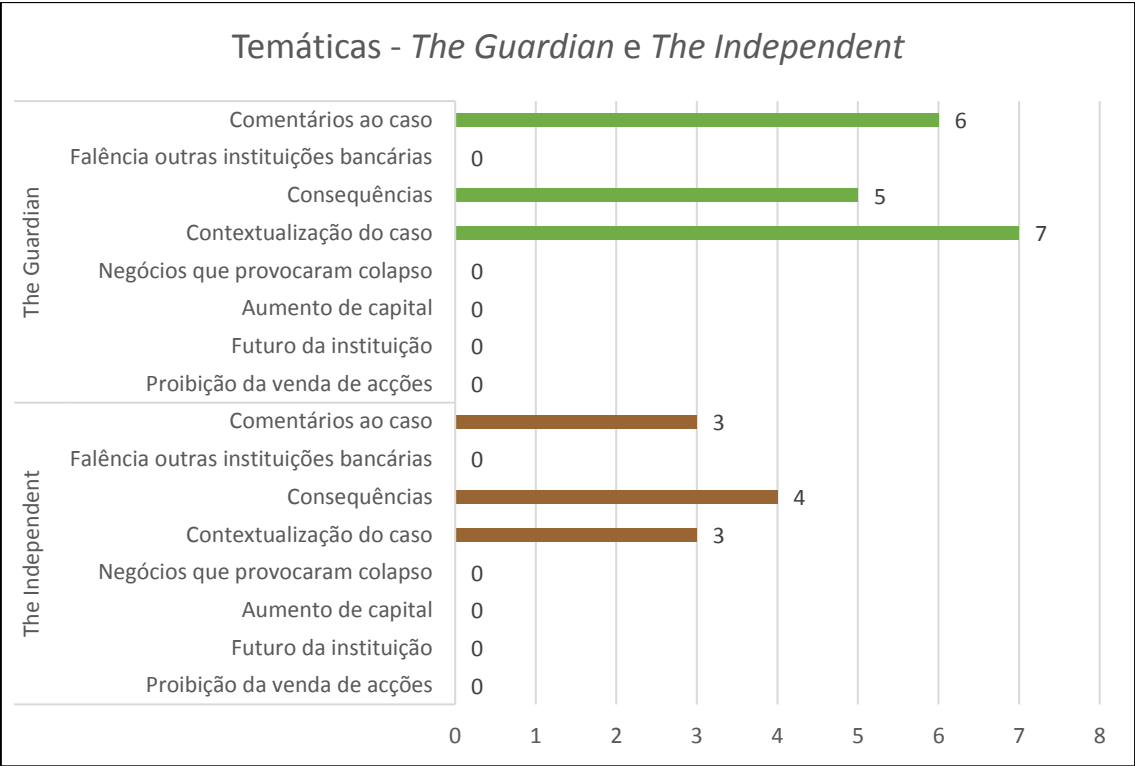


Gráfico 31: Frequência das temáticas utilizadas pelo *The Guardian* e *The Independent*